

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS RURAIS**  
**Anselmo de Paula Carvalho**

**PRODUÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E COMERCIALIZAÇÃO: as estratégias da**  
agricultura familiar no município de Córrego Novo, MG

**Diamantina**  
**2020**

**Anselmo de Paula Carvalho**

**PRODUÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E COMERCIALIZAÇÃO: as estratégias da agricultura familiar no município de Córrego Novo, MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ezequiel Redin  
Coorientador: Prof. Dr. Daniel Ferreira da Silva

Diamantina  
2020

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecário

Elaborada com dados fornecidos pelo (a) autor (a).

C331p

Carvalho, Anselmo de Paula

Produção, políticas públicas e comercialização: as estratégias da agricultura familiar no município de córrego novo – MG / Anselmo de Paula Carvalho, 2020.

103 p.: il.

Orientador: Ezequiel Redin

Coorientador: Daniel Ferreira da Silva

Dissertação (Mestrado– Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Adsa. 2. Crédito rural. 3. Desenvolvimento rural. Sistemas agrários. Vale do Rio Doce. I. Redin, Ezequiel. II. Silva, Daniel Ferreira da. III. Título. IV. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 301.153**

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária: Viviane Pedrosa – CRB6/2641

**Anselmo de Paula Carvalho**

**PRODUÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E COMERCIALIZAÇÃO: as estratégias da agricultura familiar no município de Córrego Novo, MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

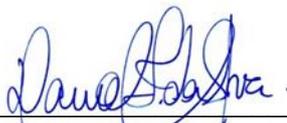
Orientador: Prof. Dr. Ezequiel Redin

Coorientador: Prof. Dr. Daniel Ferreira da Silva

Data de aprovação: 17/08/2020



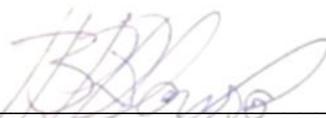
Prof. Dr. Ezequiel Redin  
PPGER/UFVJM



Prof. Dr. Daniel Ferreira da Silva  
Departamento de Agronomia / FCA - UFVJM



Prof. Dr. Thiago Vasconcelos Melo  
PPGER/UFVJM



Prof. Dr. Bruno Pellizzaro Dias Afonso  
IFMG - Campus Bambuí

Diamantina  
2020

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a minha família que sempre me apoiou nos momentos difíceis, principalmente, não poderia deixar de dedicar em especial a minha irmã Roberta Maria de Carvalho, que sempre me ajudou. Por fim, dedico ao meu filho Guilherme Carvalho, que é minha maior motivação.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à Deus e a meus pais por terem até aqui me dado todo suporte necessário. Agradeço também minhas irmãs Andreia Carvalho, Keila Carvalho, Roberta Carvalho, Ângela Aparecida e meu irmão Rafael Teixeira por sempre estarem ao meu lado. Gostaria de agradecer, em especial, a meu filho Guilherme Carvalho, que é, e sempre foi um bom filho e que, sem dúvidas, é o maior motivo para esta caminhada e no meu desenvolvimento em todas as áreas. Agradeço aos amigos, em especial, ao Prof.º David Franco que, sem ele, provavelmente não teria chegado até aqui, aliás, talvez não teria nem iniciado esta caminhada.

Também gostaria de agradecer a cada Professor que já tive ao longo da vida, em especial, à Tia Irany Vieira (Prof.<sup>a</sup> do primário) por ter acreditado em minha pessoa. Claro, não posso deixar de mencionar a atenção especial do meu orientador Prof.º Ezequiel Redin e do meu coorientador Prof.º Daniel Ferreira da Silva.

Agradeço as Professoras Aline Weber Sulzbacher, Ivana Cristina Lovo, Sílvia Regina Paes que participaram da minha banca de qualificação. Não menos importante não poderia deixar de agradecer a cada um que de uma forma uma de outra contribuíram para realização deste trabalho, em especial, agradeço aos agricultores do município de Córrego Novo, MG.

Agradeço ao Prof.º Bruno Pellizzaro Dias Afonso e ao Prof.º Thiago Vasconcelos Melo por comporem a banca de defesa da minha dissertação. Também agradeço ao PPGER e a UFJM por tudo, posso afirmar que essa foi uma experiência/oportunidade ímpar na minha vida. E mais uma vez agradeço ao meu orientador Prof.º Ezequiel Redin pelo apoio e motivação prestados ao longo da construção desse trabalho.

## EPÍGRAFE

*“Você faz suas escolhas e suas escolhas fazem você!”*

*William Shakespeare*

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar e compreender as estratégias produtivas, frente às potencialidades e os limites dos agroecossistemas locais, bem como, as políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares do município de Córrego Novo/MG, por meio do uso do método de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA). Justifica-se a escolha do município de Córrego Novo em Minas Gerais como objeto de estudo para desenvolvimento da presente pesquisa por motivações pessoais do pesquisador, pois o mesmo é filho de agricultores residentes no município e durante a infância e adolescência ele foi agricultor no município, colaborando com o sustento da família. Para caracterizar um país, região, município, ou mesmo uma localidade rural, por meio da proposta metodológica de ADSA, os resultados obtidos são avaliados a partir do enfoque sistêmico, ou seja, partindo do geral para o particular. Como resultado foi possível identificar que o município de Córrego Novo, MG possui pelo menos quatro tipologias de agricultores (tipo A, B, C, D), e que a maior parte dos estabelecimentos agrícolas do município envolvem pequenas propriedade de agricultores familiares. A principal atividade agropecuária no município é a produção de leite, porém observa-se uma diversificação produtiva na maior parte das propriedades pesquisadas. No que tange a política pública, acessada pelos agricultores, em especial, identificou-se na pesquisa que o principal instrumento de crédito rural é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e no campo social é o Programa Bolsa Família, fato que pode ser relacionado com a baixa renda das famílias rurais na região estudada. Percebeu-se, no decorrer da pesquisa, que é necessário a implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar do município. Foi constatado que os principais produtos agrícolas produzidos no município, além do leite, envolvem o arroz, feijão, milho, banana, rapadura, mandioca e hortaliças. Por fim, constata-se que os agricultores do município de Córrego Novo, MG precisam mobilizar-se no sentido de incentivar uma organização coletiva para fortalecer as estratégias produtivas, a fim de buscarem mercados locais e regionais para ampliação das oportunidades de renda e qualidade de vida no campo.

**Palavras-chave:** ADSA. Crédito Rural. Desenvolvimento Rural. Sistemas Agrários. Vale do Rio Doce.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze and understand the productive strategies, in view of the potential and limits of local agroecosystems, as well as the public policies accessed by family farmers in the municipality of Córrego Novo/MG, using the Diagnostic Analysis method Agrarian Systems (ADSA). The choice of the municipality of Córrego Novo in Minas Gerais is justified as an object of study for the development of this research due to the researcher's personal motivations, as he is the son of farmers residing in the municipality and during his childhood and adolescence he was a farmer in the municipality, collaborating with the support of the family. To characterize a country, region, municipality, or even a rural location, through the methodological proposal of ADSA, the results obtained are evaluated from the systemic approach, that is, from the general to the particular. As a result, it was possible to identify that the municipality of Córrego Novo, MG has at least four types of farmers (type A, B, C, D), and that most agricultural establishments in the municipality involve small holdings of family farmers. The main agricultural activity in the municipality is milk production, however there is a productive diversification in most of the surveyed properties. With regard to public policy, accessed by farmers, in particular, it was identified in the survey that the main rural credit instrument is the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) and in the social field it is the Bolsa family Program, a fact that may be related to the low income of rural families in the studied region. It was noticed during the research that it is necessary to implement public policies aimed at strengthening family farming in the municipality. It was found that the main agricultural products produced in the municipality, in addition to milk, involve rice, beans, corn, bananas, rapadura, cassava and vegetables. Finally, it appears that farmers in the municipality of Córrego Novo, MG need to mobilize in order to encourage a collective organization to strengthen production strategies, in order to seek local and regional markets to expand income opportunities and quality of life. country life.

**Keywords:** ADSA. Rural credit. Rural Development. Rio Doce Valley. Agrarian Systems.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	–	Mapa do município de Córrego Novo, MG.....	52
Figura 2	–	Mapa da região Metropolitana do Vale do Aço e Colar Metropolitano.....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Quantidade de estabelecimentos agropecuários no Brasil do período compreendido entre o período 1975-2017.....	56
Tabela 2	– Quantidade de estabelecimentos agropecuários Estado de Minas Gerais do período compreendido entre o período 1975-2017.....	57
Tabela 3	– Quantidade de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil.....	58
Tabela 4	– Quantidade de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado no Brasil, Minas Gerais e Córrego Novo, MG.....	59
Tabela 5	– Contextualização dos municípios da região do Vale do Aço em Minas Gerais.....	61
Tabela 6	– Análise sobre os estabelecimentos agropecuários do município de Córrego Novo.....	62
Tabela 7	– Número de pessoas residentes na área rural do município de Córrego Novo por faixa etária.....	70
Tabela 8	– Produtos agropecuários produzidos pelos agricultores entrevistados do município de Córrego Novo, MG.....	76

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADSA – Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários  
ANA – Agência Nacional de Águas  
APA – Área de Proteção Ambiental  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
IBGE – Instituto Nacional de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDSM – Índice de Desenvolvimento Social Municipal  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
MAPA – Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento  
MG – Minas Gerais  
MST – Movimento dos Sem Terra  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural de Feliciano Miguel Abdala  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento  
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos  
VA – Valor Adicionado  
VAB – Valor Adicionado Bruto  
VBP – Valor Bruto da Produção  
UPA – Unidade de Produção Agropecuária

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
2	<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>18</b>
3	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>21</b>
3.1	<b>Modernização da Agricultura.....</b>	<b>21</b>
3.2	<b>Agricultura Familiar.....</b>	<b>27</b>
3.3	<b>Políticas Públicas.....</b>	<b>33</b>
3.4	<b>Pluriatividade Agrícola.....</b>	<b>38</b>
3.5	<b>Mercado Agrícola.....</b>	<b>42</b>
3.6	<b>Sistemas Agrários.....</b>	<b>46</b>
4	<b>PERCURSOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>49</b>
4.1	<b>Procedimento metodológico.....</b>	<b>52</b>
4.2	<b>Instrumentos para coleta de dados.....</b>	<b>53</b>
4.3	<b>Cuidados e Procedimentos Éticos.....</b>	<b>53</b>
5	<b>CARACTERÍSTICAS AGROPECUÁRIAS NACIONAIS, DE MINAS GERAIS E DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO, MG.....</b>	<b>55</b>
6	<b>ANÁLISE DIAGNÓSTICO DO SISTEMA AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DO CÓRREGO NOVO, MG.....</b>	<b>63</b>
6.1	<b>Identificação das condições naturais.....</b>	<b>63</b>
6.2	<b>Condições socioeconômicas contemporâneas do município de Córrego Novo, MG.....</b>	<b>68</b>
6.2.1	<i>Condições sociais e demográficas.....</i>	<i>69</i>
6.2.2	<i>Estrutura fundiária.....</i>	<i>72</i>
6.2.3	<i>Bases econômicas da agricultura.....</i>	<i>74</i>
6.3	<b>Tipologia dos Agricultores do município de Córrego Novo, MG.....</b>	<b>80</b>
6.3.1	<i>Agricultor tipo A.....</i>	<i>80</i>
6.3.2	<i>Agricultor tipo B.....</i>	<i>81</i>
6.3.3	<i>Agricultor tipo C.....</i>	<i>82</i>
6.3.4	<i>Agricultor tipo D.....</i>	<i>84</i>
6.4	<b>Estratégias dos agricultores familiares do município de Córrego Novo para acesso ao mercado.....</b>	<b>86</b>
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
8	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
9	<b>ANEXOS</b>	<b>98</b>
9.1	<b>ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INFORMANTE CHAVE (TCLE).....</b>	<b>98</b>
9.2	<b>ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AGRICULTOR (TCLE).....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, até a década de 1950 aproximadamente, predominou-se o modo camponês tradicional de se fazer agricultura, ou seja, os conhecimentos herdados pelas famílias que residiam no meio rural, que foram sendo passados de geração em geração, com o uso de tecnologias sociais criadas ou adaptadas na propriedade que mantinham sua reprodução social e econômica. Porém, devido ao modelo econômico vigente e o avanço da modernização agrícola nos últimos anos, uma parte destes agricultores foram, aos poucos, envolvidos pelo mercado dos complexos agroindustriais, ou seja, se modernizaram de acordo com a capacidade econômica, ou por meio de políticas de crédito que possibilitaram a incrementação de ativos imobilizados, porém, por outro lado ainda permanecem algumas famílias com o modo tradicional de fazer e praticar a agricultura, com relações próximas a este modo de vida e o apego a natureza.

Neste aspecto, a modernização agrícola das unidades de produção fez com que algumas famílias se capitalizassem mais e outras menos em virtude de uma série de fatores. Considerando que o meio rural brasileiro está passando por uma transição de identidade, como por exemplo, do acesso às políticas de crédito, foi dada uma nova nomenclatura a classe, intitulada de Agricultores Familiares. Conforme a Lei nº 11.326/2006, é considerado Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, percentual mínimo da remuneração proveniente de ações econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (BRASIL, 2006).

De acordo com dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2019), a agricultura familiar é responsável pela maior parte do alimento consumido no mercado interno. Devido sua importância, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem buscado contribuir para a implantação de políticas públicas voltadas para este segmento. Apesar da ampliação ao acesso, a ATER ainda não se consolidou para todos os Agricultores Familiares, conforme evidenciado pelo Censo Agropecuário (2017), em que 80,14% dos agricultores não tem acesso a ATER no Brasil. A partir da década de 90 no Brasil, foram criadas políticas cada vez mais amplas para fortalecimento e consolidação da agricultura, que é composta por diversas formas de organizações e atores sociais, tais como: comunidades tradicionais, agricultores familiares, agricultores patronais e agricultores empresariais.

Neste sentido, o Estado brasileiro assumiu o papel de protagonista no fomento e incentivo ao processo de desenvolvimento, mas, sobretudo econômico no âmbito local.

Considerando o papel do Estado de mediar os interesses e/ou incentivar a agricultura por meio de políticas públicas, é possível destacar a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como instrumento dinamizador dos espaços agrários para produção de alimentos que garantam a soberania e a segurança alimentar brasileira. Além do PRONAF, outra ação do Estado importante para Agricultura Familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a Agricultura Familiar. Existe ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que surgiu no ano de 2009 quando também foi implementada outra política pública, incorporando os gêneros alimentícios da produção agrícola de base familiar à alimentação escolar. Estes três programas, tornaram-se o pilar de sustentação da produção de alimentos advindos de propriedades agrícolas familiares.

Em Minas Gerais a atividade do setor primário de agricultura e mineração é relevante para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), existem 607.557 estabelecimentos agropecuários no Estado de Minas Gerais, ocupando 138.168.688 hectares, sendo que 79,28% dos estabelecimentos enquadram-se na categoria de Agricultores Familiares. No que tange a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, segundo a Fundação João Pinheiro (2019), nos 12 meses completados no primeiro trimestre de 2019, o resultado foi 1% superior, comparando com o período imediatamente anterior. É possível observar ainda que a estimativa da participação do setor agropecuário na composição do PIB do estado de Minas Gerais foi de 5,26% para o primeiro trimestre de 2019. Apesar de ser proporcionalmente pequena a participação do setor agrícola, o mesmo é de grande importância para as demais cadeias produtivas, inclusive para o setor secundário e terciário, o que reafirma a importância do setor para a economia do Estado.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, atualmente encontram-se ocupadas 1.836.353 pessoas nos estabelecimentos agropecuários do Estado de Minas Gerais, considerando que de acordo com o IBGE Cidades (2010) o total de 10.309.000 pessoas ocupadas no Estado, 17,81% estão ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Tais números mostram que a agricultura é fundamental para a economia estadual e nacional. Dentre as regiões do Estado, toma-se como referência, para fins de desenvolvimento do nosso estudo a região do Vale do Rio Doce, na qual está inserida a microrregião do Vale do Aço onde se localiza o município de Córrego Novo que será nossa unidade de análise.

Segundo informações do IBGE (2018), os quatro principais municípios da região do Vale do Aço (Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano e Santana do Paraíso) possuem um total

de 493.773 habitantes. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2015), o território do Vale do Aço no ano de 2015 contribuiu com 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Minas Gerais, sendo destaque o setor industrial. No que tange o setor agropecuário do território em 2015, esse teve 1,4% de participação no PIB do setor agropecuário Estadual. Os cinco municípios de maior PIB responderam por 85,1% da produção do território em 2015, com destaque para Ipatinga, que contribuiu com 46,4%. Os outros quatro municípios de maior participação foram: Timóteo, Coronel Fabriciano, Caratinga e Belo Oriente, com os seguintes percentuais: 15,2%, 8,5%, 7,7% e 7,4%, respectivamente. De acordo com o IBGE (2017) o PIB do município de Córrego Novo correspondeu a 1,0 % do PIB do Estado de Minas Gerais.

De acordo com IBGE Cidades (2019), Córrego Novo, em Minas Gerais, possui 2.771 habitantes, situada no interior do Estado de Minas Gerais, região sudeste do país. Localiza-se no Vale do Rio Doce e pertence ao colar metropolitano do Vale do Aço, ocupa uma área de 205,385 km<sup>2</sup>, sendo que 0,3 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano. O município de Córrego Novo é de pequeno porte e sua base econômica é agropecuária, porém não existe uma entidade legalmente constituída para atender aos interesses dos agropecuaristas, ficando a cargo do poder público local de representar o papel de articulador para implementar políticas públicas que envolvem os interesses do desenvolvimento local e regional. Não obstante, as novas políticas voltadas ao público da Agricultura Familiar, o Estado tem contribuído para novos processos de desenvolvimento.

O presente estudo tem como objetivo analisar e compreender as estratégias produtivas, frente às potencialidades e os limites dos agroecossistemas locais, bem como, as políticas públicas acessadas pelos Agricultores Familiares do município de Córrego Novo/MG, por meio do uso do método de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA). Como objetivos específicos temos: i) Identificar e caracterizar o sistema agrário do município de Córrego Novo, MG; ii) Descrever os tipos de agricultores e sistemas de produção, com destaque aos agricultores com pequena escala de produção, consolidados e periféricos no município de Córrego Novo, MG; iii) Identificar quais as políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares, bem como, as estratégias de acesso ao mercado por estes no município de Córrego Novo/MG.

Após esta contextualização, adiante, é apresentado a estrutura do trabalho que envolve as sete seções desta dissertação. A primeira traz a introdução, que discorre sobre aspectos relevantes, podemos destacar a apresentação dos objetivos propostos pelo presente estudo. A segunda seção traz a justificativa que explica o motivo da escolha de se realizar a pesquisa no município de Córrego Novo, MG. Nesta seção o leitor poderá conhecer um pouco da vida do

autor, e o motivo pelos quais os levaram a optar em pesquisar sobre a agricultura familiar, com proposito de contribuir com informações uteis para o município e seus agricultores.

A terceira seção busca realizar um estudo sobre o estado da arte que baliza este trabalho. Neste momento, apresentam-se cinco tópicos a serem apresentadas ao longo do referencial teórico: 1) da modernização da agricultura e seus impactos para a sociedade em geral; 2) da agricultura familiar, ou seja, é tratado sobre a definição da categoria, do papel que ela representa para o modelo capitalista de desenvolvimento, dentre outras questões pertinentes; 3) das políticas públicas, aborda-se o conceito e a intervenção/atuação estatal na economia a fim de controlar e regular as políticas econômicas de mercado, contribuindo assim, com os interesses do mercado; 4) da pluriatividade agrícola que, na atualidade, é entendida como uma estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar no que tange as múltiplas rendas dos agricultores; 5) mercado agrícola, o novo paradigma tecnológico que facilitou a comercialização de produtos estrangeiros, ou seja, ampliando e contribuindo para manutenção das cadeias longas de abastecimento e, com isso, a exportação de matéria prima e importação de produtos acabados e/ou com valor agregado.

A quarta seção busca delinear o percurso metodológico, em especial, o campo de pesquisa no contexto do município de Córrego Novo, MG, os sujeitos pesquisados, instrumentos de coleta de informações e estratégia analítica adotada. Apresenta-se neste capítulo acerca dos métodos que desejamos utilizar sob a luz da metodologia de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) para atingir os objetivos propostos.

A quinta seção irá trazer alguns resultados secundários a fim de proporcionar ao leitor um entendimento acerca da região Vale do Rio Doce, a qual está situado o município de Córrego Novo, MG. Traremos ainda informações a respeito do município objeto do presente estudo. A sexta seção tratará dos resultados e discussões acerca da pesquisa de campo, que com o uso da metodologia Análise do Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) a fim de se obter categorias e/ou tipologias de agricultores que permitam discutir os dados nos âmbitos socioeconômico e financeiro. E, por último, se tece as considerações finais da pesquisa que apontam os resultados obtidos por meio do estudo de campo.

## 2 JUSTIFICATIVA

A escolha do município de Córrego Novo em Minas Gerais como objeto de estudo para desenvolvimento da presente pesquisa foi realizada por motivações pessoais, pois sou filho de agricultores residentes no município e orgulhosamente durante minha infância e adolescência fui agricultor, colaborando com o sustento da família. Meus pais não possuíam propriedade rural, sempre moramos na zona urbana do município, porém plantávamos lavouras de milho, feijão e arroz a terça (1/3 de tudo que é produzido é do proprietário da terra) para o autoconsumo. Meu pai, meu irmão e eu fazíamos fretes com a carroça que tínhamos para complementar a renda familiar. Atualmente, apenas, meu pai e minha mãe moram em Córrego Novo, MG, em um sítio que comprei para a família, onde meu pai passa a maior parte do seu tempo trabalhando. A matriarca apesar de atualmente estar aposentada, é artesã, elaborando bordados para comercializar e complementar a renda. A família é composta por 13 pessoas no total, sendo meus pais, meu irmão, meu filho, meu sobrinho, meus dois cunhados, minhas quatro irmãs e minha cunhada. Atualmente, sou funcionário público no município de Dolores de Guanhães em Minas Gerais, porém nunca abandonei a paixão pelo município de Córrego Novo, MG e sempre pensei em buscar meios para melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá residem, sendo essas as maiores motivações para realização do meu trabalho.

É importante ressaltar as contribuições da realização de uma pesquisa para determinada região, local ou município como é o caso deste trabalho. No campo da contribuição acadêmica, a partir do desenvolvimento de pesquisas acerca do município de Córrego Novo, MG, entende-se que a população pode ter acesso às informações obtidas através da pesquisa e, com isso, gerar uma conscientização da relevância de se desenvolver investigações, motivando outros acadêmicos no desenvolvimento de estudos sobre a região. No campo da contribuição mercadológica, que no caso desta pesquisa, ressalta-se a eminência da atividade leiteira como o principal produto agropecuário produzido no município, porém, apesar das terras férteis, são pouco exploradas no que se refere a diversificação agrícola, sendo assim entende-se que é possível explorar esse potencial do município a fim de atender o mercado regional. Vale ainda destacar a contribuição social que pode ser percebida na discussão dos resultados da pesquisa, sobretudo, no que tange ao incentivo para que os agricultores possam se organizar para melhorar a qualidade vida e aumentar a renda.

Diante disso, Silva (2014) afirma que o meio rural brasileiro apresenta uma diversidade de sistemas agrários, ambientes físicos, agroecossistemas, etnias, culturas,

relações sociais, padrões tecnológicos, recursos naturais, formas de organização social e política, simbologias e linguagens. Essa diversidade é acompanhada de uma série de fatores que fazem com que diversas instituições voltem sua atenção sobre o meio rural sob duas concepções de agricultura: a patronal e a familiar. Este olhar reducionista procura essencialmente destacar o primeiro tipo de agricultura como sendo essencialmente de monocultivo e realizado nas grandes propriedades, que frente ao uso intensivo dos recursos naturais frequentemente geram degradação ambiental, exploração do trabalho agrícola, exclusão social e concentração da terra e da renda. A segunda configuração abre defesa no estabelecimento em sistemas fundamentados nas pequenas e médias propriedades, essencialmente exercida por mão de obra familiar com vistas a abastecer o mercado regional, além do autoconsumo da própria família.

Apesar do reducionismo destas definições e tentativa de categorizar toda uma pluralidade de atores sociais inseridos no meio rural brasileiro, a definição de Agricultura Familiar é apropriada pelo Estado como uma forma de fala institucionalizada de suas políticas públicas com a finalidade de uma aproximação dos agricultores, que são um público bem diversificado que compreende desde quilombolas a empresários com pequena escala de produção agrícola. Nesta grande categoria constituída por pequenos e médios produtores está incluída a imensa maioria de produtores rurais do Brasil. Segundo IBGE (2017), são 5.073.324 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, que correspondem a 351.289.816 milhões de hectares de terra, sendo 3.897.408 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, mesmo assim, este segmento detém apenas 23,02% das terras. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ao se levar em consideração a dieta básica dos brasileiros, a atividade agrícola familiar é responsável por aproximadamente 40% do valor bruto da produção agropecuária, 80% das ocupações produtivas agropecuárias, além de contribuir com uma parcela significativa de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

No entanto, mesmo frente a sua importância socioeconômica observa-se que estes produtores têm sofrido um processo constante de diminuição de renda, chegando ao extremo com a exclusão de parcelas de trabalhadores rurais de suas propriedades (IBGE, 2006). Esse cenário desenhou-se mediante a uma série de fatores históricos de exclusão seguida por um processo de homogeneização das políticas de inferência ao desenvolvimento que foi intitulada pelo período conhecido como Revolução Verde, que no Brasil compreendeu principalmente o período entre as décadas de 1950 a 1970. Contudo, as propostas para o desenvolvimento deveriam ser correlacionadas a inúmeros fatores dentre os quais aqueles que levassem em

consideração as particularidades de cada público, na qual se poderia viabilizar a inclusão socioeconômica destes agricultores, além do acesso a tecnologias apropriadas as suas condições políticas institucionais que transcendessem o simples acesso a crédito que levassem em consideração, especialmente, o acesso a informações vinculado as vias de comercialização, energia, condições de transporte, organização entre outros.

Portanto, ao se efetivar uma proposta de intervenção em regiões onde o público-alvo dominante é composto na sua maioria por Agricultores Familiares pode-se identificar a existência de diversos tipos de atores, como referido anteriormente, e que se caracterizam diferentemente pelas condições socioeconômicas, pela forma de tomadas de decisão e o modo como empregam suas práticas agrícolas.

Assim, dentro de uma mesma categoria de produtores é possível identificar uma diversidade de formas de acesso ao crédito, às políticas públicas, aos recursos naturais e as formas de organizações, ou seja, observa-se que a atividade agrícola é bastante complexa, por combinar diferentes recursos à disposição do agricultor. Conseqüentemente, até mesmo a unidade de produção agrícola especializada pode ser dotada de complexidade e diversidade tão grande que a torna forte candidata ao planejamento de suas atividades. Logo, a pluralidade que se dá no arranjo das propriedades agrícolas é determinada por um complexo conjunto de fatores ecológicos, técnicos, sociais e econômicos que se relacionam ao longo da história (INCRA/FAO, 1999).

Considerando esta complexidade e utilizando a metodologia de Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários procurou-se identificar no município de Córrego Novo/MG, partindo para uma análise do sistema de produção de cada uma destas tipologias com ênfase no aspecto socioeconômico financeiro.

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### 3.1 Modernização da Agricultura

A vida camponesa tradicional sofreu mudanças a partir do processo de expropriação, implicando em exploração da mão de obra desses sujeitos, exigindo muita luta para esse garantir sua autonomia e preservar a identidade. De acordo Marx (2013), o mercado é a condição fundamental para estabelecer-se a produção capitalista. Nesse sentido, surge a acumulação primitiva que é a separação dos sujeitos/indivíduos dos meios de subsistência e de produção, a proletarianização ou ainda o processo histórico de separação do produtor e o meio de produção.

Segundo Marx (2013, p. 963), “por mais que os primórdios da produção capitalista já tenha se apresentado esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI, na Inglaterra”, pois, o modelo de desenvolvimento econômico inglês nunca deu acesso à terra a camponeses, sendo a nobreza, que por sua vez arrendava suas terras ao cultivo. Ainda segundo Marx (2013), com o advento do capitalismo houve violenta expropriação dos camponeses das terras as quais cultivavam, eles ficaram vulneráveis e foram obrigados a buscar trabalho no mercado para vender sua força de trabalho enquanto proletários. De acordo com Ploeg (2008, p. 40), as características fundamentais da condição camponesa são:

A luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto controlada e auto gerenciada, a qual por sua vez permite formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que interagem com o mercado, permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

Com o fortalecimento do capitalismo, intensificou-se a busca pelo acúmulo e consequentemente surgiram críticas as características da condição camponesa. Segundo Redin (2014), a lógica racional do capitalismo, baseado na padronização da produção (comoditizado), sendo que essa produção é influenciada pela globalização, formam estruturas institucionais, políticas, sociais e legais que restringem o pensamento além dessa

racionalidade, influenciando no comportamento sob o próprio modo de vida (campo vivido) e suas contingências em torno, podem limitar as opções, pelo menos no campo pragmático. Assim, retorna-se à discussão, fazer uma escolha fora da lógica capitalista não poderia ser uma escolha certa? Para exemplificar, um grupo de atores rurais identificados por traços culturais e territoriais pode decidir não produzir alimento para o mercado ou ainda não cultivar sua terra; poderia estar ou não fazendo uma escolha correta? Sugestivamente, muitos responderiam que não é a melhor escolha e, logo, argumenta-se que eles não estão cumprindo com a noção da função social da terra. Sendo que esta lógica é disseminada e propagada como o modelo ideal de desenvolvimento.

Ainda de acordo com Redin (2014), o debate sobre desenvolvimento emergiu, posterior ao crescimento descontrolado e formas irracionais de uso dos recursos naturais, valorização do modelo industrial, forma desenfreada de ocidentalização, resultando em grandes problemas ambientais, excluindo os menos eficientes, aumentando as diferenças sociais e causando desequilíbrio nas distintas dimensões. Percebeu-se que esta forma de desenvolvimento, possivelmente, provocaria sérios problemas à reprodução social da sociedade como um todo. Em consequência disso, o próprio Marx já dava indícios que esse processo de globalização, via modernização e industrialização, culminando na revolução verde no rural e uma ocupação desenfreada no urbano com orientação do capital, poderia provocar sérios problemas. Giddens compreende a globalização como um processo de alongamento, na forma em que as modalidades de conexão entre distintas regiões ou contextos sociais se simplificaram no mundo, definindo-a como: “(...) a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (REDIN, 2014 *apud* GIDDENS, 1991, p.60).

De acordo com Redin (2014) com a industrialização surgiram formas de controle da produção camponesa, para que os camponeses se tornassem dependentes, marginalizados e/ou privados das condições de reprodução social, pelo motivo de não terem um acesso autônomo a terra e ainda quando possuem este acesso ficam reféns do mercado. Neste contexto, segundo Silva (2014) o processo de modernização da agricultura se deu em etapas distintas, no entanto, complementares. Segundo Mazoyer e Roudart (2010), a modernização teve o seu desenvolvimento exponencial, principalmente, depois do século XVI, após a Primeira Revolução Agrícola, passando pela Revolução Industrial, ao longo do século XIX e, por fim, no século XX, com a Segunda Revolução Agrícola.

Em pouco mais de trezentos anos, dos séculos XVI ao XIX, a primeira revolução agrícola, baseada na substituição do alqueive por pastagens artificiais e por plantas “mondadas” e sobre o aumento do rebanho, duplicou a produtividade agrícola nos países temperados e acompanhou no seu sucesso a primeira revolução industrial. Em seguida, ao final do século XIX e início do século XX, a indústria produziu novos meios de transporte (estradas de ferro, barcos a vapor) e novos equipamentos mecânicos para tração animal (arados charrua metálicos, arados barbantes, semeadeiras, ceifadeiras, colhedoras), que conduziram a agricultura desses países à primeira crise “mundial” de superprodução agrícola dos anos 1890 (SILVA, 2014 *apud* MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 419, grifo dos autores).

Após a 2ª Guerra Mundial, houve um intenso processo de urbanização na maioria dos países como França, Inglaterra, Estados Unidos e Japão, porém a atividade agropecuária prevaleceu como uma importante estratégia no desenvolvimento socioeconômico destes países, sobretudo pelo seu vínculo com os demais setores produtivos, pela determinação da oferta de emprego e para fortalecimento da segurança alimentar. Entende-se que o processo de modernização ditado pela Segunda Revolução Agrícola evoluiu de acordo com a oferta de maquinários agrícolas pelas empresas, produção de fertilizantes e sementes e, ainda, as universidades foram se desenvolvendo, a urbanização foi aumentando consideravelmente, sobretudo devido ao êxodo rural, elevando a demanda por alimentos e infraestrutura de transporte, dentre outros. A Segunda Revolução Agrícola foi, portanto,

muito mais rápida que as revoluções agrícolas precedentes – que levaram vários séculos para se desenvolver. No entanto, ela não se fez de um dia para o outro. Muito pelo contrário, progrediu por etapas. Ao ritmo da produção ditado pela indústria de equipamentos motomecânicos cada vez mais potentes. Ao ritmo do aumento das capacidades de produção industrial de adubos, de produtos fitossanitários e alimentos para o gado, da seleção de variedades de plantas e de raças de animais capazes de valorizar quantidades crescentes de adubos e de alimentos para o rebanho. Ao ritmo, enfim, do desenvolvimento de estabelecimentos agrícolas capazes de adquirir e de rentabilizar todos esses novos meios (SILVA, 2014 *apud* MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 421).

Nos anos de 1960, surge no Brasil a Revolução Verde, esta que pode ser entendida de acordo com Souza (1998, p.6), como a internacionalização do setor agrícola e dos fabricantes dos chamados insumos industriais; tal ação foi também conhecida como Revolução Verde, que ocorreu progressivamente com a apropriação da produção agropecuária pelo domínio e monopólio das indústrias multinacionais de sementes. No Brasil, no início da década de 60, de acordo com Filho (2005) começou-se discussão sobre a necessidade de modernização agrícola, fundamentada no argumento de que a agricultura tradicional não tinha condições de expandir e se sustentar, com a chegada da inovação na agricultura, sobretudo nos países pobres, que dependiam da agricultura tradicional, teriam que se reestruturar e se adaptar ao novo. Essa modernização agrícola se faz presente nas propriedades mais desenvolvidas do

município de Córrego Novo, MG, inclusive o agricultor S.S.S. (50 anos) afirma que “seria quase impossível cuidar da fazenda usando apenas o manejo manual, atualmente o processo produtivo ficou mais dinâmico com o uso dos maquinários agrícolas (S.S.S., 50 anos, 2020)”. Neste contexto Shiva (2002) afirma que:

A floresta natural, com toda sua diversidade, é vista como “caos”. A floresta fabricada pelo homem é “a ordem”. A administração científica das florestas, tem por conseguinte, uma clara tendência antinatureza, e uma inclinação evidente pelos objetivos industriais e comerciais, aos quais a floresta natural deve ser sacrificada. Assim, a diversidade cede lugar a uniformidade de espécies isoladas e todas da mesma faixa etária, e essa uniformidade é o ideal de floresta normal que todos os sistemas da silvicultura almejam (SHIVA, 2002, p.37).

Neste sentido, de acordo com Schultz (1965, p.136), “na melhor das hipóteses, há pouca probabilidade o crescimento proveniente da agricultura tradicional, porque os agricultores já esgotaram as possibilidades de produção lucrativas proporcionadas pelo nível dos conhecimentos de que dispõem”. Sendo assim, a modernização da agricultura é entendida como fortalecimento para a constituição dos “complexos agroindustriais”. Em concomitância ao processo de industrialização da agricultura, que caracterizou a consolidação da modernização agrícola, sendo que a agricultura passa a ser importadora de insumos industriais e exportadora de matéria prima para outros ramos industriais. Dessa maneira, a atividade agrícola incorpora-se ao modo industrial de produzir (MULLER, 1989, p.41).

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados "complexos agroindustriais", que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas (GRAZIANO DA SILVA 1996a *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.43,44).

De acordo com Silva (2014), a partir da mecanização das atividades agrícolas possibilitou uma reorganização da agricultura que culminou na liberação da mão de obra de trabalhadores rurais para os centros urbanos, minimizando, ou mesmo, eliminando a necessidade de uma ampla reforma agrária. Entretanto, a euforia das grandes safras, proporcionada pelo alto padrão tecnológico da Revolução Verde cedeu lugar, em todo o mundo, a uma série de preocupações e questionamentos sobre seus impactos socioeconômicos

e ambientais quanto à sua viabilidade energética e seus efeitos negativos ligados ao crescimento desordenado do setor agropecuário. Esse resultado da pesquisa de Silva (2014) corrobora com a afirmação do agricultor J.C.T., 90 anos de Córrego Novo/MG, que diz: “antigamente era fácil encontrar pessoas para trabalhar na roça, hoje em dia as máquinas fazem boa parte dos serviços e quando precisamos de gente pra trabalhar não encontramos. O povo está indo morar na cidade, porque aqui na roça não tem serviço o ano inteiro”.

De acordo com Wanderley (2004) no Brasil muito se discutiu sobre a modernização da agricultura, urbanização do campo e a polarização das relações entre trabalho e capital a partir dos anos 70, do século XX. Referida discussão, contribuiu para constituição de uma estrutura empresarial no setor agrícola e para a emergência de um proletariado para o mercado de trabalho. Segundo Grisa e Schneider (2015), no início da década de 1950, o governo brasileiro adotou a estratégia de substituir as importações pela industrialização, como forma tentar superar a defasagem que separava o Brasil das economias capitalistas industriais. Porém, no início da década de 1960, esta referida estratégia apresentou sintomas de crise em razão de dificuldades no sistema de abastecimento alimentar interno, aumento da inflação, dentre outros.

Ainda, conforme Grisa e Schneider (2015), partir desta perspectiva surgem duas opções e “referenciais setoriais” que aparecem na agenda pública. A primeira opção clamava por um conjunto de reformas de bases, incluindo a reforma agrária, com o objetivo de dinamizar o mercado interno. A outra opção que contrapunha a primeira, sustentada pela elite agrária do país, argumentavam-se que a agricultura deveria modernizar-se para cumprir seu papel no desenvolvimento econômico do país. Assim, pode-se perceber que a segunda opção prevaleceu e vivemos uma constante e excludente modernização da agricultura, essa que passou a ser implementado por um conjunto de ações e políticas públicas, tais como: crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais as exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios a aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestruturas.

Neste sentido, as mudanças na forma de produzir abordada pela agricultura familiar podem ser entendidas como uma forma de adaptação aos moldes capitalistas para atender o mercado, visando assim o excedente/lucro, para garantir a manutenção da propriedade e sustento da família. Segundo Wanderley (2003, p.50):

Os mecanismos de subordinação e de enquadramento dos agricultores familiares provaram, pelo seu sucesso em todos os países, que eles podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto mais efetivamente

integrados aos mercados modernos. Isto não impede, no entanto, que a subsistência familiar, inclusive sob a forma de autoconsumo, e a diversificação das atividades permaneçam objetivos constantemente renovados (WANDERLEY, 2003, p.50).

Outra forma de adaptação ao modelo capitalista é a insignificância dada a produção em pequena escala e a relevância dada à produção em grande escala, na visão do referido modelo econômico. Sendo possível a partir da produção em grande escala o Estado ter maior controle sobre a produção agrícola e, através do controle dos preços, beneficiar os ideais capitalistas, conforme Abramovay (1998, p.258), que faz uma análise da atuação do Estado junto ao setor agrícola:

Ultrapassando o âmbito de interpretação da economia clássica, a teoria da regulação foi usada como apoio à interpretação da função contemporânea da agricultura no capitalismo central: além de o próprio consumo alimentar ter cedido às normas do fordismo, a redução nos preços agrícolas foi uma das condições importantes para a mudança significativa nos padrões de consumo dos assalariados dos países capitalistas avançados, sobretudo após a crise de 1929 (ABRAMOVAY, 1998, p.258).

De acordo com Wanderley (2014), a associação do modelo agrícola às grandes propriedades monocultoras, ou seja, ao agronegócio e a agricultura familiar se remete a uma forma de agricultura em pequena escala, aos olhos capitalistas “insignificantes”. A autora ainda define a agricultura familiar como “uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros” (WANDERLEY, 2014, p. 2).

Segundo Wanderley (2014), partir de 1960, a agricultura brasileira passou por inúmeras transformações, e entendeu-se como surgimento do agronegócio. Nesta mesma década houve a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214, de 02 de março de 1963). Em 1984 é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) e fortalecimento do Movimento Sindical Rural, que já existia desde 1960, sob a liderança da CONTAG. O marco dessas lutas são o Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964) e, posteriormente, o I Plano de Reforma Agrária em 1985, fortalecendo o crescimento dos assentamentos rurais, com seu ápice na década de 90, no governo do então presidente da República do Brasil Fernando Henrique Cardoso - FHC.

Devido às bruscas mudanças da sociedade tornou-se necessária a adaptação dos indivíduos para esses sobreviverem e garantirem sua autonomia. Cabe ressaltar que para manter o dinamismo do mercado é necessário que todos os atores sociais se submetam as suas

regras, sendo assim, podemos entender que diversas partes interessadas dispenderam esforços para enquadramento camponês nessa modernização agrícola e surgimento da agricultura familiar. É importante ressaltar que foi possível observar a partir da pesquisa que existem propriedades/agricultores que se adaptaram a modernização agrícola, assim como existem outras que não se adaptaram. Neste sentido, o informante-chave B.L.Z.P. (39 anos) afirma que “no município os agricultores mais desenvolvidos têm a ‘cabeça mais aberta’ para aplicação de técnicas e maquinários agrícolas, em contrapartida, temos também aqueles que querem fazer agricultura do jeito que seu bisavô ensinou, isso dificulta o desenvolvimento da propriedade”.

Analisando o contexto histórico do Brasil, tomando como referência Prado Jr. (1987), pode-se perceber que o Brasil historicamente vive momentos de ascensões e, posteriormente, vêm os retrocessos. Relacionando tal fato a modernização da agricultura, entende-se que todo esse processo acaba beneficiando grandes nações capitalistas, pois enquanto o Brasil fornece a matéria-prima e/ou produtos agrícolas, os países “desenvolvidos” aos olhos capitalistas recebem esses produtos e os beneficiam, na maioria das vezes usando tecnologia de ponta, e os vendem por preços muito superior, ou seja, o Brasil não deixou de ser colônia.

Conforme Prado Jr. (1987, p. 34), “na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial”. Na próxima seção será abordado as definições e especificidades da agricultura familiar, bem como, será contextualizado o agricultor no mundo contemporâneo. Nesse sentido, tratamos a Agricultura Familiar com a finalidade de informar ao leitor a cerca de uma parte da história da categoria e demonstrar a importância desta para o desenvolvimento social e econômico.

### **3.2 Agricultura Familiar**

No Brasil, especificamente, a situação de miséria e isolamento da classe camponesa não diferiu de outros países, embora seja necessário considerar a particularidade de cada um desses. Wanderley (2014, p.03) define como características primitivas da estrutura da agricultura brasileira sendo apoiada nas grandes propriedades monocultoras e trabalho escravo. Como já estudado em história, em 1850 foi legitimada a lei de terras, que em visão crítica pode ser entendida como uma articulação para tirar os camponeses das terras, das quais

provinha a sua alimentação e com uma visão futura em continuar o domínio dos ex-escravos após a abolição da escravidão que já poderiam prever que não tardaria.

Sendo assim todos estes camponeses desprovidos de condições mínimas, devido suas desapropriações se jogariam no mercado e venderiam sua força de trabalho (pela fragilidade entende-se que trocariam o trabalho por comida e um lugar para ficar, em muitos casos). A partir dessas considerações, observam-se diversas lutas da classe camponesa com objetivo de conquistar autonomia, território, identidade, dentre outros direitos. De acordo com Palacios (1987), a história dos pobres livres, dos seguimentos camponeses da sociedade colonial, está ausente das principais obras da historiografia brasileira, incluindo os trabalhos de pesquisadores estrangeiros.

Então ressaltaremos aqui a primeira obra publicada no Brasil, em 1942, denominada “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior, que de acordo com Palacios (1987), os pobres livres das comunidades rurais e dos centros urbanos são tidos, conforme retrata o processo histórico colonial como um conjunto de indivíduos desclassificados/marginalizados, sem utilidade, uma “ralé” parasitária que não vale a pena estudar. Segundo Guimarães (1963, p.45), “foi preciso três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todopoderosos senhores da terra, para que, por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa” (GUIMARÃES, 1963, p. 45).

Segundo Wanderley (2003), no Brasil até 1953, prevaleceu majoritariamente o modo camponês tradicional. Porém, devido ao modelo econômico vigente, entende-se que a classe camponesa deve se alinhar ao mercado, sendo necessária uma modernização da agricultura e urbanização do meio rural, o que começou a ser discutido nos anos 70, possibilitando o surgimento da agricultura familiar. Em outras palavras, pode-se dizer que no Brasil até meados do século XX, predominava-se a economia fechada, sendo que grande parte da população rural consumia o que produzia, aos olhos capitalistas, não contribuía para o desenvolvimento do país, não enquadrando no mundo moderno da produção, voltado para obtenção de lucros e transações de mercado. Wanderley (2003), afirma que:

O agricultor Familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet (2001, p.80), “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (Aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura (WANDERLEY, 2003, p.47).

A partir de uma análise do trecho anterior, pode-se entender que na condição de “construtores e parceiros de um projeto de sociedade” a agricultura familiar representa um papel fundamental para o modelo capitalista de desenvolvimento, pois apesar da desvalorização financeira de seus produtos, gera renda em todo país e fomenta a segurança alimentar e nutricional. Ao fazer analogia com o trabalho de campo em Córrego Novo/MG, constata-se que o agricultor S.M.P. (37 anos) afirmou que “sua família consome apenas o que produzem, e isso se reflete na saúde dos integrantes da família. Além disso, o que sobra é vendido e garante um dinheiro” (S.M.P., 37 anos, 2020).

As mudanças na forma de produzir abordada pela agricultura familiar podem ser entendidas como uma forma de adaptação aos moldes capitalistas para atender o mercado, visando assim o lucro, para garantir a manutenção da propriedade e sustento da família. Segundo Wanderley (2003, p.50), os mecanismos:

de subordinação e de enquadramento dos agricultores familiares provaram, pelo seu sucesso em todos os países, que eles podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto mais efetivamente integrados aos mercados modernos. Isto não impede, no entanto, que a subsistência familiar, inclusive sob a forma de autoconsumo, e a diversificação das atividades permaneçam objetivos constantemente renovados (WANDERLEY, 2003, p.50).

Outra forma de adaptação ao modelo capitalista é a desvalorização da produção em pequena escala e a relevância dada à produção em grande escala, na visão do referido modelo econômico. De acordo com Wanderley (2014), a associação do modelo agrícola às grandes propriedades monocultoras, enquanto o campesinato se remete a uma forma de agricultura em pequena escala, aos olhos capitalistas “insignificantes”. A autora ainda define o campesinato como “uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros”. Ainda segundo Wanderley (2014) *apud* Motta e Zath (2008, p.25):

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (WANDERLEY, 2014 *apud* MOTTA E ZATH, 2008, p.25).

Segundo Wanderley (2014), partir de 1960, a agricultura brasileira passou por inúmeras transformações com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214, de 02 de março de 1963). Em 1984 é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terras (MST) e fortalecimento do Movimento Sindical Rural, que já existia desde 1960, sob a liderança da CONTAG. O marco dessas lutas são o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964) e posteriormente, o I Plano de Reforma Agrária em 1985, fortalecendo o crescimento dos assentamentos rurais, com seu ápice na década de 90, no governo FHC.

Nas últimas duas décadas do século XX o agricultor familiar se emergiu como personagem político na história brasileira. Inclusive até os dias atuais, vem ocorrendo um processo complexo de construção da categoria agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores. Entretanto, embora a categoria tenha começado a conquistar seu espaço apenas no final do século passado no cenário nacional, a trajetória de lutas dos grupos de agricultores que vieram a constitui-la é longa e permeada de conflitos sociais e políticos.

A partir da última década do século XX, o Movimento dos Sem-Terra e o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (organizados na Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura – CONTAG) desenvolveram ações que legitimaram politicamente estudos acadêmicos que propunham uma nova categoria de análise: a de agricultor familiar. O conceito de agricultura familiar influenciaria as políticas públicas doravante, com a intensificação das ações de Reforma Agrária e de fortalecimento dessa categoria de produtores rurais. Note-se que o conceito se mostrou necessariamente maleável, embora uma de suas características fundamentais seja a preponderância do uso da mão de obra familiar sobre a contratada (seja em regime de parceria ou emprego) na propriedade rural.

A partir da década de 1990, aconteceu um processo de reconhecimento e de criação de instituições de apoio à agricultura familiar, sendo validada em função da literatura brasileira especializada e existente sobre a referida classe. É possível destacar a criação de políticas públicas específicas de incentivo aos agricultores familiares, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, secretarias de governo com a finalidade de trabalhar exclusivamente para os agricultores familiares (exemplo da Secretaria da Agricultura Familiar criada em 2003 no domínio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1998). Em 2003 o Governo Federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que provêm do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Inclusive, na pesquisa de campo em Córrego Novo, o informante chave B.L.Z.P (39 anos),

afirmou que: “seria de extrema importância para os agricultores familiares do município se fosse implementada os programas do PNAE e PAA, além de implementar os programas os agricultores precisam de assistência técnica (B.L.Z.P., 39 anos, 2020)”.

Já em 2006 temos o surgimento da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), reconhecendo a agricultura familiar como profissão e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar (como a FETRAF). Foi criado também o caderno especial sobre Agricultura Familiar que foi construído a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), colaborando assim, para demonstrar a importância social e econômica da classe de agricultores familiares no país. De acordo com Picolotto (2011), o reconhecimento da categoria:

tem se dado de três formas principais, distintas, mas complementares entre si. A primeira diz respeito ao aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes (com a formação da FETRAF como organização específica de *agricultores familiares* e, de outro lado, com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que, a partir de meados dos anos 1990, passou a fazer uso da categoria *agricultor familiar*). A segunda se refere ao reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no governo, definição de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar. E a terceira advém do trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: *atrasada*, *ineficiente* e *inadequada*. Por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e por algumas instituições governamentais, a *agricultura familiar* passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: *moderna*, *eficiente*, *sustentável*, *solidária* e *produtora de alimentos*. Tais reversões de valores estão intimamente vinculadas ao processo de construção da *agricultura familiar* enquanto modelo de agricultura do tempo presente e o *agricultor familiar*, seu sujeito, passa a ser um personagem político importante no cenário nacional (PICOLOTTO, 2011, p.14).

Devido às bruscas mudanças da sociedade tornou-se necessária a adaptação dos indivíduos para esses sobreviverem e garantirem sua autonomia. Cabe ressaltar que para manter o dinamismo do mercado é necessário que todos os atores sociais se submetam as suas regras, sendo assim, podemos entender que diversas partes interessadas dispenderam esforços para enquadramento do camponês nessa modernização agrícola e surgimento da agricultura familiar. Neste contexto é importante ressaltar que esta submissão as regras do mercado geram uma serie de consequências, que conforme Redin (2012):

As estratégias de incremento de produtividade e produção em larga escala de produtos agrícolas têm provocado, na última metade de século, uma intensa diferenciação social no rural, excluindo agricultores com restrições de terra, pouca

eficiência, baixa capacidade de incremento tecnológico e com limitações financeiras para investir na atividade. Este cenário acabou consolidando uma crise do modelo fordista, calcado em economias de escala, afetando principalmente os agricultores familiares, submetidos a problemas estruturais (tamanho da propriedade, infraestrutura e a posse da terra), limitações exógenas (legislação ambiental, incapacidade de regulação da oferta e demanda e outros), surgindo a necessidade de evocar a figura do Estado como capaz de “salvar” este segmento social (REDIN, 2012, p. 155).

Dentro dessa perspectiva, de acordo com Redin (2012), nos últimos anos muito tem se discutido acerca da condição das famílias agricultoras, tal qual expressa Redin e Silveira (2011) quando faz menção a duas concepções:

a) aos primeiros, habituados a um discurso que busca homogeneizar os agricultores sob o rótulo de empresários rurais cada vez mais sintonizados com o mercado, soa como heresia falar em características camponesas na agricultura, pois isso se vincularia a um passado que o desenvolvimento das forças produtivas deixou para trás; b) aos segundos, mesmo defensores de uma agricultura de base familiar, falar em campesinato é desconstituir essa categoria como tipo de agricultura capaz de responder às demandas da sociedade, de produzir alimentos a preços acessíveis para a maioria da população e de gerar trabalho e renda no espaço rural, de modo não somente viável como funcional ao sistema capitalista (REDIN; SILVEIRA, 2011, p. 02).

Neste sentido podemos relacionar a pesquisa de Redin e Silveira (2011), com a realidade do município de Córrego Novo, MG sendo que os agricultores do município se lançaram ao mercado e a grande maioria produz e comercializa leite, neste caso alguns estabelecimentos se enquadram na condição de empresários rurais. Segundo Zoccal, Souza e Gomes (2005) entre os agricultores familiares do Brasil, a pecuária de leite é uma das atividades mais desenvolvidas, estando presente em 36% dos estabelecimentos classificados como de economia familiar, além de responderem por 52% do valor bruto da produção” (ZOCCAL; SOUZA; GOMES; 2005, p. 6).

De acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agrícolas do país, e mesmo com apenas 23% da área agrícola, tem grande participação na mesa dos brasileiros: nas culturas permanentes, responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas temporárias, por 80% do valor de produção da mandioca e 42% do feijão. Ainda, ocupam 10,1 milhões de pessoas, 67% do total de trabalhadores nos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019). Com relação aos estabelecimentos agropecuários do município de Córrego Novo, MG o informante-chave A.L.P. (45 anos) afirmou que “cerca de 90% dos estabelecimentos se enquadram nos critérios da

agricultura familiar, a grande maioria deles possui menos de 30 hectares (A.L.P., 45 anos, 2020)”.

Na próxima seção será abordado sobre a temática das políticas públicas, em especial, os aspectos conceituais sobre o tema, bem como, será discutido sobre algumas políticas públicas presentes atualmente no Brasil contemporâneo.

### **3.3 Políticas Públicas**

Segundo Grisa e Schneider (2015), as políticas públicas representam um programa, projeto ou plano de desenvolvimento elaborado pelos governos, ou por estes com organizações da sociedade civil, que transformam espaços e territórios. Neste contexto as políticas públicas têm como finalidade a defesa de diferentes modelos de desenvolvimento do país, buscando atender principalmente os cidadãos mais vulneráveis, ou seja, aqueles que carecem de assistência para se manterem produtivos. Tem-se que as políticas públicas podem ser elaboradas de duas principais formas: “de cima para baixo, ou seja, a partir de um setor do governo para atender uma demanda da população, sem contar com sua participação; ou de baixo para cima, que conta com ampla participação da sociedade organizada” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 393). Assim, entende-se que “uma política pública é formada, inicialmente, por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância “visível” da política” (MULLER; SUREL, 2002 p.13).

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. As políticas podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária). Usualmente o ciclo das políticas é concebido como o processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação (GELINSKI; SEIBEL, 2008, p. 232).

Sendo assim, ainda podemos destacar que de acordo com Frey (2000), as políticas públicas podem se dividir em três abordagens de acordo com os problemas de investigação levantados, sendo:

Em primeiro lugar podemos salientar o questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal e pergunta pela ordem política certa ou verdadeira: o que é um bom governo e qual é o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade foram as preocupações primordiais dos teóricos clássicos Platão e Aristóteles. Em segundo lugar, temos o questionamento político, propriamente dito, que se refere à análise das forças políticas cruciais no processo decisório. E, finalmente, as investigações podem ser voltadas aos resultados que um dado sistema político vem produzindo. Nesse caso, o

interesse primordial consiste na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos (FREY, 2000 p.213).

Segundo Grisa e Schneider (2015) a questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das históricas lutas de resistência dos trabalhadores rurais, que são intrínsecos ao processo injusto e contraditório das relações capitalistas de produção. É possível perceber em variados momentos da história, essa questão apresenta-se com várias características, relacionando-se com as diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo. Assim, os teóricos frequentemente fazem modificações devido referências novas que veem surgindo a partir das transformações da realidade. Ainda de acordo com Grisa e Schneider (2015), a questão agrária da década de 1990, não é igual a questão agrária da primeira década do século XXI, embora seja a mesma. Grisa e Schneider (2015), afirmam que “a manutenção da estrutura do sistema capitalista, não impede que ocorram mudanças de conjuntura política e econômica. É por essa razão que falamos em questão agrária atual. A questão agrária de 1950 é diferente da questão agrária de 1980, mas os elementos estruturais não mudaram, como a concentração da propriedade da terra e as relações de produção (GRISA; SCHNEIDER, 2015 p.395).” Porém passa a existir novos elementos específicos que assumem um papel de disputa com a produção de alimentos, um exemplo é a intensificação da produção de agrocombustíveis, agravando ainda mais com a estrangeirização da terra, impactando a reforma agrária, que continua apenas como um sonho para o agricultor. Grisa e Schneider (2015), afirmam que:

Não queremos nos referir somente ao movimento da questão agrária, mas também aos seu sentido. A questão agrária não é apenas um problema agrário, é também um problema de desenvolvimento agrário. Ela explicita os problemas gerados pelo modo de produção capitalista e as possibilidades de mudança. Mas estas possibilidades não vem do capital, mas sim do campesinato. Por essa razão, é necessário pensar as políticas públicas emancipatórias. Mas para isso é preciso desconstruir o conceito de política pública. A desconstrução é necessária porque a definição do conceito também está em disputa (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 395).

No entanto a questão agrária como vimos anteriormente é apenas uma das diversas demandas que vem se arrastando ao longo dos anos e que carece pela implementação de políticas públicas. De acordo com Gianezine *et al.* (2017) “refletir sobre a complexidade de um sistema que dê voz à diversidade de necessidades do povo, sejam elas sobre educação, crianças/adolescentes, saúde, gênero, terceira idade, desenvolvimento local, geração de emprego e renda, crédito ao pequeno produtor ou à questão ambiental, implica o

entendimento da importância de um conjunto de políticas que ampliem direitos e garantam ações que tenham em vista o desenvolvimento social” (GIANEZINE *et al*, 2017, p. 1080).

Neste sentido, no que tange a questão agrária, podemos afirmar que é fundamental para a reestruturação agrária que se pense em políticas de desenvolvimento, essas que também são da alçada da sociedade organizada, pois as políticas públicas são para atender as demandas dessa sociedade, portanto entende-se que essas deveriam surgir a partir da organização das classes sociais interessadas. Sendo assim Grisa e Schneider (2015), trazem à baila a seguinte afirmação:

Nas últimas três décadas surgiram diversas políticas públicas de caráter emancipatório e de subordinação. Fundamental enfatizar que estes estilos de políticas são relativos à correlação de forças que definem os destinos da população subalterna rural e urbana. O protagonismo dessa população é condição essencial para as organizações que querem defender suas intencionalidades e interesses, de modo propositivo. As políticas de subordinação, quase sempre, são elaboradas de cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas. As políticas emancipatórias, quase sempre, são elaboradas de baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade. A reforma agrária tem sido realizada predominantemente como uma política de subordinação e os resultados estão aquém das proposições dos movimentos. Isso não significa que a reforma agrária não possa ser uma política emancipatória, mas para ser, precisa dos elementos constituintes, como a participação das partes interessadas com autonomia e poder de decisão. Mesmos os assentamentos criados como política de subordinação, podem se emancipar por meio da organização das famílias assentadas vinculadas aos movimentos camponeses organizados em escala nacional. A passagem da condição de subordinado para a emancipação é construída por um conjunto de fatores que relacionam as organizações políticas na defesa de seus modelos de desenvolvimento (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 396).

Sendo assim, Mazoyer (1982) ressalta que as políticas públicas, se aplicadas de maneira isolada e desarticulada, não conseguem proporcionar aos agricultores meios reaver suas terras abandonadas e reconstruir um capital sólido para explorar os recursos, pois o processo de espoliação e deterioração do patrimônio dos agricultores, chegou a uma situação de descapitalização frente as décadas de intervenção do Estado atuando como medidor do desenvolvimento rural das regiões. Temos ainda segundo Abramovay (1998), apesar da precariedade do patrimônio dos agricultores familiares, o sistema agrícola familiar é uma situação generalizada nos países capitalistas que pode ser justificado apenas pela herança camponesa. Portanto, o Estado foi decisivo na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário destas nações centrais.

Sendo assim, ao analisar o campo de aplicação das políticas públicas é possível verificar que elas têm caráter holístico em sua aplicação, ou seja, um campo que está inserido diversas unidades em totalidades organizadas. As políticas públicas, depois de serem

desenhadas e formuladas, são transformadas em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Ao serem colocadas em prática são executadas sendo necessário um sistema de acompanhamento e avaliação eficientes. No caso de Córrego Novo, MG foi possível perceber através da pesquisa realizada que o município não possui políticas públicas para dinamizar a produção agrícola, importante ressaltar que a grande maioria dos agricultores não tem conhecimento das políticas públicas federais disponíveis ou em alguns casos nem sabem que, por exemplo, o PRONAF é uma política pública. Essa afirmação se fundamenta no relato do agricultor E.C.S. (40 anos), que ao ser questionado se acessa alguma política pública respondeu: “o que é política pública?”. Nesse sentido, foi esclarecido a dúvida ao agricultor e dado como exemplo o PRONAF. Ele afirmou: “sei que alguns agricultores amigos meu, tem crédito do PRONAF, mas não sabia que era uma política pública e não sei também como faço para obter o crédito para investir na propriedade (E.C.S., 40 anos, 2020)”. Porém, ressalta-se a importância da participação dos agricultores familiares na formulação dessas políticas públicas, que conforme expressa Picolotto (2011):

Essa perspectiva de descentralização das políticas, de participação na definição dos rumos da política agrícola e o princípio de diferenciação da política agrícola para o pequeno produtor serão muito importantes para a definição de políticas públicas específicas para esse público nos anos seguintes e para que o sindicalismo (seja em sua vertente cutista, seja em sua vertente contaguiana) reforçasse a busca de construção de um projeto próprio de agricultura (PICOLOTTO, 2011, p. 155).

No Brasil, de acordo com Frey (2000), os primeiros estudos sobre políticas públicas foram realizados recentemente. Esses estudos deram ênfase ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. Estudos antigos sobre políticas públicas em que se baseiam em métodos quantitativos na maioria das vezes são forçados a se limitar a um número reduzido de variáveis explicativas, por causa de dificuldades técnicas e organizativas. No entanto, para conhecermos os detalhes sobre a gênese e o percurso de certos programas políticos, os fatores favoráveis e os entraves bloqueadores, então a pesquisa comparativa deve focar de forma mais intensa na investigação da vida interna dos processos político-administrativos. O direcionamento processual torna-se mais relevantes os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas.

Para Abramovay (1998) a participação do Estado no processo de estruturação e estabelecimento da Agricultura Familiar como base social dando dinamismo ao setor agrícola, foi e é fundamental, tendo como seu objeto de intervenção as estruturas agrárias, nas política

de formação de preços, na determinação estrita da renda agrícola e, até mesmo, no processo de inovação técnica que influenciou o cotidiano de diversos agricultores que viviam numa estrutura atomizada em que o Estado tinha maior influência do que em qualquer outro setor econômico. Por outro lado, Mazoyer (1982) ratifica que, apesar da presença do Estado na execução da política agrícola geral (políticas de preços, de estrutura e desenvolvimento), a tendência deste, mesmo que de forma indireta, é reforçar as desigualdades entre as propriedades e as regiões.

De acordo com Souza (2006, p. 22), “no processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas”. Mazoyer (1982) traz em seu artigo o seguinte subtítulo: “Os efeitos das políticas agrícolas sobre as desigualdades regionais no desenvolvimento agrícola”, e posteriormente afirma:

Com as políticas de reforma agrária, equipamentos comunitários e de apoio ao desenvolvimento, vemos o Estado em nome do interesse superior de acumulação geral intervindo para reduzir o subdesenvolvimento regional e para eliminar as condições da sua reprodução. Nestes casos, a intervenção do Estado é, portanto, particularmente clara e maciça. Para ser menos explícito, em todos os outros casos de subdesenvolvimento agrícola regional que nos tem ocupado, a intervenção do Estado, os efeitos das políticas econômicas e agrícolas não são menos presentes (MAZOYER, 1982, p.7).

É possível perceber a partir leitura do trecho anterior, a atuação/intervenção Estatal na economia agrícola com a finalidade de controlar e regular as políticas econômicas, beneficiando na maioria das vezes, os interesses do mercado. Entende-se que a partir da desvalorização dos produtos agrícolas, os assalariados poderão suprir suas necessidades alimentares básicas e ainda sobrar recursos para consumirem bens duráveis e serviços no mercado. Portanto a partir de uma análise acerca da reforma agrária no Brasil, pode-se chegar à conclusão que esta, na maior parte das situações, não é implementada para fortalecer as cadeias curtas de abastecimento (local, regional), ou seja, a agricultura familiar, inviabilizando a consolidação dos interesses capitalistas.

A produção em escala e a especialização da agricultura são fatores mais propícios ao controle Estatal e aos ganhos por produção em escala. Os ganhos com produção em escala, na maioria das vezes, estão relacionados com a produção especializada de culturas de larga escala e que foi impulsionado pela Revolução Verde, porém, não é possível perder de vista

que, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2019), a agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos no mercado interno. Portanto, levando em consideração o importante papel da agricultura familiar, para o modelo de desenvolvimento econômico do país, o Estado exerce o papel de fomentar a agricultura integrada ao mercado. Nesse sentido, é possível relacionar algumas políticas públicas que foram implementadas no Brasil específicas para o segmento da agricultura familiar, tais como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

### **3.4 Pluriatividade Agrícola**

Na atualidade, a pluriatividade é entendida como uma busca de desenvolvimento da agricultura familiar, no que tange a renda dos agricultores. Ela possibilita que integrantes das famílias de agricultores, que permanecem no meio rural, exerçam diferentes atividades como fonte de renda, ou até mesmo, exerçam atividades não agrícolas, conservando sua residência no campo e uma relação com a agricultura e a vida no meio rural. No município de Córrego Novo, MG pode-se destacar que existem agricultores familiares pluriativos, como relatado pelo informante-chave B.L.Z.P. (39 anos), “em nosso município muitos agricultores estão precisando trabalhar fora para complementar a renda, por exemplo o fulano de tal que tira o leite e trabalha de servente de pedreiro, se ele for depender apenas do dinheiro do leite para sobreviver, passa dificuldade (B.L.Z.P., 39 anos, 2020)”.

Neste contexto, conforme Baumel e Basso (2004), a pluriatividade colabora com o desenvolvimento da agricultura familiar:

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

A pluriatividade se constitui como uma prática social, a partir da busca constante na contemporaneidade das famílias agrícolas de conseguir ampliar as fontes alternativas de renda. Sendo assim a pluriatividade é considerada como a diversificação das atividades rentáveis da família agrícola, possibilitando melhorar a renda familiar ou até mesmo para investimento na propriedade rural. Outra concepção envolve compreender como um

fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a atividade agrícola. É por meio dela que agricultores familiares, que vivem no espaço rural, exercem diferentes atividades, como por exemplo, o agricultor que produz o leite na sua propriedade rural e trabalha de pedreiro tanto na comunidade rural onde reside quanto na zona urbana, neste caso pode-se afirmar que o agricultor exerce a pluriatividade. Silva (1997) faz a indagação: “e a que se deve tudo isso?”, e em seguida responde:

Parece não haver mais dúvidas de que as transformações nos campos político, econômico e social ocorridas neste final de século apontam para uma nova sociedade em gestação. Hoje, as dimensões do estilo e qualidade de vida ganharam importância dentro do "status profissional"; e as inovações nos setores das comunicações e transportes tornaram possível a globalização e mudaram completamente as noções relativas criadas pelas distâncias físicas até então conhecidas. Possivelmente, a emergência de um novo paradigma, que vem sendo chamado de "pós-industrial", por uns e de "pós-fordista" por outros, assentado nessas novas tecnologias - com destaque para a informática e a microeletrônica - permitirá alterar simultaneamente a natureza das inovações tecnológicas e as formas de organização industrial decorrentes de sua aplicação ainda nesse final de século XX (SILVA, 1997, p. 44).

De acordo com Schneider (2009), a pluriatividade é um fenômeno heterogêneo e diversificado que está relacionado às estratégias sociais e produtivas adotadas pela família e por seus membros e, também, depende das características do contexto em que estiver inserido. O autor ainda afirma que a pluriatividade se caracteriza pela combinação de múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família, sendo uma delas a agricultura. Ainda de acordo com Schneider (2009, p. 7), “a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica”. O autor faz a seguinte afirmação:

Mas a definição operacional da pluriatividade também requer a referência à uma unidade de análise a ser utilizada. A rigor, pode-se falar da pluriatividade de uma pessoa, quando esta exerce mais de uma atividade, ou da pluriatividade de uma família ou ainda de parte dos membros que integram a família. Nos trabalhos que temos realizado, a pluriatividade sempre se refere à família, pois consideramos pluriativa a família em que pelo menos um dos membros que a integra exerce a combinação de atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas. Trata-se, portanto, da pluriatividade familiar que ocorre nos espaços rurais (SCHNEIDER, 2009, p. 5).

No contexto da definição de pluriatividade como a combinação de duas atividades, sendo uma delas a atividade agrícola. Fica uma incógnita, o que vem a ser uma atividade

agrícola? Sendo assim temos como definição da atividade agrícola, segundo Schneider (2009), como uma miríade diversificada e complexa de tarefas, procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas. Schneider (2009), afirma que:

Em função desta diversidade e complexidade torna-se difícil e muito relativo definir onde começa e termina uma atividade agrícola, pois nem sempre estas atividades são realizadas no interior de um único estabelecimento. Não obstante, para fins de definição das atividades agrícolas, é importante considerar a base física onde estas se realizam, que é o estabelecimento agropecuário. Mesmo assim, pode-se falar de atividades agrícolas desempenhadas no próprio estabelecimento ou de terceiros. Seja como for, dependendo das situações e dos contextos, sempre haverá algum grau de arbitrariedade neste tipo de definição (SCHNEIDER, 2009, p.4).

De acordo com Silva e Grossi (2000) no padrão fordista de organização do trabalho a atividade fora da propriedade agrícola era considerada como uma etapa do processo de proletarização. As diversas transformações da economia, especialmente a flexibilização do processo de trabalho industrial, propiciaram o aumento da mão-de-obra pluriativa, que por ser mais econômica, desperta o interesse da indústria. A pluriatividade tornou-se permanente nas unidades familiares agrícolas, considerando o novo ambiente social e econômico existente. Silva e Grossi (2000), ainda afirmam que os agentes promotores da pluriatividade são:

- a) "desmonte" das unidades produtivas, no sentido de que muitas atividades internas à unidade produtiva passaram a ser executados por terceiros, contratados para executar as mais diversas atividades do processo produtivo;
- b) decorrente do anterior, crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas agropecuárias e de profissões tipicamente urbanas como de administradores, de motoristas, de contadores ou de outros profissionais vinculados às atividades não-agrícolas;
- c) especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados, como animais jovens, animais exóticos, frutas frescas e flores, entre muitos outros;
- d) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição;
- e) melhoria de infraestrutura social e de lazer rurais, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores chances de acesso aos bens públicos, como a previdência, o saneamento básico, a assistência médica e a educação. (SILVA; GROSSI, p. 12).

Entende-se que no espaço rural contemporâneo a pluriatividade se faz presente e necessária como forma alternativa de fonte de renda, uma vez que no atual cenário econômico, climático e até mesmo social, a vida no meio rural está sendo ameaçada por diversas ideologias desenvolvimentistas. Temos também que as alterações no mercado de trabalho estão influenciando o aumento do desempenho de atividades não agrícolas pelas

peessoas e/ou famílias que residem no meio rural, demonstrando a transição do tradicional para o moderno. De acordo com Schneider (2009) as atividades não agrícolas exercidas por pessoas ou famílias com domicílio rural estão em constante crescimento no Brasil e no mundo, porém esta situação não implica, inexoravelmente, um aumento proporcional da pluriatividade. No entanto, os indivíduos que constituem uma família podem optar entre combinar duas ou mais ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher por exercer outra ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em atividades não-agrícolas, continuando a residir no meio rural. Schneider (2009), ainda afirma que:

Esta diferenciação não traz apenas implicações para a análise das transformações dos mercados de trabalho e das alterações do perfil sócio-profissional e identitário das famílias no meio rural, mas também para as políticas públicas. Os programas de estímulo às atividades não-agrícolas como a prestação de serviços, o turismo rural, o artesanato e outros, podem não implicar na expansão da pluriatividade das famílias, pois pode haver uma transição direta da ocupação em atividades agrícolas para não-agrícolas. Por esta razão, o estudo da pluriatividade requer uma análise do contexto e das condições sociais e econômicas em que vivem as famílias assim como o estudo das expectativas e dos interesses dos indivíduos (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

Segundo Silva (1997) o meio rural brasileiro não pode ser caracterizada apenas como agrário, sendo que o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado unicamente a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há uma série de atividades não-agrícolas - tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que cada vez mais representa a nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro. Ainda segundo Silva (1997) *apud* Muller (1995, p. 223-247), o espaço rural:

o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além dele poder oferecer ar, água, turismo, lazer e bens de saúde, possibilitando uma gestão multi propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas. A integração da produção agrária nas relações sócio-econômicas do complexo agroindustrial, de um lado, e nas relações comunitárias locais-regionais, de outro, abre oportunidades de encaminhar – não resolve de uma vez - os problemas existentes pelos processos herdados e pelos problemas potenciais oriundos da nova e mais radical modernização do agribusines. A realização dessas oportunidades requer incentivos econômicos e culturais e políticas inovadoras, que busquem novas formas de gestão política e pública (SILVA (1997, p.74) *apud* MULLER 1995, p. 223-247).

Segundo Schneider (2009). a partir da necessidade dos estudiosos ampliarem o enfoque do fenômeno para além da forma “clássica” da pluriatividade, que provem da relação intersetorial da agricultura com outros setores, sobretudo, com a indústria, surgiram as

tipologias das formas de pluriatividade. Assim temos as seguintes tipologias das formas de pluriatividade: Pluriatividade tradicional ou camponesa; Pluriatividade intersetorial; Pluriatividade de base agrária e Pluriatividade pára-agrícola. Ainda de acordo com Schneider (2009), existem seis fatores que podem estimular a pluriatividade, que são eles:

Entre as razões apontadas para explicar as mudanças nas formas de ocupação no meio rural e o crescimento da pluriatividade destaca-se, em primeiro lugar, a própria modernização técnico-produtiva da agricultura. Em segundo lugar, destaca-se os processos de terceirização e crescimento da prestação de serviços no meio rural. Um terceiro fator está relacionado à queda crescente e continuada das rendas agrícolas. O quarto fator importante refere-se às mudanças nos mercados de trabalho. Refletindo uma tendência mais geral, a expansão da pluriatividade no meio rural também pode ser atribuída à dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola de algumas regiões. Em quinto lugar, a pluriatividade aparece como uma resposta à determinadas políticas de desenvolvimento rural, que estimulam atividades não-agrícolas no meio rural tais como o turismo, as pequenas e médias indústrias, a preservação ambiental, entre outras. Em sexto e último lugar, mas não menos importante, pode-se citar como fator de estímulo à pluriatividade o fato de ela é uma característica intrínseca da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2009, p. 13).

Portanto, entende-se que a pluriatividade é uma consequência dos processos amplos de transformação da sociedade atual, mediante as diversas e bruscas mudanças o espaço rural vem se adaptando, buscando manter-se, porém é inevitável que os reflexos destas mudanças sejam percebidas através da clara “urbanização” do meio rural, especialmente no que se tange aos modos de produção e formas de ocupação do trabalho. Schneider (2009, p. 9) afirma que “a pluriatividade também está relacionada ao repertório cada vez mais complexo de respostas dos agricultores aos contextos em que vivem e às situações adversas que enfrentam, notadamente em face dos problemas advindos de sua crescente vulnerabilidade e perda de autonomia”. Nesse sentido, adiante, será abordado o contexto do mercado agrícola, suas transformações e permanências no âmbito da agricultura brasileira.

### **3.5 Mercado Agrícola**

A partir dos anos 1980 um conjunto de novas tecnologias começaram a se difundirem nas diversas áreas econômicas. Para tanto, será destacado aqui à área agrícola, sobretudo, no que tange a tecnologia da informação, implementos agrícolas e comunicação, o que possibilitou a implementação de ferramentas de gestão e distribuição mais eficientes, consolidando assim a participação econômica das empresas do setor no mercado. Porém, é importante ressaltar que este novo paradigma tecnológico facilitou a comercialização de

produtos de outros países, regiões, continentes, ou seja, fortalecimento das cadeias longas de abastecimento.

Segundo Wilkinson (2006) após a crise dos anos 80 e a percepção do fracasso do modelo de substituição de importações, os países da América Latina se alinharam às exigências da Organização Mundial do Comércio (OMC) e adotaram estratégias de crescimento dando foco as exportações. Essas estratégias implicaram consequências no mercado interno dos países, tais como: retirada do governo de controle direto na formação de preços ou compras, em alguns casos o desmantelamento de serviços de extensão, eliminação de políticas setoriais, fragilização da participação dos produtores de pequena escala no mercado, dentre outras questões.

Segundo Silva (1997) o rural brasileiro foi urbanizado a partir das décadas de 1980 e 1990, sendo um resultado do processo de industrialização da agricultura, por um lado, e por outro, a ocupação pelas cidades no espaço que era tradicionalmente definido como rural. O resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura que no passado era caracterizada como um setor produtivo entendido como autárquico, possuindo seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno se integrou aos outros setores da economia de forma a contribuir com os resultados dos demais setores, e vice-versa, que lhe fornecem e/ou compram seus produtos. Ainda de acordo com Silva (1997), a integração da agricultura com os demais setores econômicos consolidou nos chamados “complexos agroindustriais”, que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias vinculadas.

Neste sentido, podemos afirmar que a partir da revolução verde o setor agrícola no Brasil mudou de foco buscando integrar a economia e gerar resultados econômicos. Analisando de forma crítica a situação trazida no parágrafo anterior, pode-se dizer que o setor agrícola brasileiro passou a atender de forma mais efetiva aos interesses internacionais por se transformar em um grande produtor/exportador de matéria prima e de produtos agrícolas com pouco valor agregado, enquanto os países de “primeiro mundo” ou “desenvolvidos” investem em pesquisa e desenvolvimento para agregar valor à matéria prima fornecida anteriormente e vender um produto acabado posteriormente por um preço elevado alegando beneficiamento do mesmo. Um exemplo do que foi descrito, temos que segundo a EMBRAPA (2019), o Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, porém a produção brasileira é exportada em boa parte tendo como seu principal comprador a China, porém o Brasil mesmo com uma alta produção do grão e apesar de exportar, o país ainda importa soja sendo que, de acordo com o Canal Rural (2019), tem como

principal fornecedor o Paraguai, no ano de 2019, o Brasil importou 144,2 mil toneladas de soja.

Atualmente, no Brasil, a maioria dos produtos do agronegócio são fundamentados no monocultivo e são exportados, exemplo disso são os grãos. A agricultura tem uma relevante participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB), sendo assim o setor agrícola merece uma atenção especial do Estado, por desencadear e promover a economia local, regional e/ou nacional. De acordo com Abramovay (1998) o agronegócio está em constante movimento, levando em consideração o modelo capitalista de desenvolvimento, ele desempenha um papel fundamental, pois a partir da produção em grande escala e do controle dos preços é possível garantir preços relativamente baixos dos produtos que compõe a cesta básica, sobrando assim recursos para os assalariados consumirem bens e serviços duráveis.

De acordo com o blog Jacto (2019) para manter-se competitivo no mercado agrícola é necessário que o produtor se mantenha informado e possua conhecimento do mercado. Ainda de acordo com o blog Jacto (2020), os quatro principais cereais produzidos no mundo em 2017/2018 representam 91% de toda a safra, que são eles: milho 36,3%, trigo 26,3, arroz 16,9% e soja 12,2%. Considerando também a produção de alimentos de forma geral, incluindo a pecuária, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), divulgada pela Foodnews, o ranking fica da seguinte forma: cana de açúcar 24%, milho 12,87%, 9,33%, trigo 8,99%, leite de vaca 8,04%, batata 4,73%. Não se pode deixar de destacar que os produtos orgânicos vêm conquistando espaço no mercado, sobretudo, devido a tendência do consumidor buscar por uma vida saudável. De acordo com Redin (2019), que atualmente o principal incentivador/consumidor da produção de produtos orgânicos é o Estado, porém, “a busca por mercados privados para os produtos orgânicos é o planejamento das famílias agricultoras para sua consolidação” (REDIN, 2019, p. 30).

Segundo a Revista Digital Globo Rural (2018) o Brasil é o 3º maior exportador, agrícola mundial, ficando atrás apenas da Europa e Estados Unidos. O mercado agrícola está aumentando sua participação na composição do PIB mundial, ainda de acordo com a Revista Digital Globo Rural (2018), no ano 2000, esse mercado movimentava US\$ 570 bilhões, sendo que em 2016 passou a movimentar US\$ 1,6 trilhão, pode-se atribuir tal situação a expansão econômica da China e a crescente demanda por biocombustíveis. Essa expansão nos quinze primeiros anos do mercado agrícola pode estar ameaçado devido a previsão de mudanças climáticas, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a demanda alimentar mundial terá que dobrar para atender a demanda, e se nada for

feito para reverter as questões climáticas alguns países que hoje são líderes em exportação agrícola passará a ter dificuldades de produzir, dentre estes está o Brasil.

De acordo com a Revista Digital Diário do Comércio (2019), Minas Gerais é o Estado com maior diversificação da produção agrícola no Brasil, foi realizada um levantamento pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) 2018, onde tinham 63 produtos pesquisados a fim de entender qual os Estados que os cultiva, desses 63 produtos agrícolas, 50 são produzidos em Minas Gerais. Com relação ao valor total da produção agrícola do Estado de Minas Gerais, sem incluir a pecuária, silvicultura e extração vegetal, o Estado fica em quinto lugar no país, produzindo o equivalente ao valor de R\$ 35,1 bilhões, atrás de São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. No ano de 2018, a produção de café, soja, cana de açúcar, milho, feijão e batata inglesa, correspondeu a mais de 87% do valor da produção agrícola total do Estado.

Ainda de acordo com a Revista Digital Diário do Comércio (2019), em se tratando dos municípios mineiros, o Estado tem seis produtores de café dentre os dez maiores do Brasil, sendo o maior deles de Patrocínio, MG. Se considerarmos apenas o café arábica, entre os dez maiores produtores do país, oito são de Minas Gerais. O estado de MG ainda se destaca na produção de cana de açúcar, tendo destaque para os municípios de Uberaba e Frutal, com relação a produção de feijão, Paracatu e Unaí são os municípios que mais produzem feijão em Minas Gerais respectivamente, sendo Paracatu, o terceiro maior produtor nacional. No que tange a produção de batata inglesa no Estado, temos Perdizes como maior produtor do país, Santa Juliana o sexto e Sacramento, o décimo (DIÁRIO DO COMERCÍO, 2019).

Segundo com Deolindo (2019), dentre os Estados da região Sudeste, Minas Gerais tem o segundo maior valor bruto de produção agropecuária na região Sudeste, ficando atrás apenas de São Paulo. Considerando a produção nacional, Minas Gerais fica em quarto, ficando atrás também de Mato Grosso e Paraná. Em 2018, o valor adicionado da Agropecuária de Minas Gerais representou 5,1% do valor adicionado total do Brasil e 5,4% do V.A. total do Estado. Vale destacar que, segundo Deolindo (2019):

Dentre os principais gêneros agrícolas produzidos em Minas, o café destaca-se em primeiro lugar. A previsão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para a safra deste ano é de que o café mineiro represente 56% do valor bruto total da produção desse gênero em todo o país. O leite, outro gênero bastante relevante para o estado, também tem destaque na produção nacional: cerca de 27% do valor bruto total de leite será produzido em Minas este ano, ainda segundo o MAPA. Para além desses produtos, a soja, a cana-de-açúcar e o milho também tem grande participação na agricultura mineira, representando 28% da produção agropecuária total do estado (DEOLINDO, 2018 p. 1).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) que o valor bruto da produção (VBP) agropecuário do Estado de Minas Gerais referente a safra do ano de 2019, é de R\$ 59 bilhões. Segundo Deolindo (2019), o valor representa uma variação negativa de 1%, na comparação com o VBP agropecuário do Estado em 2018. Dentre os fatores responsáveis pelo decréscimo, destaca-se a queda de 25% da produção de café, em virtude da bienalidade característica da produção cafeeira. Além disso, o VBP do café também é afetado devido a forte queda nos preços da saca. Em uma conferência, o vice-presidente de finanças da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) afirmou que o setor cafeeiro “enfrenta uma crise sem precedentes no Brasil”.

Com relação ao fortalecimento da economia local podemos citar o mercado institucional da compra de alimentos da agricultura familiar como o PAA e o PNAE. O PNAE é considerado na atualidade no Brasil, um dos maiores programas de apoio à agricultura familiar e incentivo a economia local e regional. Temos que considerar a realidade do município que tem como principal atividade agrícola a pecuária leiteira e neste sentido, segundo Zoccal, Souza e Gomes (2005) o produtor de leite tem uma dificuldade em dialogar com os compradores de seu produto, sendo que é de suma importância a manutenção deste diálogo para estreitar a relação e buscar formas de barganhar os preços de forma a ficar mais vantajoso para o agricultor.

No Brasil, os produtos agrícolas são comercializados em uma diversidade de canais de distribuição, tais como: supermercados, feiras livres, porta a porta, centros de distribuição (ex.: Ceasa/MG), dentre outros. É importante ressaltar que uma tendência do mercado é o consumo de produtos que garantam a segurança alimentar e nutricional, essa que estará melhor contemplada com o consumo de produtos orgânicos, esses que na maioria das vezes são provenientes da agricultura familiar. Consumindo produtos da agricultura familiar, a economia local e/ou regional será beneficiada e conseqüentemente fortalecerá o desenvolvimento do meio ao qual você está inserido.

### **3.6 Sistemas Agrários**

Os sistemas agrários podem ser entendidos como as diversas características do espaço agropecuário, no que tange as técnicas de cultivo, como também no que se refere aos aspectos específicos das propriedades rurais. Sendo assim, a enumeração e classificação dos sistemas agrários podem ser realizadas através de variados critérios. De acordo com Silva (2014), “analisar e explicitar um objeto complexo em termos de sistema é necessário, em primeiro

lugar delimitá-lo, de forma a traçar uma fronteira entre esse objeto e o resto do mundo; depois, para distingui-lo de outros objetos que, sendo da mesma natureza, são ao mesmo tempo, diferentes o bastante para serem considerados como parte de outra espécie do mesmo objeto, para em última instância, classificá-los” (SILVA, 2014, p. 48).

Neste sentido, delimitou-se, como objeto de análise, o município de Córrego Novo, MG, sendo possível relacionar, por exemplo, a pecuária leiteira como uma de suas principais características agropecuárias. A partir disso, pode-se fazer uma breve análise a fim de evidenciar como acontece a produção de leite no município. De acordo com o informante chave D. P. (74 anos), as propriedades rurais do município de Córrego Novo, MG são de base familiar, o clima é quente na maior parte do ano, o relevo é composto por montanhas e planícies, sendo que a maioria dos agricultores tem como principal atividade econômica de sua propriedade a produção do leite. É importante ressaltar que no município existem poucos agricultores capitalizados, portanto, a produção leiteira em sua maior parte é manual, sendo poucos produtores no município que utilizam a ordenhadeira.

Ainda de acordo com o informante chave D. P. (74 anos), nas regiões montanhosas do município estão concentrados os agricultores menos capitalizados que, conseqüentemente, produzem leite em menor quantidade, usando a braquiária que para ser plantada houve desmatamento, o que conseqüentemente causou erosões no terreno. O informante-chave ainda afirmou que nas regiões do município que predominam as planícies encontram-se os agricultores mais desenvolvidos, que produzem maior quantidade de leite, inclusive ele ressaltou que um produtor do Córrego do Monte Alegre produz aproximadamente 5.000 litros de leite por dia, e sua produção é toda mecanizada. Com relação à produção agropecuária, Neto e Basso (2005) afirmam que:

A produção agropecuária provoca efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre a economia de uma região. O efeito direto corresponde ao valor agregado diretamente pelas atividades agropecuárias, parte do qual se constitui na renda dos agricultores, sendo o restante dividido entre os demais agentes sociais que participam, direta ou indiretamente, do processo produtivo (trabalhadores, proprietários de terra, bancos, Estado...). Já o efeito indireto da produção agropecuária sobre a economia corresponde à formação de valor agregado nos vários segmentos das cadeias produtivas a montante e a jusante da produção agropecuária. Ao demandar insumos e equipamentos, assim como transporte, transformação e comercialização, a produção agropecuária provoca a formação de valor agregado na cadeia produtiva, o qual se adiciona ao valor diretamente gerado por ela no interior das unidades de produção agropecuárias. O efeito induzido, por sua vez, corresponde à circulação monetária provocada pelo gasto do valor agregado gerado pelo setor primário na aquisição de bens e serviços produzidos localmente, ocasionando um efeito induzido sobre a economia (NETO; BASSO, 2005, p. 55).

Segundo Neumann e Fialho (2009) as características do sistema agrário de uma determinada região, localidade, município geralmente é realizada a partir de uma metodologia fundamentada no enfoque sistêmico. Neumann e Fialho (2009) evidenciam como exemplo a produção de leite, que ao analisarmos um pequeno rebanho de gado leiteiro, estamos quase que interessados apenas na produção de leite (tamanho do rebanho, quantidade produzida, qualidade do produto, custo de produção, entre outros) e nos esquecemos de que a produção de leite pode ser importante para outras atividades. Sendo assim, o estrume do gado leiteiro pode ser utilizado como adubo orgânico para uma atividade de produção vegetal. Podemos observar, através do exemplo abordado, que existe uma relação entre a atividade de produção de leite e a atividade agrícola nessa propriedade. Nesse sentido, “a partir do exemplo, podemos dizer que a agricultura não é uma simples justaposição de atividades produtivas e fatores de produção, mas é um sistema organizado em torno de interações entre seus múltiplos componentes (NEUMANN; FIALHO (2009) *apud* WÜNSCH, 1995, p. 07).” Neumann e Fialho (2009), afirma que:

Para observar e analisar a propriedade rural como um sistema, implica considerá-la em um conjunto, isto é, as inter-relações existentes entre seus elementos, para depois analisá-la em suas partes. Procurasse conhecer o geral (por exemplo, a região em que estão localizadas as propriedades rurais que queremos estudar) para melhor compreender o particular (por exemplo, uma localidade rural ou até mesmo uma propriedade agrícola familiar) (NEUMANN; FIALHO, 2009, p. 07).

Neste sentido, a análise do sistema agrário do município de Córrego Novo, partiu do geral para o particular, ou seja, a pesquisa levou em consideração o relevo, solo, clima, vegetação, hidrografia, tipologia dos agricultores, tipos de estabelecimentos agropecuários, dentre outras características, para se alcançar os objetivos pré-estabelecidos. De acordo com Neto e Basso (2015), “um sistema agrário é definido a partir de um conjunto de critérios, ligados aos seus diferentes componentes ou subsistemas. Tais componentes podem ser agrupados em dois conjuntos bem delimitados: o agroecossistema e o sistema social produtivo (NETO; BASSO, 2015 p. 1)”. No próximo tópico, são abordados os percursos metodológicos que foram usados para desenvolvimento da investigação.

#### 4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para execução da proposta de pesquisa-ação foi utilizado o método de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), tivemos o município de Córrego Novo/MG como unidade de análise. A escolha deste método se deu por melhor se adequar a discussão dos dados obtidos através desta pesquisa. A proposta metodológica vislumbra evidenciar, por meio de etapas progressivas no sentido do geral para o particular, conforme destacado por Silva (2014) *apud* Mazoyer e Roudart (2010), e também diante da inter-relação entre o fenômeno observado e a sua perspectiva histórica a fim de facilitar a sua explicação.

Para caracterizar um país, região, município ou uma localidade rural, por meio da proposta metodológica de ADSA, é utilizada uma metodologia fundamentada nos resultados obtidos a partir do enfoque sistêmico. “É possível a partir de uma determinada realidade justificar o uso dessa metodologia na medida em que os conceitos trabalhados podem explicar os mecanismos internos que orientam e condicionam o contexto agrário dessa realidade” (SILVA, 2014 *apud* NEUMANN; FIALHO, 2009, p. 07).

Fundamentalmente, o uso do método está alicerçado sobre três etapas de acordo com Neto (2007), sendo a primeira caracterização do processo de desenvolvimento da agricultura da região, a segunda tipologia dos sistemas de produção agropecuária e, por fim, a terceira definição de linhas estratégicas de desenvolvimento.

Sob o propósito de evidenciar a proposta, é tomado como base o Guia Metodológico para Diagnóstico dos Sistemas Agrários do INCRA/FAO (1999), na qual pressupõe algumas etapas para realização do trabalho: a) primeira etapa é a análise global da região onde foi realizado a coleta e o tratamento dos dados já existentes, análise da paisagem e o mapeamento das condições naturais, históricas e socioeconômicas; b) a segunda etapa consistiu no reordenamento das categorias de produtores e tipologia dos sistemas de produção, para tanto foi trabalhado o agrupamento dos produtores em tipologias, a qual procurou-se captar a diversidade encontrada na região, principalmente aquelas referentes às tipologias dos sistemas de produção; c) a terceira etapa se refere à caracterização dos sistemas de produção propriamente ditos, na qual foram identificadas amostras destas tipologias de forma não aleatória, ou seja, deu-se ênfase à moda existente, em seguida procurou-se identificar a forma de gestão e tomada de decisão, além dos recursos disponíveis para condução das diferentes atividades produtivas, sendo que estas últimas foram a unidade de análise final de todo o processo; d) a quarta etapa foi a realização da avaliação agronômica do sistema de produção, conforme descrita por Silva (2014) *apud* Dufumier (2010), a partir das relações entre cada

subsistema, com a finalidade de identificar a reprodução da fertilidade e os fluxos de produtos e de subprodutos, as relações de sinergia ou de concorrência e as imposições do entorno socioeconômico; e) na quinta e última etapa do processo deu-se a avaliação econômica dos sistemas de produção propriamente ditos, a fim de se levantar o valor agregado, a renda agrícola e os patamares de reprodução, além do custo de oportunidade da força de trabalho.

De acordo com Silva (2014) *apud* Mazoyer e Roudart (2010), analisar e conceber, um sistema agrário, no qual a prática da agricultura pode-se decompor essa mesma agricultura em dois subsistemas principais, que são eles: o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo, estudando tanto a organização como o funcionamento de cada um deles a partir das suas inter-relações. Neste sentido, as realidades agrárias podem ser analisadas de inúmeras formas que contemplam os aspectos econômicos, sociais, antropológicos e o meio físico. Algumas dão ênfase aos dados quantitativos, outras aos dados qualitativos. Sendo que, nos estudos quantitativos, os pesquisadores proveem as relações entre as variáveis e apresentam-nas em termos de perguntas ou hipóteses. Em um estudo qualitativo, os investigadores mencionam as questões de pesquisa, e não seus objetivos ou suas hipóteses (CRESWEL, 2007).

No entanto, o desenvolvimento de cada tipo de produtor e de cada sistema de produção dependem de fatores ecológicos, técnicos, sociais e econômicos que relacionam entre si. A continuidade existencial de um determinado tipo de produtor se relaciona com sua flexibilidade em relação às mudanças, ou seja, em último caso, dos seus resultados econômicos. E é essa complexidade, histórica e diferenciação que se busca compreender (SILVA, 2014 *apud* GARCIA FILHO, 1999, p. 10).

A pesquisa de campo se caracteriza por investigações, podendo ser somada a outras pesquisas bibliográficas e/ou documentais. De acordo com Vergara (2009), a pesquisa de campo, é: “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (VERGARA, 2009, p. 43).

É válido destacar que as técnicas utilizadas na pesquisa de campo para condução do trabalho foram às entrevistas semiestruturadas orientadas por roteiros com questionamentos abertos e de múltipla escolha aos 12 agricultores que responderam o roteiro de entrevista A e questionamentos abertos para os três (03) informantes chaves que responderam o roteiro de entrevista B. Portanto, foram realizados pelo pesquisador uma amostra de 15 participantes no total, levando em consideração os seguintes critérios: a) ser ou ter sido agricultor no município e ter idade mínima de 18 anos e máxima de 90 anos; b) para o recrutamento dos

informantes-chaves foi levado em consideração além dos critérios anteriores, o fato dele ser ocupante de algum cargo público, ser Presidente ou Vice Presidente do Sindicato ou Associação dos trabalhadores rurais do município de Córrego Novo, MG, pois entende-se que eles são detentores de informação que contribuem com a pesquisa por lidarem com os interesses dos agricultores no dia a dia.

Os informantes-chaves indicaram agricultores que se enquadram no perfil da pesquisa, e ainda o pesquisador percorreu o município, fez o mapeamento das propriedades/agricultores e selecionou os participantes da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para o trabalho, sendo que cada entrevista tem duração média de 30 minutos tanto para os agricultores quanto para os informantes-chave e foi realizada na propriedade/residência dos agricultores e dos informantes-chave. Em caso de desconforto do participante durante a entrevista, existia a opção de ser encerrada, e ainda caso fosse identificado inviabilidade de coleta de dados por algum motivo, a entrevista era suspensa/encerrada.

Foram realizados questionários, através de um roteiro semiestruturado, modelo adaptado de Silva (2014), com 15 participantes levando em consideração as características supracitadas, para registrar informações relevantes a construção do presente trabalho. Os questionários foram aplicados na segunda quinzena de junho de 2020. Com o *roteiro semiestruturado A* fizemos as seguintes análises: identificação da moradia, identificação e funcionamento da Unidade de Produção Agropecuária (UPA), caracterização das políticas públicas acessadas pela UPA e estudo da trajetória da propriedade e objetivos da família. Já com o *roteiro semiestruturado B* buscou-se fazer as seguintes análises: identificar quais são os principais produtos produzidos no município e na propriedade do entrevistado, quais os agentes envolvidos no desenvolvimento rural no município, quais os tipos de propriedade/agricultores existentes no município, quais as políticas públicas acessadas pelos agricultores ao longo da história do município, qual a opinião do entrevistado sobre o papel das políticas públicas para o agricultor, de que forma as políticas públicas poderiam melhorar a agropecuária na região, qual a origem da renda da família e para quem são vendidos os produtos produzidos na propriedade.

Os instrumentos para coleta dos dados, junto aos três informantes-chaves e aos 12 agricultores, foram trabalhados por meio de entrevistas semiestruturadas voltadas para a análise dos sistemas agrários nas propriedades selecionadas para compor a presente pesquisa. Este instrumento de coleta de dados foi escolhido por melhor se adequar a esta pesquisa, a fim de compreender a dinâmica socioeconômica e financeira do sistema agrário.

#### 4.1 Procedimento metodológico

A área que foi analisada é o município de Córrego Novo, situado no interior do Estado de Minas Gerais. Quanto a forma de coleta e sistematização das informações foi realizada em duas etapas, a primeira relacionada à caracterização regional e às políticas públicas, ambas executadas no primeiro semestre de 2020 e a segunda etapa, referente ao trabalho de campo, também foi realizado ao longo do primeiro semestre de 2020, após aprovação do projeto pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) da UFVJM. A estrutura da dissertação foi organizada da seguinte forma: na primeira etapa foi realizada a análise do sistema agrário município por meio do mapeamento das condições naturais, históricas, socioeconômicas e dos mecanismos de intervenção do Estado.



Figura 1 – Mapa do município de Córrego Novo, MG.  
Fonte: Dados do autor (2020).

A forma de coleta e sistematização das informações foi realizada em duas etapas, a primeira relacionada à caracterização regional e as políticas públicas, ambas executadas no segundo semestre de 2019 e a segunda etapa, referente ao trabalho de campo, foi realizada ao longo do primeiro semestre de 2020. A dissertação foi organizada da seguinte forma: na primeira fase foi realizada a análise do sistema agrário em nível regional por meio do mapeamento das condições naturais, históricas, socioeconômicas e dos mecanismos de intervenção do Estado no município de Córrego Novo, MG.

Para o levantamento das informações referentes às condições edafoclimáticas do município foram utilizadas fontes do IBGE, Prefeitura, sindicato e as associações de produtores, para caracterização das condições locais. Na segunda fase, buscamos identificar e analisar os patamares de renda e acumulação dos diferentes tipos de sistemas agrícolas, a

partir da avaliação econômica dos sistemas de produção propriamente ditos, considerando as tipologias A e D de agricultores inseridos no município. Por fim, foi proposto comparar os sistemas produtivos, de forma a identificar em quais condições as políticas públicas poderiam ser implantadas em direção ao interesse coletivo.

#### **4.2 Instrumentos para coleta de dados**

Os instrumentos para coleta dos dados, junto aos informantes-chaves e agricultores, foram trabalhados por meio de 15 entrevistas semiestruturadas, caderno de campo e enquetes voltadas para a análise dos sistemas agrários nas UPA's selecionadas para, dessa forma, compor a presente pesquisa. Estes instrumentos de coleta de dados foram escolhidos por melhor se adequarem a esta pesquisa, a fim de compreender a dinâmica socioeconômica do sistema agrário.

#### **4.3 Cuidados e Procedimentos Éticos**

Para a realização das entrevistas foram cumpridas as diretrizes e normas constantes na Resolução 196/96 (BRASIL, 1996) que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos, ao mesmo tempo que objetiva assegurar os direitos e deveres da comunidade científica, dos sujeitos da pesquisa e do Estado. Seguindo a referida resolução foi adotado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE Informante-Chave (Anexo II), TCLE Agricultor (Anexo II), mecanismos pelos quais os sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais, manifestaram a sua anuência à participação na pesquisa. Por meio desse termo, o entrevistado declara que foi informado de forma clara, detalhada e por escrito sobre a justificativa, objetivos e procedimentos da pesquisa.

Além disso, ele ainda é informado sobre: a) A liberdade de participar ou não da pesquisa, sendo que foi assegurada essa liberdade sem quaisquer represálias, podendo retirar o consentimento em qualquer etapa do estudo sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo; b) A segurança de que sua identidade foi preservada e que se manteve o caráter confidencial das informações relacionadas com a privacidade, à proteção da imagem e a não-estigmatização; c) A liberdade de acesso aos dados do estudo em qualquer etapa da pesquisa; d) A segurança de acesso aos resultados da pesquisa.

Por se tratar de uma população de agricultores cujo nível de escolaridade de alguns seja baixo e haver, dentre os entrevistados, pessoas com dificuldade de leitura e/ou audição, o

TCLE foi lido em voz alta para todos, de forma que o pesquisador e um representante da comunidade atestassem para a leitura, o diálogo e as explicações dadas para que, dessa forma, houvesse melhor compreensão das ideias apresentadas.

## **5 CARACTERÍSTICAS AGROPECUÁRIAS NACIONAIS, DE MINAS GERAIS E DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO, MG**

A história agrícola do município inicia com o povoamento do distrito em meados do século XX, os responsáveis pela descoberta estavam justamente procurando terras férteis. Com o passar dos anos o distrito se emancipou e se tornou município, desde então a base econômica do município e agropecuária, conforme relatado pelo agricultor J.C.T. (90 anos): “o município de Córrego Novo sempre teve a agricultura e pecuária como principais bases de sua economia, tirando isso o povo sobrevive da aposentadoria e do salário da Prefeitura. Não temos uma empresa dentro do município para gerar emprego e desenvolver o município” (J.C.T., 90 anos, 2020). A pesquisa ainda evidenciou a falta de políticas públicas implementadas ao longo da história do município, atualmente os agricultores não podem contar nem com um técnico para atendê-los, como destacado pelo agricultor V.A.P. (66 anos) “seria muito importante se o município fizesse uma parceria com a EMATER e disponibilizasse um técnico para nos atender” (V.A.P., 66 anos, 2020).

Contextualizando o mercado leiteiro, levando em consideração a relevância do leite para a economia do município de Córrego Novo, MG. Segundo Jung e Júnior (2017) “o leite é essencial à alimentação humana, sendo produzido em todo o mundo. A importância pode ser observada no ambiente produtivo e econômico mundial, principalmente em países considerados em desenvolvimento e em sistemas de agricultura familiar” (JUNG; JÚNIOR; 2017, p.35). Esse resultado da pesquisa de Jung e Júnior (2017) corrobora com a presente pesquisa sendo que o agricultor V.A.P. (66 anos) afirma que: “a produção do leite é de extrema importância para os agricultores do município, pois é através da renda do leite que o produtor faz investimentos na propriedade, embora essa renda não esteja satisfatória” (V.A.P., 66 anos, 2020).

Conforme Jung e Junior (2017) no Brasil o leite é um dos seis produtos de maior relevância do setor agropecuário brasileiro, entendido como fundamental no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda da população. O autor ainda afirma que desde a década de 90, o Brasil vem investindo e inovando para maximizar a produção leiteira, visando tornar-se competitivo no mercado global, feito que conseguiu, pois atualmente é o quinto maior produtor de leite do planeta, o foco se voltou para a produção em escala com qualidade, agregação de valor e industrialização de produtos diferenciados. É possível relacionar a afirmação de Jung e Júnior ao relato do agricultor J.F.L. (66 anos) que diz “a produção de leite gera emprego no município, porém é importante que o profissional seja capacitado, pois

os critérios que definem o preço do leite aqui é quantidade e qualidade, se o profissional não souber lidar com as vacas elas reduzem o leite e também é muito importante tomar os cuidados com a higienização e aplicação de remédios nos animais, pois se não pode comprometer a qualidade do leite” (J.F.L., 66 anos, 2020).

De acordo com Neumann e Fialho (2009, p. 54), “a abordagem sistêmica propõe-se a superar a tradição científica, a qual, para conhecer, aprender e intervir na natureza, utiliza-se de um enfoque cartesiano-reducionista, que divide e subdivide a realidade em partes independentes entre si, cada uma das quais se constituindo em unidades de investigação separadas”. Neste sentido, busca-se explicar como se apresentam a distribuição do relevo, os tipos de solo na região e as diferenças climáticas entre elas, a partir da caracterização da natureza. No que se refere à hidrografia, identificar-se os principais recursos hídricos da região. Em relação a questão ambiental são descritas as principais áreas de unidades de conservação ambiental. No quadro a seguir, verifica-se os números que se referem à quantidade estabelecimentos agropecuários no Brasil, além de outras informações relevantes, das quais destaca-se a evolução da produção do leite de vaca.

Tabela 1 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários no Brasil do período compreendido entre o período 1975-2017

Dados estruturais	Censos					
	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
<b>Estabelecimentos</b>	4.993.252	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.175.636	5.073.324
<b>Área total (ha)</b>	323.896.082	364.854.421	374.924.929	353.611.246	333.680.037	351.289.816
<b>Utilização das terras (ha)</b>						
<b>Lavouras permanentes</b>	8.385.395	10.472.135	9.903.487	7.541.626	11.679.152	7.755.817
<b>Lavouras temporárias</b>	31.615.963	38.632.128	42.244.221	34.252.829	48.913.424	55.761.988
<b>Pastagens naturais</b>	125.950.884	113.897.357	105.094.029	78.048.463	57.633.189	47.323.399
<b>Pastagens plantadas</b>	39.701.366	60.602.284	74.094.402	99.652.009	102.408.873	112.174.148
<b>Matas naturais</b>	67.857.631	83.151.990	83.016.973	88.987.582	95.306.715	106.574.867
<b>Matas plantadas</b>	2.864.298	5.015.713	5.966.626	5.396.016	4.734.219	8.658.850
<b>Pessoal ocupado</b>	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.568.205	15.105.125
<b>Tratores</b>	323.113	545.205	665.280	803.742	820.718	1.229.907
<b>Efetivo de animais</b>						
<b>Bovinos</b>	101.673.753	118.085.872	128.041.757	153.058.275	176.147.501	172.719.164
<b>Bubalinos</b>	209.077	380.986	619.712	834.922	885.119	950.173
<b>Caprinos</b>	6.709.428	7.908.147	8.207.942	6.590.646	7.107.613	8.260.607
<b>Ovinos</b>	17.486.559	17.950.899	16.148.361	13.954.555	14.167.504	13.789.345
<b>Suínos</b>	35.151.668	32.628.723	30.481.278	27.811.244	31.189.351	39.346.192
<b>Aves (galinhas, galos, frangos) (1 000 cabeças)</b>	286.810	413.180	436.809	718.538	1.143.458	1.362.254
<b>Produção animal</b>						
<b>Produção de leite de vaca (1 000 l)</b>	8.513.783	11.596.276	12.846.432	17.931.249	20.567.868	30.156.255
<b>Produção de leite de cabra (1 000 l)</b>	13.394	25.527	35.834	21.900	35.742	26.100
<b>Produção de lã (t)</b>	31.519	30.072	23.877	13.724	10.208	7.120
<b>Produção de ovos de galinha (1 000 dúzia)</b>	878.337	1.248.083	1.376.732	1.885.415	2.781.617	4.672.363

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975/2017.

É possível observar no quadro anterior os números que se referem à quantidade de estabelecimentos agropecuários no Brasil no período de 1975 – 2017, segundo os dados do censo agropecuário do referido período. Pode-se afirmar que houve um aumento de 1,58% da quantidade de estabelecimentos agropecuários no país considerando o referido período. Com relação à área em hectares também se identifica um leve aumento de 7,8%, enquanto as pastagens plantadas aumentaram 282,54% e as pastagens naturais diminuíram 266,15%. No que se refere ao aumento de efetivo de animais é possível destacar os bubalinos com 454,46% e os bovinos com 58,87%, também levando em consideração o período supracitado. É possível fazer uma breve comparação com os resultados obtidos pela pesquisa no município de Córrego Novo, no que tange as pastagens plantadas, sendo que 83,33% dos agricultores entrevistados possuem pastagens plantadas do capim braquiária.

Tabela 2 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários Estado de Minas Gerais do período compreendido entre o período 1975-2017.

Dados estruturais	Censos					
	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
<b>Estabelecimentos</b>	463.515	480.631	551.488	496.677	551.621	607.557
<b>Área total (ha)</b>	44.623.332	46.362.287	45.836.651	40.811.660	33.083.509	38.168.688
<b>Utilização das terras (ha)</b>						
<b>Lavouras permanentes</b>	655.363	1.135.748	1.288.913	1.188.053	1.732.950	1.740.888
<b>Lavouras temporárias</b>	3.325.458	3.637.608	4.051.197	2.984.082	3.595.146	4.029.184
<b>Pastagens naturais</b>	27.784.234	21.430.779	20.624.740	13.654.415	7.276.905	5.572.259
<b>Pastagens plantadas</b>	4.147.048	8.178.017	8.299.443	11.694.188	10.940.975	13.799.492
<b>Matas naturais</b>	4.048.776	5.611.201	5.478.555	5.670.306	7.155.581	9.321.686
<b>Matas plantadas</b>	587.929	1.585.393	1.767.861	1.707.782	983.567	2.012.115
<b>Pessoal ocupado</b>	2.189.945	2.284.550	2.660.130	2.000.046	1.896.937	1.836.353
<b>Tratores</b>	22.685	49.428	60.421	89.667	92.043	163.431
<b>Efetivo de animais</b>						
<b>Bovinos</b>	20.022.834	19.560.399	19.983.506	20.044.616	20.332.335	19.575.839
<b>Bubalinos</b>	9.093	17.095	25.747	20.207	26.180	48.971
<b>Caprinos</b>	90.202	80.416	95.434	61.414	78.426	69.020
<b>Ovinos</b>	112.087	91.468	106.868	125.226	226.739	140.682
<b>Suínos</b>	3.629.614	3.214.417	3.008.826	2.631.321	3.329.671	4.835.859
<b>Aves (galinhas, galos, frangos) (1 000 cabeças)</b>	32.483	50.901	45.185	67.998	83.509	112.652
<b>Produção animal</b>						
<b>Produção de leite de vaca (1 000 l)</b>	2.740.633	3.420.514	3.772.411	5.499.862	5.720.443	8.746.538
<b>Produção de leite de cabra (1 000 l)</b>	606	685	3.010	2.062	3.021	4.098
<b>Produção de lã (t)</b>	29	19	15	5	31	7
<b>Produção de ovos de galinha (1 000 dúzia)</b>	106.140	144.344	151.919	201.539	310.297	391.392

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975/2017

É possível observar no quadro anterior os números que se referem à quantidade de estabelecimentos agropecuários no Estado de Minas Gerais no período de 1975 – 2017, segundo os dados do censo agropecuário. Pode-se afirmar que houve um aumento de 23,71% da quantidade de estabelecimentos agropecuários no Estado considerando o referido período. Com relação à área em hectares também se identifica uma diminuição de 14,46%, enquanto as

pastagens plantadas aumentaram 332,75% e as pastagens naturais diminuíram 498,62%. No que se refere ao aumento de efetivo de animais podemos destacar os bubalinos com 538,56%, também levando em consideração o período supracitado. No que se refere a produção do leite de vaca no Estado, houve um aumento de 319,14% no período. Comparando o aumento da produção do leite no Estado com a produção de leite no município, temos que, de acordo com a pesquisa, 70% dos agricultores entrevistados afirmaram que a produção de leite em suas propriedades aumentaram consideravelmente, ainda desses 70% que correspondem a 7 produtores, 5 produtores disseram que a obtenção do crédito (PRONAF), para investir colabora para o aumento na produtividade.

Ainda analisando a tabela 3, é importante ressaltar o crescimento do uso de tratores nas propriedades no período analisado, cerca de 720,44%. Em contra partida, temos uma diminuição de 16,15% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas neste mesmo período. Temos também a análise da produção de leite, que segundo os agricultores e informantes chave participantes da pesquisa o leite é o principal produto agrícola comercializado no município de Córrego Novo, MG, analisando as informações contidas na tabela 3, pode-se afirmar que a produção do leite de vaca cresceu 319,14% no período analisado. Neste sentido, traremos a seguir uma tabela contendo a quantidade de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil.

**Tabela 3 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil**

<b>Entes Federativos</b>	<b>Quant. Estabelecimentos AF</b>	<b>Quant. hectares</b>
<b>Brasil</b>	3.897.408	80.891.084 ha
<b>Minas Gerais</b>	441.829	9.979.915 ha
<b>Entes Federativo</b>	<b>Quant. Demais Estabelecimentos</b>	
<b>Brasil</b>	1.175.916	270.398.732 ha
<b>Minas Gerais</b>	165.728	28.188.774 ha

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017

A partir da análise da tabela 3 podemos verificar a quantidade de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil e no Estado de Minas Gerais que se enquadram na categoria de agricultor familiar e os que não se enquadram na referida categoria. Tomando como referência o Brasil possui 30,17% dos estabelecimentos não se enquadram na categoria de agricultura familiar e possuem 70,08% de hectares das terras, enquanto 69,83% dos estabelecimentos se enquadram na categoria de agricultura familiar e possuem apenas 29,92% de hectares de terras. Em relação ao Estado de Minas Gerais possui 37,51% dos estabelecimentos que não se enquadram na categoria de agricultura familiar e possuem 64,6%

de hectares das terras, enquanto 62,49% dos estabelecimentos se enquadram na categoria de agricultura familiar e possuem apenas 35,4% de hectares de terras.

Quanto à evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município, de acordo com o IBGE Cidades, o município emancipou-se em 27 de dezembro de 1962. Na região do município de Córrego Novo predomina-se o tipo de relevo montanhoso, com altitude máxima de 854 metros acima do nível do mar, enquanto a altitude mínima é de 262 metros acima do nível do mar. A vegetação que predomina é de Mata Atlântica (IBGE, 2017). Segundo informantes-chaves da pesquisa, os maiores problemas ambientais enfrentados pelo município são a poluição hídrica, as queimadas e o desmatamento. O Parque Estadual do Rio Doce, que é uma unidade de conservação ambiental pertencente ao Estado de Minas Gerais, está localizado em parte da extensão territorial do município, porém predomina-se o cultivo do eucalipto como atividade econômica pelas indústrias do Vale do Aço. O território do município é contemplado pelas águas do Ribeirão do Óculo e Córregos do Mantimento, Santo Antônio e da Ferrugem, sendo que esses que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 4 – Quantidade de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado no Brasil, Minas Gerais e Córrego Novo, MG.

Entes Federativos	Quant. estabelecimentos com pessoal ocupado	Quant. de pessoas ocupadas
<b>Brasil</b>	5.030.721	15.105.125
<b>Minas Gerais</b>	606.889	1.836.353
<b>Córrego Novo</b>	303	909
Entes Federativos	Quant. Estabelecimentos com pessoal ocup. AF	Quant. de pessoas ocupadas
<b>Brasil</b>	3.872.232	10.115.559
<b>Minas Gerais</b>	441.456	1.083.824
<b>Córrego Novo</b>	287	885
Entes Federativos	Quant. demais estabel. com pessoal ocupados	Quant. de pessoas ocupadas
<b>Brasil</b>	1.158.489	4.989.566
<b>Minas Gerais</b>	165.433	752.529
<b>Córrego Novo</b>	16	24

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017

Os estabelecimentos agropecuários do Brasil possuem 15.105.125 de pessoas ocupadas de acordo com o Censo Agropecuário (2017). Pode-se verificar na tabela 4 que existem 3.872.232 estabelecimentos agropecuários que se enquadram na categoria de agricultura familiar no Brasil com pessoas ocupadas e 1.158.489 de estabelecimentos agropecuários que não se enquadram na categoria de agricultura familiar no Brasil com pessoas ocupadas. Da mesma forma, Minas Gerais possui 441.456 pessoas ocupadas que se enquadram na categoria de agricultura familiar no Brasil e 165.433 estabelecimentos agropecuários que não se enquadram na categoria de agricultura familiar no Brasil com

pessoas ocupadas. O município de Córrego Novo, MG possui um total de 303 estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado, sendo que 94,72 desses se enquadram na categoria de agricultura familiar.

Comparando o município de Córrego Novo, MG com seus municípios limítrofes, de acordo com tabela Sidra (2006), o município de Pingo d'água, MG possui 174 estabelecimentos agropecuários, 42,57% a menos que o município de Córrego Novo, MG, já o município de Bom Jesus do Galho possui 1040 estabelecimentos agropecuários, 243,23% a mais que o município de Córrego Novo, MG temos também o município de Dionísio, MG, que possui 478 estabelecimentos agropecuários, 57,75% a mais que o Município de Córrego Novo, MG, finalmente, o município de Raul Soares, MG possui 1930 estabelecimentos agropecuários, 536,96% a mais que o Município de Córrego Novo, MG.

De acordo com a pesquisa realizada com doze agricultores/propriedades do município de Córrego Novo, MG, apenas três propriedades dentre estas possuem mão de obra contratada formalmente, sendo que todos os entrevistados informaram que utilizam mão de obra temporária (sem formalização) esporadicamente. Ainda é possível afirmar que, de acordo com o informante-chave D. P. (74 anos), a maior parte dos estabelecimentos existentes são de pequeno porte e se enquadram na Agricultura Familiar e que cerca de 75% dos estabelecimentos possuem uma extensão entre 5 e 20 hectares. A seguir é contextualizado a região Vale do Aço, a qual o município de Córrego Novo está inserido.

Tabela 5 – Contextualização dos municípios da região do Vale do Aço em Minas Gerais

MUNICÍPIO	Área em km <sup>2</sup>	População (IBGE 2010)	Densidade demográfica hab./km <sup>2</sup> (IBGE 2010)	PIB (R\$) (IBGE 2010)	IDH-M (IBGE 2010)	QUANT. DE ESTAB. AGROP.
Açucena	815,422	10.298	12,62	57.440	0,610	855
Antônio Dias	787,061	9.573	12,16	76856	0,645	435
Belo Oriente	334,909	23.397	69,86	640.776	0,686	613
Bom Jesus do Galho	592,289	15.376	25,96	89.280	0,623	1.040
Braúnas	<b>378,318</b>	5.034	13,30	67.091	0,624	603
Bugre	<b>161,906</b>	3.990	24,64	21.169	0,627	214
Caratinga	1 258,778	85.322	67,78	899.424	0,706	2.319
Coronel Fabriciano	221,252	103.797	469,13	825.227	0,755	163
Córrego Novo	<b>205,385</b>	<b>3.129</b>	<b>15,23</b>	<b>26.455</b>	<b>0,632</b>	<b>217</b>
Dionísio	344,442	8.739	25,37	54.036	0,702	478
Dom Cavati	59,52	5.210	87,53	31.888	0,688	147
Entre Folhas	85,209	5.172	60,69	28.000	0,634	289
Iapu	340,579	10.331	30,33	56.147	0,654	706
Ipaba	113,128	16.692	147,54	70.699	0,665	303
Ipatinga	164,884	239.177	1450,5	7.391.669	0,771	178
Jaguaracu	163,76	2.982	18,20	45.622	0,679	139
Joanésia	233,292	5.427	23,26	48.889	0,626	1.067
Marliéria	545,813	4.021	7,36	24.470	0,657	77
Mesquita	274,938	6.072	22,08	30.057	0,656	699
Naque	127,173	6.341	49,86	32.929	0,675	71
Periquito	228,907	7.030	30,71	45.328	0,651	75
Pingo d'Água	66,57	4.420	66,39	27.298	0,619	174
Santana do Paraíso	276,067	27.258	98,73	236.109	0,685	80
São João do Oriente	120,122	7.874	65,55	53.595	0,648	161
São José do Goiabal	184,511	5.636	30,54	38.063	0,666	392
Sobralia	206,787	5.828	28,18	35.836	0,631	554
Timóteo	144,381	81.119	561,83	2.161.965	0,770	70
Vargem Alegre	116,664	6.457	55,34	42.082	0,631	215
<b>Total</b>	<b>8 552,067</b>	<b>717.712</b>	<b>84,42</b>	<b>12.051.823</b>	<b>0,664</b>	<b>12.304</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)

De acordo com Neto (2007, p. 7): “na análise geral da região, como localização, população total e rural, principais setores econômicos, principais atividades agropecuárias, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou Índice de desenvolvimento Social Municipal (IDSM), nível médio de renda e grau de desigualdade social e econômica (por meio da estrutura fundiária e do índice de Gini da renda, se disponíveis)” (NETO, 2007, p. 7).

Neste sentido, Ploeg (2009), faz uma breve reflexão acerca da modernização agrícola, que implicou num considerável aumento da produção em escala e diminuição da contratação de mão de obra no meio rural, como podemos verificar a seguir:

Qualquer que seja sua forma específica, e qualquer que seja sua posição específica na divisão espacial da produção agropecuária mundial, a modernização implicou, primeiramente, em aumentos significativos de escala de produção e reduções na absorção de trabalho agrícola. Em segundo lugar, implicou na introdução de uma tecnologia dirigida a uma intensificação produtiva que tomou o lugar das formas de intensificação fundadas no trabalho. Junto a estes aumentos de escala e intensidade está um abrupto e multifacetado processo de mercantilização. Este último aspecto

foi um resultado tanto quanto um pré-requisito do anterior. Mercantilização, especialmente na matriz de insumos da agricultura, e reestruturação do processo de produção caminharam lado a lado e tornaram-se o núcleo de um novo modo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização (PLOEG, 2009, p. 16).

No município de Córrego Novo, MG pode-se afirmar a partir da pesquisa realizada que apenas duas propriedades das doze propriedades pesquisadas possuem trator para manejo no dia a dia, sendo que as demais esporadicamente utilizam trator alugado para facilitar e agilizar manejo. Neste sentido podemos afirmar que a modernização agrícola, sobretudo o uso de implementos agrícolas, se faz presente na grande maioria dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, outro exemplo que podemos abordar é o uso da ordenhadeira para tirar o leite, cinco dos doze agricultores entrevistados utilizam a ordenhadeira para tirar o leite em sua propriedade.

Tabela 6 – Análise sobre os estabelecimentos agropecuários do município de Córrego Novo

Córrego Novo	Quant. estabelecimentos	Agricultor Proprietário	Agricultor não é proprietário	Produção de lavouras temporárias	Produção de horticultura e floricultura
Estabelecimentos não AF	16	15	2	-	-
Estabelecimentos AF	287	246	41	136	1
Córrego Novo	Prod. lavoura permanente	Prod. sementes e mudas	Prod. Pecuária e outros animais	Prod. Florestal – Floresta plantada	Prod. Florestal – Floresta nativa
Estabelecimentos não AF	-	-	16	1	-
Estabelecimentos AF	21	1	127	-	1

Fonte: Adaptado do SIDRA/IBGE (2018) (Censo Agropecuário 2017)

O município de Córrego Novo, MG tem como principal atividade econômica em torno da agropecuária, não possuindo nenhuma indústria ou empresa de médio e/ou grande porte. Essa constatação pode-se verificar a partir da análise da tabela 6, em que o município possui 303 estabelecimentos agropecuários, sendo que 94,4% se enquadram na categoria de agricultura familiar. Com relação às atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades, é dado destaque para produção pecuária e criação de outros animais.

## **6 ANÁLISE DIAGNÓSTICO DO SISTEMA AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DO CÓRREGO NOVO, MG.**

Neste capítulo, foca-se na análise global do município de Córrego Novo, MG a partir da ADSA, por meio do mapeamento das condições naturais e socioeconômicas, a fim de identificar as principais estratégias produtivas dos agricultores do município, bem como, políticas públicas acessadas por eles. Em especial, será identificado e caracterizado o sistema agrário do município, com descrição dos tipos de produtores e sistemas de produção, e ainda, aborda-se um pouco da trajetória histórica da agricultura do município, buscando compreender a relação existente entre as mudanças socioeconômicas e as políticas de Estado.

### **6.1 Identificação das condições naturais**

Nesse sentido, “a caracterização das condições naturais tem o objetivo de explicar como se apresentam a distribuição do relevo, os tipos de solo no município e as diferenças climáticas. No que se refere à hidrografia, identificar-se-á os principais recursos hídricos do município. Além disso, sobre a questão ambiental foram descritas as principais áreas de unidades de conservação ambiental” (NEUMANN; FIALHO, 2009, p. 49-50).

O município de Córrego Novo, MG possui características singulares no que tange seus aspectos naturais, gostaria de destacar a Pedra que é conhecida pelos populares como a “Pedra Grande”, que poderia inclusive ser uma referência turística do município. A seguir destacaremos outros aspectos naturais do município.

#### *a) Relevo*

O município de Córrego Novo tem um relevo predominante montanhoso na região A (figura 1) que estão situados o Córrego dos Procópios e Cabeceira do Mantimento, e também na região C (figura 1) que estão situados os Córrego dos Limas e Córrego Santa Maria, sendo que na região B (figura 1) onde estão situados o Córrego do Mantimento, Córrego dos Botelhos, Ribeirão dos Óculos e Córrego Caeté, predominam as montanhas, porém encontram-se a maior parte das planícies existentes no município, a região D (figura 1), compreende a área urbana do município. O relevo montanhoso ocupa aproximadamente 3/4 da porção territorial do município, com altitude máxima de 854 metros acima do nível do mar, na Pedra localizada no Córrego dos Procópio. No que tange ao relevo de planície ocupa

aproximadamente o 1/4 restante da porção territorial do município, com altitude mínima de 262 metros. Enquanto o ponto central do município tem altitude 400 metros acima do nível do mar.

O município de Córrego Novo tem como limítrofes a leste (Bom Jesus do Galho), a norte (Pingo d'Água), a oeste (Dionísio) e a sul (Raul Soares), conforme figura 2 (abaixo). Na porção leste do município de Córrego (região A, figura 1), existe uma confluência entre os biomas de Campos de Altitude e Cerrado, sendo esta região a mais montanhosa. Na porção norte (região B, figura 1), predomina o bioma de Mata Atlântica, sendo esta a região mais plana do município. Nas porções oeste e sul (região C, figura 1), predominam os biomas Cerrado e Mata Atlântica, sendo esta região composta por planícies e montanhas. A temperatura média anual é de 21,3 °C e na vegetação original do município predomina a Mata Atlântica (IBGE, 2019).

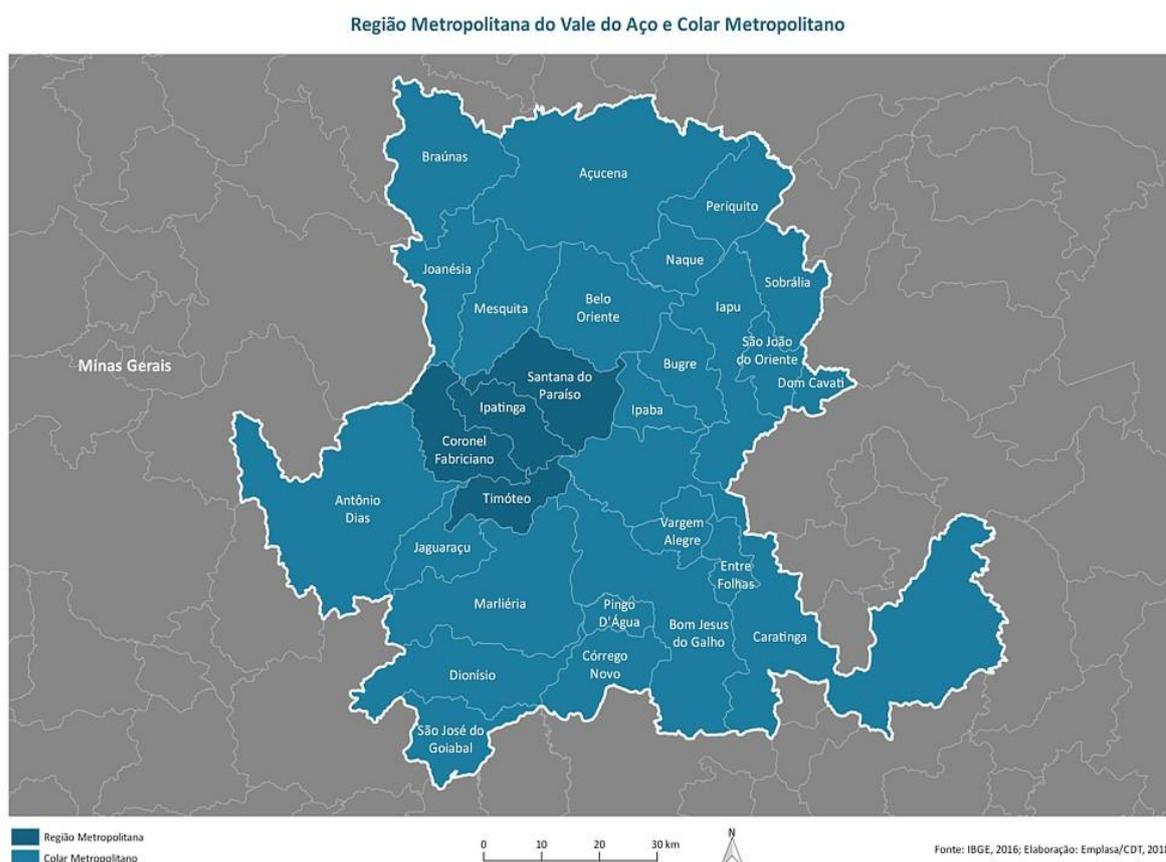


Figura 2: Mapa da região Metropolitana do Vale do Aço e Colar Metropolitano.

Fonte: IBGE, 2016; Elaboração: Emplasa/CDT, 2018

Pode-se perceber a partir da pesquisa realizada junto aos agricultores do município de Córrego Novo, MG que a região B (figura 1) em função de possuir mais planícies e abundância de água, tem um potencial maior de produção agrícola. Conforme é possível

observar que entre os agricultores entrevistados, os da região B (figura 1) são os mais desenvolvidos financeiramente e em termos de implementação de técnicas de manejo. Cabe ressaltar que o agricultor A.C.L. (56 anos), tem sua propriedade localizada na região B (Ribeirão do Óculo), plantou uma lavoura de banana e está construindo uma pequena agroindústria para produzir bananas chip e comercializar, sendo que o mesmo ressaltou que “era comerciante proprietário de um bar, no qual a família trabalhava, até que surgiu oportunidade de aquisição da propriedade a qual se tornou o meio de sustento e perspectiva de desenvolvimento da família. Fato este que o motivou a adquirir a propriedade foi a alta qualidade da terra e a necessidade de buscar algo mais tranquilo para criar seu filho” (A.C.L., 56 anos, 2020).

Devido ao relevo montanhoso nas regiões A e C (figura 1), se observou que predomina a atividade de pecuária, na maioria dos casos para produção de leite. Além disso, as áreas das propriedades são desmatadas para formação de pastagens. De acordo com o agricultor S.M.P. (37 anos): “ele tem dificuldade em encontrar uma área em sua propriedade propícia para plantação de milho e feijão, por exemplo, devido ao fato do terreno ser bastante declinado, mas mesmo assim ele planta um pouco de milho, feijão e mandioca para o consumo”.

#### *b) Solos*

A partir do recorte realizado no município de Córrego Novo no mapa de Solo do Estado de Minas Gerais, extraído do IBGE (2001), foi possível destacar na região, a recorrência predominante do solo PVe4: Argissolos Vermelhos, Argissolos Vermelho-Amarelos.

##### *Argissolo Vermelho*

Este solo, segundo Fernandes (2012, p. 12), “ocorre geralmente em vertentes côncavas abertas e tendem a possuir maiores níveis de fertilidade que os Latossolos da mesma origem. Entretanto, a diferença textural entre os horizontes A e B, associada ao relevo, favorece a instalação de processos erosivos em sulcos profundos”.

Segundo Silva (2014) que se refere ao potencial agrícola, o Argissolo pode ser utilizado para lavoura, mas de forma restrita, sendo que a maior limitação deste é sua baixa fertilidade e sua suscetibilidade à erosão, relacionada à mudança textural. Quando sob relevo mais íngreme, o problema se agrava e há maior limitação para utilização agrícola. Quando a fertilidade natural é elevada e não há pedregosidade, sua aptidão se torna boa para agricultura.

É particularmente indicado para situações em que não é possível investir grandes aplicações de capital para o melhoramento e a conservação do solo e das lavouras, o que é mais comum em áreas de agricultura familiar.

#### *Argissolo Vermelho-Amarelo*

Segundo a Embrapa (2013), os Argissolos Vermelhos têm uma cor vermelho acentuada devido à concentração e natureza dos óxidos de ferro presentes no material originário, em ambientes bem drenados. Ocorrem em áreas de relevos mais acidentados e dissecados. As principais restrições são relacionadas à baixa fertilidade e tendência à erosão. O teor de argila no horizonte B (de cor vermelha) é bem maior do que no horizonte superficial. Ocorrem geralmente em áreas de relevo ondulado, mas podem ser identificados em áreas menos declivosas, que favorece a mecanização.

#### *c) Clima*

Diante da sua extensão territorial e de relevo, o município de Córrego Novo tem um clima propício a produção agropecuária, por estar inserido no bioma Mata Atlântica, não sofre muito com a escassez hídrica, porém ocorre um déficit hídrico nos meses de junho à setembro, que é chamado pelos agricultores da região de período da seca (IBGE, 2019).

Segundo o IBGE (2019) o clima do município de Córrego Novo é tropical sub-quente semiúmido, com temperatura média anual de 21,3°C, sendo que o inverno é seco e ameno com pouca chuva, já no verão o calor é intenso e chuvas constantes, sobretudo, no período de outubro à janeiro. Segundo relato do informante chave D.P (74 anos) o mês mais quente é janeiro e o mês de julho é o mês mais frio, sendo o outono e a primavera são as estações de transição do clima. Ainda, de acordo com o agricultor S.M.P. (37 anos), o mês de julho também é o mais seco e o mês de dezembro o mais chuvoso, no período de secas e em longa estiagem em épocas que deveriam ser chuvosas, ocorrem inúmeras queimadas em morros e matagais das áreas rurais do município, aumentando o desmatamento e poluindo a atmosfera.

De acordo com os dados da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (2020), no município do Córrego Novo, MG no dia 20 de novembro de 2019, choveu mais de 200 milímetros em apenas três horas, o maior acumulado de chuvas em um período de 24 horas, sendo que até o momento, tinha sido 160 milímetros em 20 de março de 2005, estabelecendo um comparativo com as informações registradas desde o ano de 1969. É possível constatar

outros acumulados de chuvas no intervalo de 24 horas no município que são: 148 mm em 18 de dezembro de 2000, 125,2 mm em 15 de novembro de 1991 e 115,3 mm em 4 de janeiro de 1997. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o município é o 341º colocado no ranking de ocorrências de descargas elétricas no estado de Minas Gerais, com uma média anual de 4,4878 raios por quilômetro quadrado.

#### *d) Hidrografia*

O município de Córrego Novo é banhado por alguns cursos hidrográficos e que fazem parte da bacia do Rio Doce, dentre eles temos os ribeirões dos Óculos e Mantimento, bem como, e os córregos Santo Antônio e da Ferrugem. No período de chuvas, os ribeirões elevam os seus níveis de água, em alguns casos provocando enchentes em suas margens, gerando a necessidade de um acompanhamento constante da situação pela defesa civil do município e ainda é necessário que exista um sistema de alerta com relação a possíveis enchentes. O município e região possuem algumas estações pluviométricas, fluviométricas e telemétricas instaladas, que são administradas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e Agência Nacional de Águas (ANA), que tem por finalidade alertar a população em casos de ocorrências de enchente.

Segundo agricultores do município, “alguns córregos possuem fluxo hídrico apenas na época das águas (período chuvoso), sendo que na época da seca (período de estiagem), eles secam e dificultam a captação de água para os animais e lavouras. Este ano de 2020, as águas estão se mantendo e estão em maior volume por conta da intensificação das chuvas desde o final do ano de 2019”. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005), os córregos com as características descritas anteriormente são semi-perenes ou mantêm-se secos na maior parte do ano, enquanto os demais que mantêm as águas ao longo do ano e onde se encontram as principais nascentes, contribuem para fortalecimento e manutenção das atividades agropecuária do município. Ainda, existe a silvicultura no município, que degrada as áreas de recarga e cobertura vegetal, afetando diretamente as nascentes aos arredores.

#### *e) Vegetação*

O município de Córrego Novo, MG abrange uma área do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), que é considerado a maior reserva de Mata Atlântica do estado de Minas Gerais, porém no território municipal predomina a silvicultura, ou seja, plantio de eucalipto

para atender a demanda das indústrias localizadas no Vale do Aço, sobretudo da Aperam<sup>1</sup> localizada no município de Timóteo, MG e a Cenibra que está localizada no município de Belo Oriente, MG. Destaca-se ainda que Córrego Novo faz parte do complexo da Reserva Feliciano Miguel Abdalla que é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), situada na cidade de Caratinga, MG, sendo possível localizar nessa região o mono carvoeiro (muriqui-do-norte), que é uma espécie de macaco do Novo Mundo, o maior primata da América do Sul.

O território do município de Córrego Novo, MG possui características particulares e propícia à agricultura. A dinâmica do relevo e tipo de solo, além do clima e recursos hídricos definem, essencialmente, o bioma predominante, a Mata Atlântica. É comum encontrar nas regiões onde prevalece o bioma de Mata Atlântica terras férteis, grotas que são propícias ao cultivo de milho, feijão, dentre outras culturas, pois normalmente estão localizadas próximo aos cursos dos rios, porém é necessário ressaltar que é importante que se faça o uso sustentável do solo, em respeito e preservação da natureza. A região de Florestas Plantadas, em grande parte, com Eucalipto, encontra-se principalmente sobre as regiões B e C (Figura 1) do município, por suas características favoráveis à moto-mecanização, além da estrutura do solo que ali predomina.

## **6.2 Condições socioeconômicas contemporâneas do município de Córrego Novo, MG**

A pesquisa buscou analisar as condições socioeconômicas demográficas, fundiárias e econômicas do município, de forma a destacar as culturas agropecuárias de maior importância para a economia municipal. Para tanto, utilizou-se as informações disponibilizadas pelos informantes-chaves, os dados do Censo Agropecuário de 2017 e, também, os dados municipais, como o Valor Bruto Produzido e o Valor Adicionado Bruto, respectivamente, ambos do IBGE, no intuito de identificar os sistemas produtivos que se destacam sob o ponto de vista socioeconômico, no município de Córrego Novo, MG.

Neste sentido, a caracterização socioeconômica do município de Córrego Novo foi apresentada em três etapas: a primeira retratou sobre a caracterização demográfica do município, dando destaque a quantidade de homens, mulheres, jovens e idosos, a fim de subsidiar a discussão sobre a tendência de crescimento ou êxodo da população, assim como a ocupação da mão de obra nas atividades vinculadas ao setor agropecuário. Na segunda etapa

---

<sup>1</sup> Aperam é uma empresa siderúrgica brasileira, parte do Aperam South América. Tem escritório em Belo Horizonte, MG e sua Usina está localizada em Timóteo, MG.

foram destacadas as informações sobre a estrutura fundiária do município, com especial atenção ao número de estabelecimentos, estratificação em área e suas condições. Finalmente, na terceira etapa buscou-se apresentar as condições econômicas do município, analisar e compreender as estratégias produtivas, frente às potencialidades e os limites dos agroecossistemas, com especial atenção ao setor agrícola. No que tange a influência das condições econômicas foram destacadas as bases econômicas provenientes da agricultura, em especial das atividades de maior expressividade econômica para o município de acordo com o que os agricultores informaram, bem como as políticas públicas acessadas pelos Agricultores Familiares do município de Córrego Novo, MG.

### *6.2.1 Condições sociais e demográficas*

O município está localizado no Vale do Rio Doce e pertence ao Colar Metropolitano do Aço, localiza-se a aproximadamente 320 km ao leste de Belo Horizonte, MG. Ocupa uma área de 205,385 km<sup>2</sup>, sendo que 0,3 km<sup>2</sup> é perímetro urbano, e sua população é de 2.771 habitantes. Apesar da proporção de pessoas que vivem nas cidades brasileiras ter aumentado nas duas primeiras décadas do século XXI, tendo cerca de 80% delas residindo próximo às áreas urbanas e 20% em áreas rurais, a região não acompanhou esta dinâmica, tendo nos dias atuais uma proporção média de 65% das pessoas residentes em áreas urbanas e 35% em áreas rurais (IBGE, 2019).

Uma questão importante é o desequilíbrio da questão de gênero da população do município quando analisada a relação entre a quantidade de homens e mulheres no município, de acordo com IBGE (2010), possuem 1159 homens e 1570 mulheres residentes no município.

Segundo IBGE (2010) a população residente no meio rural do município é de 1.089 pessoas. A tabela 7 abaixo aponta um cenário de envelhecimento populacional relativamente inferior ao número de crianças e jovens, porém de acordo com informantes-chaves há tendência de migração dos mais jovens para a cidade, seja dentro do próprio município ou em outras regiões. De modo geral, o município tem 438 pessoas entre 30 e 59 anos de idade inseridas no meio rural, onde esta realidade pode ser compreendida por diversas questões, dentre as quais o critério de trabalho no meio rural, prerrogativa para se conseguir a aposentadoria rural.

Tabela 7 – Número de pessoas residentes na área rural do município de Córrego Novo por faixa etária

<b>Município de Córrego Novo, MG</b>	<b>Faixa etária (idade) dos indivíduos</b>	<b>Número de indivíduos residentes na área Rural</b>	<b>Número de indivíduos residentes na área Urbana</b>	<b>Número de homens residentes na área Rural</b>	<b>Número de mulheres residentes na área Rural</b>
	0 - 4 anos	77	146	42	35
	5 - 9 anos	81	176	39	42
	10 - 14 anos	90	176	41	49
	15 -17 anos	75	111	35	40
	18 ou 19 anos	39	52	15	24
	20 - 24 anos	75	163	42	33
	25 - 29 anos	71	148	38	33
	30 - 34 anos	66	157	36	30
	35 - 39 anos	72	124	30	42
	40 - 44 anos	72	124	41	31
	45 - 49 anos	79	133	42	37
	50 - 54 anos	79	113	34	45
	55 - 59 anos	70	109	46	24
	60 - 69 anos	77	152	41	36
	70 - 74 anos	19	55	12	7
	75 - 79 anos	22	49	13	9
	80 - 89 anos	19	45	9	10
	90 - 99 anos	6	6	5	1
<b>Total</b>	<b>1.089</b>	<b>2.038</b>	<b>561</b>	<b>528</b>	

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

No quadro anterior no município de Córrego Novo, MG tem um equilíbrio no que tange a questão de gênero com relação a ocupação da área rural do município, sendo 561 homens residentes na zona rural e 528 mulheres. De acordo com a presente pesquisa, apenas 26,6% dos agricultores entrevistados tem expectativas de que seus filhos permaneçam na propriedade e sejam seus sucessores. Segundo o agricultor J.A.S.L. (58 anos), seu filho pretende voltar para a propriedade no futuro e sucede-lo, no entanto, atualmente não é possível a permanência devido a inviabilidade financeira e a falta de internet na propriedade, pois se tivesse uma internet de qualidade o rapaz permaneceria, pois ele trabalha com e-commerce e poderia conciliar as atividades.

Segundo o banco de dados do site IBGE Cidades, em 2017, o salário médio mensal do município era de 1.5 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 624 de 853 e 511 de 853, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 4770 de 5570 e 2992 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 40.9% da

população nessas condições, o que o colocava na posição 308 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 2632 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo Silva (2014, p. 59), entenda-se:

que, para sua composição são utilizados indicadores de renda, saúde e educação que, mesmo proporcionalmente iguais, não evidenciam as disparidades sociais de forma objetiva dentro dos municípios, visto que a concentração de renda, além da disparidade entre o tempo de escola e a qualidade desta escola torna-se tão grande que mascara o próprio IDH. No entanto, nem por isso este indicador deixa de ser um importante instrumento de percepção das mudanças socioeconômicas de um determinado país, região ou mesmo, município.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Córrego Novo, MG é de 0,632, classificado como médio em relação ao Estado, pois o município tem uma infraestrutura defasada não possui hospital, Universidade/Faculdade, Bancos, Indústria o município possui apenas duas Escolas, quatro Unidades Básicas de Saúde, e como principais atividades econômicas tem o comércio e o setor agropecuário. Ainda segundo Silva (2014), a disparidade com relação ao IDH observada dentro de uma mesma região acontece principalmente devido à implantação da infraestrutura governamental de Universidades/Faculdades, Hospitais, Indústrias, além de redes bancárias, empresas, dentre outras organizações. No caso deste trabalho, observa-se que esta infraestrutura se encontra instalada no município de Ipatinga que, devido a sua forte influência industrial, tornou-se referência na região e centralizou diversos serviços. Esta concentração de infraestrutura pode, por um lado, se mostra positiva para o município, mas por outro lado, ela se mostra negativa, pois atrai diversas pessoas em busca de emprego e moradia sem, no entanto, gerar empregos para todos e serviços de saúde e educação adequados.

No que tange o acesso à educação, segundo o site IBGE Cidades a taxa de escolarização no município compreendendo a faixa etária de 6 à 14 anos de idade é de 98%, neste sentido é possível afirmar que a escolarização dos cidadãos que se enquadram nessa faixa etária e reside no meio rural é satisfatória. Ainda segundo o IBGE Cidades “a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 26.32 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.7 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 110 de 853 e 302 de 853, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 575 de 5570 e 2889 de 5570, respectivamente” (IBGE CIDADES, 2010).

No que tange a infraestrutura do município de Córrego Novo, MG possui uma estrada 100% pavimentada que fornece acesso ao município de Pingo d'água e Ipatinga, MG (esse que é um polo comercial e industrial da região). Por outro lado, a estrada que fornece acesso ao município de Bom Jesus do Galho, MG não é pavimentada e, em períodos chuvosos, logo, há dificuldade para transitar. Cabe ressaltar que essa mesma estrada proporciona acesso às cidades de Caratinga, MG e Raul Soares, MG (que também são polos comerciais), porém de Bom Jesus do Galho, à Caratinga, MG e a Raul Soares, MG a estrada é pavimentada por asfalto. A região também tem outras duas estradas que acessam o município de Raul Soares, MG que também não são pavimentadas e, que em períodos chuvosos, há dificuldades para nela transitar.

### *6.2.2 Estrutura fundiária*

A estrutura fundiária do município de Córrego Novo é marcada pela forte presença de pequenas propriedades rural familiar principalmente próximo aos cursos de água. Tem-se também, as planícies que formam uma parcela do território do município acomodando os maiores empreendimentos agropecuários lá existentes, em uma parte são ocupados por eucalipto da empresa Cenibra<sup>2</sup>. Existe no município, uma Área de Proteção Ambiental (APA Córrego Novo), além de existir relevos montanhosos e pedregosos, onde as condições edafoclimáticas inibem em alguns casos a atividade agropecuária.

A atividade agropecuária é marcantes no município, tendo sua origem no início do século XX pelos irmãos Antônio Albano dos Reis e Cesário Albano dos Reis, que estavam à procura de terras fecundas, e iniciaram o povoamento do município o atribuindo o nome de Córrego Novo por lá existir vários ribeirões e córregos. A princípio foi criado um distrito em 1948, pela lei estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948, pertencendo à Bom Jesus do Galho, emancipando-se em 1962, pela sanção da lei estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, com vigência a partir 1º de março de 1963.

De acordo com o informante-chave D. P. (74 anos), agricultor do município desde que começou a trabalhar aos seus 12 anos de idade, o pai dele contava que os familiares residentes nas propriedades se encontravam em grupos de moradores vizinhos denominados, mais tarde, como comunidades rurais. Com o passar do tempo houve um aumento da exploração sobre um conjunto de recursos, reduzindo a fertilidade da terra, a caça, a pesca, a água, a argila e

---

<sup>2</sup> Cenibra é conhecida como Celulose Nipo-Brasileira S/A; é uma indústria produtora de Celulose branqueada de fibra curta de eucalipto situada no município de Belo Oriente, no interior do Estado de Minas Gerais.

outros recursos de extração. A família passa a trabalhar muito no terreno na estação chuvosa e permanece trabalhando beneficiando os produtos colhidos na época da seca, que é o tempo dedicado à produção dos produtos da agricultura e da indústria doméstica de rapadura, cachaça, farinha de mandioca e farinha de milho.

Com relação ao Valor Total da Produção, também chamado de Valor Adicionado Bruto da Produção (VAB), ao analisar os estabelecimentos agropecuários do município observa-se que, segundo o IBGE (2010), o VAB (mil reais) do município de Córrego Novo no ano de 2017 é 31.907, sendo o VAB Agropecuário correspondente a 5.766 desse valor total. O município possui 287 propriedades agrícolas familiares e 16 propriedades patronais. Estas propriedades familiares, apesar de serem quantitativamente maiores que as propriedades não familiares, têm sua área ocupada por apenas 15% de todo município.

De acordo com o agricultor A.I.C. (70 anos), que é produtor no município há 60 anos e vivenciou toda história de construção do município, ele afirmou que “onde hoje é a cidade era tudo pastagem e pertencia a um fazendeiro que criava gado de corte, com o passar do tempo o povoado foi aumentando, até que se emancipou e foram surgindo os loteamentos, porém até a década de 90 poucos fazendeiros detinham a maior parte das terras do município”. Neste sentido, é possível afirmar que no município existiu e ainda existe a concentração da maior parte das terras nas mãos de poucos, o que inviabiliza na maioria das vezes o desenvolvimento agrícola e a diversificação agrícola, pois as propriedades maiores tendem a especializar na produção de um produto específico. Nesse contexto, a propriedade do agricultor S.S.S. (50 anos), com aproximadamente 600 hectares, é um exemplo que segundo ele produz apenas gado para corte e leite.

Segundo o agricultor J.C.T. (90 anos), a extensão territorial do município é muito grande e as terras são férteis, ele afirma que “as terras do município de Córrego Novo, MG sempre foram exploradas por grandes companhias, porém os benefícios gerados por esta exploração das terras nunca ficaram para o município. Um exemplo é que até o ano de 1994, Pingo d’água, MG era distrito do município de Córrego Novo, MG sendo que após emancipação, Pingo d’água, MG se desenvolveu mais que Córrego Novo, MG, pois as companhias sempre estiveram presentes lá (J.C.T. (90 anos), 2020)”. Atualmente, pelo menos, 50 pessoas do município de Córrego Novo, MG estão diretamente empregadas na empresa Cenibra, podemos entender que essa é uma forma de tentar mitigar os impactos causados pela exploração das terras do município, porém cabe ressaltar que apenas a geração dos empregos não é o suficiente, o poder público municipal tem que buscar firmar parcerias com a empresa e exigir mais benefícios para a população.

### 6.2.3 Bases econômicas da agricultura

Atualmente no Brasil o total em hectares de terra que define um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares de terra. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. No caso do município de Córrego Novo um módulo fiscal corresponde a 20 hectares de terra. Tomando por pressuposto a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 3º, dentre estas diretrizes temos que considera-se agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que possui até 4 módulos fiscais de terra.

No município de Córrego Novo cada módulo fiscal corresponde a 20 hectares de terra, sendo assim os estabelecimentos agropecuários que se enquadram nos requisitos da Lei da Agricultura Familiar no município estão dentro do limite de até 80 hectares de terra, diante das condições da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Dentre os 12 agricultores pesquisados, apenas uma propriedade possui mais de 4 módulos fiscais. De acordo com os três informantes-chaves no município de Córrego Novo prevalece um maior número de pequenas propriedades rurais.

No que se refere à economia do município de Córrego Novo, no ano de 2010, de acordo com IBGE (2010), o setor terciário é o mais expressivo com 81,92% do Valor Adicionado Bruto (VAB) municipal. Sendo que o VAB Agropecuário representa 18,08% da agregação de valor ao município. De acordo com o informante-chave Sr. B.L.Z.P. (39 anos), de 39 anos de idade, agricultor no município a 10 anos:

No município de Córrego Novo, MG não há um incentivo maciço a produção agropecuária por parte do poder público, dificultando o desenvolvimento do setor no município. Não existem políticas públicas para fomentar a geração de renda para os agricultores, por exemplo, atualmente não tenho conhecimento de famílias produzindo nas propriedades e entregando nas escolas através do PNAE e PAA. O município não possui um produto agropecuário que é referência comercial. O principal produto comercializado é o leite, porém o produtor, principalmente o pequeno, tem muita dificuldade para manter a produção e arcar com as despesas devido à desvalorização do produto, que muitas das vezes se dá devido as estratégias utilizadas pelos laticínios que visam obtenção de maiores resultados sem levar em consideração as dificuldades dos produtores. (B. Z. P., 39 anos, 2020)

Neste sentido podemos observar que o Poder Público Federal criou mecanismos para fortalecimento e geração de renda da agricultura familiar, porém cabe ao Poder Público Municipal viabilizar a implantação das políticas públicas existentes. Triches (2015) faz a seguinte afirmação:

O modelo de desenvolvimento perseguido nas últimas décadas baseado no crescimento econômico, na globalização e na artificialização da natureza tem provocado efeitos controversos à sociedade e ao ambiente. No centro destas discussões, os alimentos, sua produção, processamento, distribuição e consumo se tornam elementos-chave na determinação de modelos de desenvolvimento socioeconômico, regulados tanto pelo Estado, como pelo próprio mercado. Dentre as possíveis intervenções de regulação estatal estão os programas alimentares e de aquisição pública para abastecê-los. Destes, a alimentação escolar, que até pouco tempo preocupava-se apenas com a nutrição e a educação do público-alvo, passa a ser uma oportunidade no incentivo de determinadas cadeias de abastecimento, influenciando os modelos de desenvolvimento (TRICHES, 2015, p.184).

Conforme análise anterior, o município de Córrego Novo possui condições endofoclimáticas favoráveis à prática de atividades agropecuárias, por predominar o bioma de Mata Atlântica. As boas condições climáticas, solo, relevo e vegetação fazem com que o município seja propício ao desenvolvimento de diversas atividades produtivas que envolvem desde a produção vegetal até a animal. Conforme B.L.Z. P. (2020), o município não possui incentivo para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, sendo que os produtores rurais, sobretudo, os agricultores familiares encontram muita dificuldade para manter suas produções, não tendo um subsídio por parte do poder público para viabilizar o desenvolvimento da produção do referido setor no município. Com isso há analogias, com o estudo de Redin (2013), que analisa as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do município de Arroio do Tigre, RS, o agricultor Edson (52 anos) participante da entrevista de Redin (2013) afirmou que “há necessidade da existência de um preço mínimo garantido que minimize as dificuldades e os prejuízos na atividade fumageira” (REDIN, 2013, p.119). Neste sentido, observa-se a relevância da participação do Estado com agente regulador para garantir a viabilidade da produção do agricultor familiar independente da cultura cultivada e da localização desse agricultor.

De acordo com os três informantes-chaves, o principal produto agropecuário comercializado no município é o leite e, grande parte, é comercializado para os laticínios da região. Atualmente, existem 5 laticínios que disputam o mercado de produção leiteira no município, sendo que esses estabelecem critérios tais como qualidade, quantidade dentre outros para precificação do litro de leite, desfavorecendo assim o agricultor familiar. O agricultor com maior produção de leite no município, dentre os entrevistados, atinge 650 litros diários, recebendo cerca R\$ 1,76 por litro. No que se refere ao o agricultor que menos produz leite, dentre os entrevistados, produz 50 litros diários, recebendo cerca R\$ 1,08 por litro do laticínio. Dentre os produtores entrevistados 83,33% produzem leite, desses 90% vendem para

laticínios e 10% produzem e comercializam queijos, requeijões e outros produtos derivados do leite.

De acordo com o informante-chave A.L.P. (45 anos), também são produzidos outros produtos agrícolas no município, tais como milho, arroz, feijão, mandioca, rapadura, dentre outros. Dois dos informantes-chaves B.L.Z.P. (39 anos) e D.P. (74 anos), ambos agricultores e representantes dos agricultores no município, destacaram que a produção de milho, nos últimos anos, a maior parte é destinada para fazer silagem para tratar de gado. O informante-chave D.P. (74 anos) ainda ressaltou como está mudando a forma de cultivo e a destinação da produção. Em suas palavras, afirma que: “antigamente todos os agricultores plantavam arroz, feijão, milho para sustentarem a família, hoje em dia, não se preocupam em plantar para comer, pois vão ao supermercado e compram, é muito comum chegar em casa de uma pessoa que mora na roça e não encontrar pelo menos uma horta de hortaliças para o consumo diário, tudo é comprado”. Constatação similar ao estudo de Redin (2011), que pesquisou os agricultores no município de Arroio do Tigre, RS identificou que os agricultores atualmente estão mais especializados, e que o discurso de diversificação não se aplica aquele município devido os agricultores cultivarem apenas a monocultura do tabaco.

Tabela 8 – Produtos agropecuários produzidos pelos agricultores entrevistados do município de Córrego Novo, MG.

Produto	Número de agricultores entrevistados que produzem	Mercado consumidor
Leite	10	Laticínios e pessoas físicas
Arroz	1	Autoconsumo
Feijão	2	Autoconsumo
Milho	9	Agricultores/silagem
Banana	1	Estabelecimentos comerciais
Rapadura	1	Pessoas físicas
Mandioca	2	Autoconsumo
Hortaliças	7	Autoconsumo

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A partir da tabela anterior, é possível compreender que há correlação com a fala dos entrevistados na questão da atividade leiteira ser o principal produto agropecuário no município de Córrego Novo, MG. É possível verificar também que apenas 8,33% dos agricultores entrevistados do município produzem arroz, banana e rapadura. E 16,66% produzem feijão e mandioca. Sendo que 88,33% produzem leite. E ainda 58,33% produzem hortaliças. Quanto a produção de milho, a cultura é produzida por 75% dos agricultores

entrevistados, destes apenas 33,33% produzem para o auto consumo e 66,67% produzem o milho para fazer silagem para o gado.

Com relação a comercialização do leite no município de Córrego Novo, o agricultor J.F.L. (66 anos) fez a seguinte afirmação: “inicialmente os laticínios disputam a preferência dos produtores de leite, oferecendo preços acima dos praticados pelos concorrentes, após fidelização do produtor, eles começam a desvalorizar o preço do leite e boicotar os concorrentes quando tentam tomar a preferência com relação ao fornecimento do leite”. Sendo assim, é possível perceber a importância de uma organização e/ou união dos produtores de leite para fortalecerem a categoria e reivindicarem possíveis melhorias e direitos. Triches (2015), ao discorrer a cerca do PAA ressalta a importância da organização social, da representatividade para minimizar conflitos e conseqüentemente o alcance de objetivos comuns, sendo assim ele afirma:

É fato que a organização social não está presente em todos os contextos sociais, ganhando relevância, portanto, a atuação de modalidades que aceitam participação individualizada (como a Compra com Doação Simultânea executada via prefeituras e governos estaduais, por meio dos Termos de Adesão com o MDS). Neste sentido, é importante que haja certa concertação entre os diferentes executores do Programa para potencializar as diferentes configurações de execução do Programa nos contextos locais, minimizando possíveis “conflitos” em torno da mesma base social. Diante das distintas configurações políticas e institucionais que o PAA se manifesta nos espaços locais, também é relevante que hajam estímulos e apoios similares para os atores locais independente da unidade executora (TRICHES, 2015, p. 174).

Vale analisar a possibilidade de o poder público buscar formas de amenizar os impactos negativos dos problemas de comercialização. O agricultor J.F.L. (66 anos), sustenta: “o poder público municipal poderia buscar e incentivar a instalação de uma empresa para centralizar a captação do leite produzido no município, podendo assim melhorar o preço pago ao produtor e gerando emprego e renda no município”. Neste sentido, por meio do trabalho de Grisa e Porto (2015), no qual eles analisam a implementação do PAA, é possível relacionar a fragilidade do agricultor e a necessidade de ações efetivas do poder público para implementação de políticas públicas de incentivo a agricultura familiar, a partir da seguinte afirmação: Diante disso, “embora os esforços realizados, a interssetorialidade em âmbito nacional permanece um desafio político e institucional importante; nem sempre o poder público municipal/estadual é parceiro na execução do Programa; não raro as organizações da agricultura familiar não estão constituídas ou encontram-se em uma fase inicial de estruturação (com pouca experiência em gestão administrativa e capital físico)” (GRISA; PORTO; 2015. p. 170).

Considerando a fragilidade dos produtores de leite do município de Córrego Novo, MG com relação ao poder de barganha diante dos laticínios, cabe aqui ressaltar os benefícios de uma empresa intermediária para captar o leite e centralizar a distribuição, pois assim todos os agricultores ganhariam no critério quantidade e aumentaria o poder de barganha. Podemos relacionar tal situação ao trabalho de Redin (2011), que estudou os produtores de fumo de Arroio do Tigre, RS e fez a seguinte afirmação a respeito dos benefícios de um intermediário na comercialização do fumo:

Cabem algumas ressalvas a ação dos intermediários, sendo que sua atuação pode ser benéfica para os agricultores por alguns motivos: a) serve como regulador do mercado, enquanto detém o produto sem comercializar; b) atuam como competidores de outras empresas; c) podem pagar um preço mais elevado, seja pelo desconhecimento de como está o andamento da compra, por engano ou mesmo por receber um percentual no preço vendido, acordo estabelecido entre intermediário e determinada empresa; e d) o processo de negociação acontece na propriedade do agricultor, aspecto relevante, que possibilita o produtor ter maior poder de barganha (REDIN, 2011. p. 108).

Neste sentido temos também a necessidade de intervenção estatal na regulação do mercado para viabilizar as atividades provenientes da agricultura familiar, que de acordo com Goodman, *et al* (1990), o Estado tem esse poder de regulação a fim de equilibrar o mercado, sendo assim ele afirma:

Embora a discussão precedente sobre o Estado não tivesse examinado o quadro de referência da "industrialização" agrícola pós-guerra em detalhe, essa transformação ocorreu em um clima acalorado e forçado de intervenção pública generalizada para regular mercados de produtos e fatores. Com o objetivo ostensivo de melhorar a renda dos agricultores - obtendo assim legitimação ideológica dos poderosos símbolos "fazenda familiar e objetivos de segurança alimentar nacional" - o Estado promoveu implacavelmente a inovação técnica. Ao manter uma ampla gama de subsídios fiscais e creditícios, o Estado isolou a lucratividade e renda das fazendas dos efeitos integrais do rápido crescimento da produtividade e da superprodução. O Estado foi, portanto, o avalista na expansão de mercados para os capitais apropriacionistas nas indústrias de suprimentos-insumos agrícolas, desde maquinaria agrícola e agroquímicos até sementes e rações (GOODMAN, *et al*, 1990. p. 144).

No entanto, no que se referem às políticas públicas acessadas pelos agricultores entrevistados, constatamos que a única política pública acessada é o crédito rural, envolvendo o PRONAF nas modalidades PRONAF Grupo B, PRONAF Custeio e PRONAF Agroindústria Investimento. A pesquisa constatou que 54,5% dos agricultores acessam o crédito rural para investirem em melhorias na propriedade. Os agricultores que acessam o crédito o classificam como muito importante para melhoria nas condições de trabalho e geração de renda nas propriedades. Inclusive o agricultor, W.T.R.L. (52 anos), ressaltou a

necessidade de adesão pelo município de programas como o PNAE e o PAA, voltados para o incentivo da agricultura familiar, sendo que é necessário além da adesão aos Programas, a capacitação e subsídio aos agricultores. Esses resultados fazem analogia com a pesquisa de Grisa e Schneider (2015) que fez constatação similar no que tange a relevância do PNAE e PAA para desenvolvimento local e regional, neste sentido eles afirmam que:

Estas iniciativas têm estimulado governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e têm estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construir novos mercados públicos e privados. Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição, etc (GRISA; SCHNEIDER; 2015. p. 39).

Pelo menos sete (07) dos 12 agricultores entrevistados desconhecem as políticas públicas disponíveis para incentivo à agricultura familiar, ou seja, pode-se perceber que os agricultores que possuem um potencial de desenvolvimento obtêm as informações para acesso as políticas públicas. Sendo assim, é possível que o poder público local trace estratégias e medidas para informar e conscientizar os agricultores sobre as políticas de crédito e as políticas sociais disponíveis. Nesse sentido, um curso de capacitação seria interessante para melhor atender as demandas, levando em consideração que temos, por exemplo, o PAA, criado pelo art. 19 da Lei Federal nº 10.696, de 02 de julho de 2003, em que tem como objetivos promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Neste sentido a necessidade de capacitação do agricultor familiar também foi evidenciada na pesquisa de Aquino e Schneider (2015), no qual eles estudam a implicação do PRONAF no desenvolvimento rural brasileiro, e os autores afirmam que para o programa cumprir sua missão é necessário que: “1) negociação e articulação de políticas públicas; 2) instalação e melhoria de infraestrutura e serviços nos municípios; 3) financiamento da produção da agricultura familiar (custeio e investimento); e 4) capacitação e profissionalização de agricultores familiares e técnicos” (AQUINO; SCHNEIDER; 2015. p. 57).

Para tanto, o poder público pode promover a conscientização e incentivar a produção por parte dos agricultores familiares, bem como poderá adquirir os alimentos produzidos pela referida classe por meio da dispensa de licitação, e destiná-los às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela assistência social do município, para a rede pública de ensino, dentre outras prevista na legislação atinente.

### **6.3 Tipologia dos Agricultores do município de Córrego Novo, MG**

A partir de uma análise do município de Córrego Novo, MG, é possível afirmar que há o predomínio do relevo montanhoso e clima quente durante a maior parte do ano, além de terras férteis e propícias a atividade agropecuária. É importante ressaltar as intempéries/restrições ambientais e socioeconômicas no território de Córrego Novo, MG, na qual existem diferenças expressivas em relação a quantidade e qualidade da terra dos agricultores de acordo com a localização da propriedade. Segundo o informante chave D.P. (74 anos) predominam pequenas propriedades no município e também existem alguns estabelecimentos agropecuários com maior quantidade de terras. Neste tópico, busca-se definir as tipologias de agricultores existentes no município de acordo com a realidade da categoria. Para tanto, os agricultores foram definidos em quatro tipologias distintas no município de Córrego Novo: A, B, C e D, conforme será abordado a seguir.

#### *6.3.1 Agricultor tipo A*

O agricultor tipo A é aquele que possui mais de 80 hectares de terra, altamente produtivas, férteis ou corrigidas pela calagem, uso de insumos e conservação do solo, a produção é mecanizada e possui máquinas agrícolas na propriedade, e prevalece a produção e comercialização em grande escala. A categoria ainda é caracterizada pela baixa restrição ambiental para as atividades agrícolas. Possuem áreas planas, na maior parte da propriedade, sendo possível o emprego de tecnologias atinentes a produção. A tração animal praticamente não é utilizada nessas propriedades, predomina o confinamento de bovinos como uma das atividades principais, às vezes em conjunto com a produção de leite ou culturas de larga escala como o milho para silagem, principalmente. Não são diversificados, produzindo apenas o que comercializam. De acordo com o que pôde ser observado através da presente pesquisa essa tipologia é responsável pela geração de emprego e renda no município, pois a maior parte da mão de obra existente na unidade de produção agropecuária é formal, ou seja, possui carteira de trabalho assinada pelo contratante.

Diante das dificuldades de mão de obra, podem contratá-la temporariamente, o que acontece nas propriedades de Córrego Novo, MG. Pela sua especificidade no ramo de atividade praticado, como por exemplo a produção de leite, existem casos em que trabalham com famílias que moram na terra e são desprovidas de capital financeiro, conforme

contatamos a partir da pesquisa realizada. Não ficam dependentes do comércio local, em alguns casos, tornarem-se articuladores para a venda do produto, sem depender de intermediários, que é o caso do agricultor S.S.S. (50 anos) do município de Córrego Novo, MG. Ainda segundo o agricultor S.S.S. (50 anos), dependendo da qualidade do produto/animal, podem conseguir maior poder de barganha no momento da comercialização. Não são especializados no confinamento de gado, mas possuem bom acesso à informação sobre as técnicas e o canal de comercialização, e ainda contratam profissionais técnicos da área, para acompanhamento.

Devido a produção em grande escala tem lucros consideráveis e em alguns casos adquirem novas áreas de agricultores com baixa produção, que não tem capital para investir na propriedade ou aqueles que querem migrar para a área urbana. No município de Córrego Novo, MG constatou-se que existem poucos agricultores que se enquadram nessa tipologia, dentre os agricultores entrevistados, temos apenas um. Dificilmente acontecerá desses agricultores abandonarem a atividade em detrimento do meio urbano, mas poderão optar por morar na cidade e trabalhar na propriedade, que é o caso deste entrevistado que se enquadra nesta tipologia. Existem outros agricultores dessa tipologia no município, porém não foram entrevistados, que optam por não confinar bovinos, dedicando-se especialmente à atividade leiteira, milho para silagem.

### *6.3.2 Agricultor tipo B*

O agricultor tipo B é aquele que possui entre 30 e 50 hectares de terra, férteis ou corrigidas pela calagem, uso de insumos e conservação do solo, a produção é mecanizada, o agricultor não possui máquinas agrícolas na propriedade, porém possui renda para alugar e prevalece a produção e comercialização em média escala. Essa tipologia é caracterizada por média restrição ambiental para as atividades agrícolas, porém o maior problema são os custos com mão de obra para manter as atividades da propriedade, que no caso das propriedades que se enquadram nessa tipologia do município de Córrego Novo, MG a principal atividade desenvolvida é produção de leite, tendo como atividade secundária a criação de bovinos para corte. Essas propriedades possuem áreas mistas que são montanhosas e áreas planas próximas às margens dos ribeirões, possibilitando o emprego de máquinas agrícolas.

Predomina nessas Unidades de Produção Agrícolas (UPA) o emprego de tratores, colheitadeiras, semeadoras e ordenhadeiras para produção de leite. São agricultores diversificados, como relatado no parágrafo anterior, o produto agrícola principal produzido

nas propriedades do município de Córrego Novo, MG que se enquadram nessa tipologia é o leite, que é comercializado com os laticínios da região, preponderantemente, essas propriedades, que se enquadram nessa tipologia, cultivam também o milho para silagem, em alguns casos existe também a reprodução de bovinos para corte, esses que são vendidos para intermediários que repassam para os frigoríficos da região. Dentre os agricultores entrevistados, quatro se enquadram nessa tipologia, sendo eles importantes para economia do município, pois geram três deles geram empregos formais e os quatro necessitam de mão de obra temporária além das já existentes, gerando assim ocupação e renda para os envolvidos.

As maiores dificuldades encontradas pelos agricultores enquadrados nessa categoria é a escassez de mão de obra de qualidade e o alto custo de investimento em instalações para aumentar a produtividade. São agricultores relativamente capitalizados, incluindo desde aqueles menos capitalizados até os mais consolidados, bem como dos mais autônomos àqueles mais dependentes dos laticínios. A área de manejo vai depender, basicamente, do nível de orientação técnica e informação que o agricultor possui, variando conforme flexibilidade de cada agricultor. Inclusive, o agricultor V.A.P. (66 anos), ressaltou a falta de assistência técnica disponível no município para incentivo ao produtor rural, ele disse que “nem a EMATER/MG atende mais os produtores do município, isso é desanimador (V.A.P. (66 anos) 2020)”. Os agricultores enquadrados nessa tipologia são referência no município por compor o número de maior expressão no município, alternando desde agricultores que prezam pela qualidade do produto até aqueles que prezam pela quantidade, que no caso do leite ambos os critérios citados influenciam no preço final.

O informante-chave A.L.P. (45 anos), ressaltou que atividade leiteira inibe o surgimento de outros seguimentos do setor agrícola no município, tais como o cultivo de hortaliças, fruticultura, em outros casos até inibem o abandono das atividades agrícolas em detrimento do trabalho assalariado, pois de acordo com o agricultor J.A.S.L (58 anos), “o leite é a garantia de um dinheirinho ao final do mês (J.A.S.L., 58 anos, 2020)”. A produção leiteira é expressiva no município, compondo majoritariamente as UPAs, abrangendo muitas propriedades no município. De acordo com o informante chave B.L.Z.P (39 anos), a produção de leite no município atualmente deve estar entre 10.000 a 15.000 litros por dia.

### *6.3.3 Agricultor tipo C*

O agricultor tipo C é aquele que possui entre 15 e 30 hectares de terra, pouco férteis ou não possuem renda para corrigi-las, não utilizam insumos e conservação do solo, a produção é

manual, o agricultor não possui máquinas agrícolas na propriedade, não possui renda para alugar máquinas para fazer todo o serviço demandado na propriedade, intercalando com a tração animal, depende de políticas públicas de incentivo ao pequeno agricultor e prevalece a produção para o autoconsumo e comercialização do excedente, que é mínimo. Essa tipologia possui grande restrição ambiental, limitando as atividades agrícolas na propriedade, sendo a área disponível para agricultura relativamente pequena e com mata nativa presente na propriedade. As propriedades do município de Córrego Novo, MG que se enquadram nessas tipologias tem a produção do leite como a principal atividade econômica da propriedade, porém a produção é baixa (entre 40 e 60 litros/dia), esses agricultores optam pela diversificação produtiva como estratégia de sobrevivência.

Predominam áreas montanhosas, com dificuldades para o emprego de máquinas agrícolas, dificultando e inviabilizando o investimento em mecanização da produção. A tração animal apresenta-se na maioria das propriedades, como por exemplo usa-se a capinadeira para capinar o mato das lavouras de milho, o leite produzido na propriedade é transportado em carroças ou cangalhas, predominando o modo tradicional de se fazer agricultura, em alguns casos ainda, existe a resistência do agricultor em se modernizar. Como é o exemplo do agricultor P.J.P. (56 anos) que criticou o uso da ordenhadeira na produção de leite, ele disse “o trabalhador de roça hoje em dia está querendo é mordomia e acaba encarecendo (aumentando o custo) a produção, por exemplo o sujeito usar ordenhadeira pra tirar leite, aquilo é caro e gasta energia elétrica” (P.J.P., 56 anos, 2020). Grosso modo, as propriedades apresentam dificuldades para o transporte de produção, sendo esse realizado na maior parte por animais em carroças ou em menores casos por animais cangalhas com balaios. São agricultores menos especializados e quase sem informações, e a produção do leite é a principal atividade, porém em pouca quantidade e baixa qualidade, fazendo com o preço seja desvalorizado pelos laticínios. Cultivam milho, tendo como foco o consumo da propriedade e a venda de excedentes, além dos produtos para autoconsumo da família.

Essa tipologia de agricultores que trabalham na propriedade usando basicamente a mão de obra familiar, esporadicamente contratam diaristas ou trocam diárias com vizinhos de propriedade. Alguns agricultores produzem o leite e vendem para os laticínios, a preços muito baixos, como informou o agricultor S.M.P. (37 anos), que produz em média 50 litros de leite por dia e vende para o laticínio por R\$ 1,08 o litro. Enquanto o produtor, S.S.S. (50 anos), informou que produz em média 650 litros de leite por dia e vende para o mesmo laticínio a R\$ 1,86 o litro, como ressaltado anteriormente, os critérios utilizados pelos laticínios para precificação do leite são quantidade e qualidade, o que desfavorece o Agricultor Familiar.

Outros produtores de leite em pequena quantidade, como exemplo do P.J.P. (56 anos), preferem fazer queijo e vender porta a porta. Ou até mesmo vender o leite porta a porta, como é o caso do agricultor E.C.S. (40 anos), que fez a seguinte afirmação “se for para eu tirar leite e entregar para os laticínios, prefiro trabalhar de carteira assinada, eles pagam muito pouco pelo litro do leite” (E.C.S.,40 anos, 2020).

Os principais problemas enfrentados pelos agricultores do município de Córrego Novo, MG que se enquadram nessa tipologia são as terras pouco férteis e montanhosas, a falta de recursos para investimento na propriedade, a inexistência de incentivo do poder público local por não oferecer uma equipe de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), a exemplo da EMATER-MG e falta de representação da classe junto ao Poder Legislativo Municipal. São agricultores desprovidos de recursos financeiros, parcialmente dependentes da renda dos produtos que comercializam para sobreviver, sendo na maior parte dos casos a comercialização do leite a única renda familiar.

Geralmente são agricultores que têm expressivo dispêndio de sua força de trabalho, porém não conseguem agregar qualidade ao produto, e nem produzir grande quantidade, desvalorizando assim o seu produto. A mão de obra é limitada, podendo ser contratada apenas em casos extremos. Não conseguem melhorar suas condições por não terem organização da categoria, acredita-se que se fosse criado uma Associação para defender os interesses dos agricultores familiares no município, sobretudo as questões que envolvem o preço que os laticínios pagam pelo leite produzido pelos agricultores enquadrados nessa tipologia C, poderia melhorar as condições de trabalho e de geração de renda dos pequenos da categoria. Sem a produção de leite no município, existe uma alta tendência ao êxodo rural, abandono da atividade rural.

#### *6.3.4 Agricultor tipo D*

O agricultor tipo D é aquele que possui entre 01 e 14 hectares de terra, com terras improdutivas ou não possuem renda para corrigi-las, não utilizam insumos e conservação do solo, a produção quando há é manual, o agricultor não possui máquinas agrícolas na propriedade, também não possui renda para alugar, depende de políticas públicas de incentivo ao pequeno agricultor e prevalece a produção para o autoconsumo. Essa tipologia possui alta restrição ambiental, limitando as atividades agrícolas na propriedade, sendo a área disponível para agricultura relativamente pequena, com mata nativa presente na propriedade e montanhosa. As propriedades do município de Córrego Novo que se enquadram nessa

tipologia, também tem como principal atividade econômica a produção de leite, porém produz apenas de 15 a 25 litros de leite por dia, o que não garante uma boa renda ao agricultor.

Não há o emprego de máquinas agrícolas nas propriedades que se enquadram nessa tipologia. A tração animal apresenta-se em todas propriedades (arados, grades, carroças, capinadeiras etc.) dessa tipologia, predominando o modo tradicional de se fazer agricultura, na maior parte dos casos, existe o desejo do produtor em se modernizar, porém ele é descapitalizado e não tem incentivo por meio de políticas públicas acessíveis a categoria. Quando há necessidade de transporte da produção, esse é realizado apenas por animais em carroças ou em menores casos por cangalhas com balaio. São agricultores sem especialização e sem informações atinentes a técnicas de produção, as propriedades do município enquadradas nessa tipologia produzem basicamente para o autoconsumo, pois produzem em pouca quantidade. Cultivam leite, milho, feijão, mandioca, abóbora, hortaliças tendo como foco o autoconsumo da família. Essa tipologia de agricultores, trabalham na propriedade usando basicamente a mão de obra familiar, e grande parte dependem de políticas públicas como o bolsa família para manutenção das necessidades básicas familiares.

As limitações financeiras e a falta de políticas públicas municipais para atender a categoria são os principais problemas enfrentados pelos agricultores do município de Córrego Novo, MG que se enquadram nessa tipologia. A falta de renda para investimento na propriedade impede o cultivo de produtos agrícolas de escala e emprego de tecnologia na colheita. São agricultores descapitalizados, dependentes de políticas públicas, sendo em alguns casos o bolsa família a única renda familiar. Geralmente, são agricultores que têm expressivo dispêndio de sua força de trabalho, porém por falta de informação e utilização de técnicas não conseguem uma produção satisfatória, como é o exemplo do agricultor P.J.P. (56 anos), que nos informou que “no ano de 2018 plantou uma pequena lavoura de milho e não colheu nem a quantidade plantada, isso porque a terra está cansada (sem fertilidade), ele ainda ressaltou que capinou a roça de enxada duas vezes e perdeu todo serviço” (P.J.P. 2020). Analisando essa afirmação do agricultor é possível afirmar que seria necessário que tivesse um acompanhamento técnico e fosse orientado a respeito das possíveis formas de correção e manejo do solo.

A mão de obra nas propriedades do município de Córrego Novo, MG que se enquadram nessa tipologia é limitada, não podendo ser contratada nem em casos extremos. De acordo com o agricultor E.C.S. (40 anos), “os produtores mais ‘fracos’ não conseguem melhorar suas condições por não terem incentivo do poder público, pois acredita-se que caso houvesse uma capacitação e suporte por meio de técnicos, seria possível melhorar a condição

de vida desses agricultores” (E.C.S., 40 anos, 2020). Essa tipologia poderia ser responsável pelo fornecimento dos produtos demandados pelo PAA e PNAE no município, e pelo que pode se perceber os programas não cumprem o seu principal objetivo no município, que é, incentivar a agricultura familiar e oferecer uma alimentação saudável as pessoas. Os agricultores enquadrados nessa tipologia, sobretudo seus sucessores, tem uma alta tendência ao êxodo rural, abandono da atividade no campo.

#### **6.4 Estratégias dos agricultores familiares do município de Córrego Novo para acesso ao mercado**

Os agricultores do município de Córrego Novo, MG, em sua grande maioria conforme abordado, anteriormente, produzem leite. Este é comercializado para os laticínios da região. No entanto, faz-se necessário que os produtores se organizem para melhorar e valorizar a comercialização do leite no município. O produtor de leite J.C.T. (90 anos), agricultor no município, disse que já está neste mercado há mais de 30 anos no município, sendo que na década de 90 existia uma cooperativa leiteira local que centralizava a coleta e comercialização, buscando melhorar e valorizar as condições de comercialização do produto. Podemos relacionar o resultado da presente pesquisa ao trabalho de Ploeg (2008), que discorre sobre as diferenças entre a visão comercial camponesa e empresarial, onde o camponês busca dinamizar o mercado local, ou seja, seu alvo são os circuitos curtos de comercialização, enquanto a visão do agricultor patronal está voltada para os circuitos longos de comercialização, ou seja, o mercado global. Neste sentido pode-se afirmar que a comercialização do leite produzido no município de Córrego Novo, está priorizando o circuito longo, fato que implica na perda do poder de barganha dos produtores, sendo assim uma das alternativas para minimizar tal situação, seria buscar agregar valor ao produto no próprio município e comercializá-lo no comércio local/regional.

Ainda, segundo o produtor J.C.T. (90 anos), a antiga Cooperativa era administrada por uma associação e que uma série de questões, as quais ele disse não querer entrar em detalhes, resultou no seu fechamento. Ele ainda ressaltou a importância de se centralizar a captação e distribuição do leite, levando em consideração o atual cenário de comercialização do produto no município, a Associação dos Trabalhadores Rurais poderia assumir essa responsabilidade e gerir todo esse processo. Porém, ele fez um contraponto que, anteriormente a criação da atual associação, foi criada uma Associação dos Trabalhadores Rurais (já não existe mais) e que aconteceram situações que levaram os agricultores do município a desconfiarem das intenções

das Instituições que representam seus interesses. O discurso do agricultor J.C.T. (90 anos) corrobora com Silva (2013) no tocante aos problemas enfrentados por agricultores familiares com relação a gestão de associações/cooperativas, o autor relata que foi criada uma associação dos trabalhadores rurais em Capanema/PR no ano de 2000, porém a associação enfrentou problemas fiscais, o que culminou na desconfiança dos agricultores e inviabilização de manutenção da mesma.

A maior parte da produção dos agricultores familiares são para o autoconsumo (tabela 6). Ao questionar o agricultor P.J.P. (56 anos), sob o motivo pelo qual ele não produz, por exemplo, hortaliças em maior quantidade para comercializar, ele responde: “infelizmente não temos incentivo, nem estrutura no município para produzir e comercializar. Os produtores rurais estão desanimados, a única coisa que faço aqui, são queijos e vendo na rua (porta-porta), pois vender o leite pra laticínios não compensa”. Neste caso é possível observar a desmotivação do agricultor devido não ter incentivo, entende-se que para fazer o ser humano ser produtivo e motivado precisa-se dar a ele esperança e elevar sua autoestima, o que pode ser feito neste caso pelo poder público por meio de implementação de políticas públicas que atenderão aos anseios da categoria. Está afirmação do agricultor P.J.P (56 anos), corrobora com o resultado da pesquisa de Conceição (2015), na qual ela traz a questão da intervenção estatal para garantia de preços justos aos produtores agrícolas, a autora afirma que:

Vale ressaltar que com a crise internacional, principalmente nos últimos meses, os agricultores se queixaram da alta dos preços dos insumos, em um momento em que os preços internacionais dos principais produtos estavam caindo. A este descompasso entre custo de produção e preço de venda, evidenciou-se o terceiro elemento: crédito. As tradings, que tradicionalmente financiam a produção, saíram do mercado, e os bancos aumentaram suas exigências. Neste momento, qualquer iniciativa do governo (isto é, qualquer instrumento de comercialização) que garanta o preço é bem vinda (CONCEIÇÃO, 2015, p. 143).

O agricultor B.L.Z.P. (39 anos), ainda disse que a Prefeitura poderia contratar um corpo técnico para auxiliar as famílias rurais buscando otimizar a produção agrícola do município. O produtor ressaltou que, atualmente, o município não possui nenhum produto agrícola que é referência comercial local e, muito menos regional, mesmo possuindo terras férteis e muita mão de obra ociosa. Além disso, afirma que se houvesse uma cooperação entre os agricultores e poder público local, poderiam realizar um estudo e verificar qual a cultura mais adequada ao clima e solo do município e buscarem todos ou a grande maioria produzirem para terem uma produção em maior quantidade e viabilizar o manejo e o escoamento. Seria possível, por exemplo, ter um caminhão da Prefeitura disponível para dar

pelo menos duas viagens na semana para Belo Horizonte e realizar a entrega da produção no Ceasa/MG, podendo aproveitar a viagem e comprar implementos em centros de distribuições de produtos agrícolas na capital, buscando assim viabilizar e otimizar a produção e comercialização.

Nesse sentido, é necessário buscar formas de fortalecer o comércio agrícola do município de Córrego Novo, MG, e pelo que foi constatado, através dessa pesquisa, o ponto inicial que se deve trabalhar é a organização dos agricultores para fortalecimento da classe e busca por objetivos em comum. Dentre estes objetivos devem inserir a necessidade de criação e implementação de políticas públicas para atender de forma efetiva os interesses da classe que, conseqüentemente, seguem juntos ao desenvolvimento local e regional.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a proposta desta dissertação, a partir da pesquisa e análise do sistema agrário e de produção do município de Córrego Novo, MG, é possível afirmar que o município possui um grande potencial agrícola e que pode ser melhor explorado. Nessa pesquisa identificou-se que existem diferentes tipologias de estabelecimentos/produtores rurais, predominando a quantidade de pequenos estabelecimentos, além de um sistema de produção pouco variado, apesar das condições propícias para produção. O setor agropecuário municipal é um dos principais vetores econômicos do município, neste caso é necessário que seja repensado pelo poder público local formas de incentivar e colaborar com a consolidação e o desenvolvimento do referido setor do município de Córrego Novo, MG.

Pode-se afirmar que o processo de transição com relação ao modo de cultivo agrícola se deu em dois momentos, sendo o primeiro iniciado na década de 1940 com o processo de povoamento do município, posteriormente, instalou-se uma agricultura voltada ao autoconsumo. No final da década de 80, começa a inserção de implementos agrícolas nas propriedades maiores do município, e ainda de forma lenta inicia-se a mecanização de algumas atividades, deixando de ser uma agricultura exclusivamente tradicional, como destacado na pesquisa a maioria dos agricultores familiares do município se enquadram nas tipologias C e D que ainda mantem a forma tradicional de fazer agricultura.

Observa-se também que ao longo da história agrícola do município, não foram criadas políticas públicas municipais sólidas para impulsionar/incentivar o desenvolvimento agrícola, como pode-se observar em alguns trechos desta dissertação, o apoio do Estado (Prefeitura) é fundamental para viabilizar a produção agrícola, afinal, a agricultura tem um papel socioeconômico muito importante para sociedade. De acordo com a presente pesquisa, as políticas públicas acessadas pelos agricultores do município são de origem federal que são elas o crédito rural (PRONAF) e o bolsa família, não possuindo nenhuma política pública municipal para incentivo à agricultura, pelo menos não foi citado por nenhum dos agricultores entrevistados. O que foi mencionado pela maioria dos agricultores entrevistados é o fato do município não possuir um técnico da EMATER para orientá-los, segundo relato de um agricultor até aproximadamente quatro anos atrás, tinha um técnico da referida empresa a disposição dos produtores rurais, inclusive este agricultor descreveu alguns aprendizados que ele teve com o técnico com relação ao plantio e manejo de hortaliças, ressaltando que obteve bons resultados a partir da orientação recebida.

No município, foi possível identificar que os Agricultores Familiares que se enquadram nas tipologias A e B, por serem mais capitalizados e terem acesso a informação praticam agricultura moderna, em que o agricultor insere-se ao mercado como estratégia de maximizar os ganhos financeiros, especializando-se na produção de um produto principal (na maior parte o leite), cujo principal sistema produtivo é a base econômica do negócio, não existe muita diversificação agrícola. No aspecto social, a diversificação produtiva pode ser interessante para os agricultores do município, levando em consideração que essa pode ser entendida como uma estratégia de sobrevivência no meio rural, evitando o dispêndio financeiro com produtos que podem ser produzidos na própria propriedade. Outro resultado da pesquisa evidenciou que nas propriedades analisadas encontra-se uma, ou duas culturas principais, com o predomínio da produção leiteira, e outras culturas como o milho, hortaliças, seguido por outras culturas voltadas principalmente ao autoconsumo.

Também vale ressaltar a carência de incentivo e de políticas públicas municipais implementadas para fortalecer a agricultura familiar do município. Inclusive os agricultores ao longo da pesquisa se demonstraram frustrados com a falta de suporte para produzirem, sobretudo reclamaram a necessidade de assistência técnica especializada para acompanhamento das propriedades, tendo em vista o alto custo de contratação, precisava desse subsídio do poder público, como exemplo o Poder Executivo Municipal poderia celebrar um convênio com a empresa EMATER/MG a fim de disponibilizar um técnico para atender as demandas. Considerando as condições climáticas, de solo propício para produção agrícola no município, associando-as a assistência técnica e às políticas públicas, existindo uma gestão eficiente desses recursos o município poderá desenvolver-se e quem sabe tornar-se referência na produção de algum produto agrícola da região em que está inserido.

Para concluir ressalta-se a necessidade de criação de políticas públicas municipais para incentivar o desenvolvimento agropecuário do município, esse que é um dos vetores econômicos do município. Temos também as questões atinentes a precificação do leite no município, sendo necessário buscar formas de tornar mais rentável para o agricultor a produção desse produto, que é o principal produto produzido no município. Inicialmente seria interessante a conscientização dos agricultores a fim de se organizarem e criarem uma associação, ou cooperativa com o intuito de intermediar a comercialização do leite e fornecer insumos para os agricultores com preços mais acessíveis

## 8 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Unicamp, 1998. 294 p.
- AQUINO, J. R. SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.
- BAUMEL, A. BASSO, L. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. *In: CAMARGO, G. CAMARGO, M.F. FÁVARO, J (ORGs). Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2004.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Congresso Nacional**, DF, 24 de julho 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 12 out. de 2019.
- CANAL RUARAL. **Brasil importa quase 30% menos soja em grão em 2019**. São Paulo. Jan. 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/sites-e-especiais/projeto-soja-brasil/brasil-importa-quase-30-menos-soja-em-grao-em-2019/#:~:text=De%20janeiro%20a%20dezembro%20de,da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cada%20vez%20maior>. Acesso em: 09 março 2020.
- CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Política de comercialização agrícola no Brasil. *In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015. p.129-152. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Chuvas médias diárias**. Maio de 2005. Disponível em: <https://www.cprm.gov.br/>. Acesso em: 10 junho 2020.
- CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre, Editora Artmed, 2007.
- DEOLINDO, J. M. Agropecuária em Minas Gerais. **Revista Cedeplar UFMG**, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://pesquisas.face.ufmg.br/gppd/analise-de-conjuntura/agropecuaria-em-minas-gerais/>. Acesso em: 15 de maio de 2020.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Minas Gerais tem produção mais diversificada do país**. Belo Horizonte. Set. 2019. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/agronegocio/minas-gerais-e-o-estado-com-producao-agricola-mais-diversa/#:~:text=Minas%20Gerais%20passou%20a%20ser,da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20agr%C3%ADcola%20no%20Pa%C3%ADs.&text=Em%202018%2C%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de,Minas%20Gerais%20avaliada%20pela%20pesquisa>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2010. 326 p.

EMBRAPA. **Embrapa em números**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes>. Acesso em: 12 nov.2019.

EMBRAPA. **Embrapa soja**. Brasília, junho 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 05 de jan. 2020.

EMBRAPA. **Solos**. Brasília 2013. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/solos/sibcs/classificacao-de-solos/ordens/argissolos>. Acesso em: 08 de jan. 2020.

FERNANDES, M. R. **Fundamentos de solos**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2012. 20p.

FILHO, S.S. Apresentação: T. W. Schultz - a transformação da agricultura tradicional. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 4, n.1, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648906>. Acesso em: 12 nov. 2019.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p 17-29. jun. 2000. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em: 17 out. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo PIB Minas Gerais**. Relatório anual. Belo horizonte, 2019. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/4398-pib-de-minas-gerais-permanece-estavel-no-primeiro-trimestre-de-2019>. Acesso em: 12 nov. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo PIB Minas Gerais**. Relatório anual. Belo horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/767-estatistica-informacoes-5-pib-dos-municipios-de-mg-2015-situeatualizado07022018/file>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico: diagnóstico dos Sistemas Agrários**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, 1999.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. I e 2, p. 227-240, abr./out. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/14581/13337>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GIANEZINE, K. *et al.* Políticas Públicas: definições, processos e constructo no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**. Criciúma, v.21, n. 2, p. 1065-1084, 2017.

GLOBO RURAL. **Brasil passa a ser 3º maior exportador agrícola, mas clima ameaça futuro**. 2018. Disponível em:

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2018/09/globo-rural-brasil-passa-a-ser-3o-maior-exportador-agricola-mas-clima-ameaca-futuro.html>. Acesso em: 23 mar. 2020.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO, J. S. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO, J. S. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, p. 44-81, 1997. Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ). Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.155-180.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.19-52.

GUIMARÃES, A. P. **Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros**. São Paulo: Fulgor, 1963.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 30 nov. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em 05 dez. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de solos 2001**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/pedologia/15829-solos.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 fev. 2020.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Ocorrência de descargas elétricas no Estado de Minas Gerais**. 2011. Disponível em: <http://www.inpe.br/webelat/homepage/>. Acesso em 10 jun. 2020.

INCRA/FAO – Instituto de Colonização e Reforma Agrária / Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. **Guia Metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999. 58p.

JACTO. **Acompanhe as principais estatísticas da agricultura mundial**. 2019. Disponível em: <https://blog.jacto.com.br/agricultura-mundial/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

JUNG, C. F.; JÚNIOR, A. A. M. Produção leiteira no Brasil e características da bovinocultura no Rio Grande do Sul. **Revista de História e Geografia agora**. Taquara/RS. p.35-47. 2016.

MAPA - Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento. **Agropecuária de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 9 fev. 2020.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZOYER, M. Origines et mécanismes de reproduction des inégalités régionales de développement agricole en Europe. **Économie rurale**, n. 150-151, p. 25-33, 1982.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório Final com a consolidação do Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território Alto Jequitinhonha (MG)**. Brasília, 2005. 150 p.

MINAS GERAIS. **Lei nº 12.764 de 30 de dezembro de 1962**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=2764&ano=1962>. Acesso em: 05 de dez. de 2019.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**, Pelotas/RS, Editora UCPeL, 2002.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec Educ, 1989.

NEUMMAN, P. S.; FIALHO, M. A. V. **Sistemas agrários**: apostila do curso de Graduação Tecnológica em Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Santa Maria: CCR/EaD, 2009. 70p.

NETO, B. S. Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários: uma interpretação baseada na teoria da complexidade e no realismo crítico. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, Ed. Unijuí, 2007, p. 33-58. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/136>. Acesso em: 27 nov. 2019.

NETO, B.S.; BASSO, D. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2015. p. 196-286. Disponível em: <http://beneweb.com.br/resources/Sistemas%20agr%C3%A1rios%20do%20Rio%20Grande%2>

Odo%20Sul.%20An%C3%A1lise%20e%20recomenda%C3%A7%C3%B5es%20de%20pol%C3%ADticas.%20%28Introdu%C3%A7%C3%A3o%29.pdf. Acesso em: 26 de maio 2020.

NETO, B.S.; BASSO, D. A produção do leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. **Revista Desenvolvimento em questão**. Ed. Unijuí, v. 3, p. 53-72, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/106>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ORTEGA, A. C. (org). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas: Ed. Alínea, 2007.

PALACIOS, G. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. *In: WELCH, C. A. et al (ORGs). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Rio de Janeiro: Unesp, 1987. p.145-180. Disponível em: [http://nmspp.net.br/arquivos/para\\_leitura/historia\\_social\\_do\\_campesinato/Camponeses%20Brasileiros%20-%20Leituras%20e%20interpretacoes%20classicas%20-%20vol%201.pdf#page=146](http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/historia_social_do_campesinato/Camponeses%20Brasileiros%20-%20Leituras%20e%20interpretacoes%20classicas%20-%20vol%201.pdf#page=146). Acesso em: 10 nov. 2019.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PICOLOTTO, E.L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.tese\\_everton\\_picolotto.pdf](http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.tese_everton_picolotto.pdf). Acesso em: 15 jan. 2020.

PLOEG, J. D. V. O modo de produção camponês revisitado. *In: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.13-54. Disponível em: [http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade\\_O\\_mododeprod.pdf](http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_mododeprod.pdf). Acesso em: 17 mar. 2019.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PREZOTTO, L. L. **Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado**. Brasília, 2016.

REDIN, E. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS**. 2011. 261 f. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8859>. Acesso em: 05 mar. 2020.

REDIN, E. Estratégias de reprodução na agricultura familiar um campo em permanente construção. **Acta Geografica**, Bela Vista, v. 6, n.13, p. 155-173, set./dez. 2012. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/521/912>. Acesso em: 27 jan. 2020.

REDIN, E. Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar. **Perspectivas em Políticas Públicas**. v. 6, n.12 p.111-151, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/revistapp/article/view/872/566>. Acesso em: 17 mar. 2020.

REDIN, E. Observações e reflexões sobre o desenvolvimento. **Revista de Geografia**, Recife, v. 31, n.3, p. 7-27, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229068/23471>. Acesso em: 05 mar. 2020.

REDIN, E. O sistema agroalimentar do arroz orgânico e o acesso aos mercados públicos e privados. In: DAMBRÓS, G.; RADAELLI, I, M.; MOURAD, L. A. F. A. P.; DEGENERONE, Z. A. (Org.). **Questões agrárias em foco II**. Ituiutaba: Barlavento, 2019. v. 2, p.13-46. *E-book* (297 p.). ISBN: 978-85-68066-78-2. Disponível em: [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Dambros%20et%20al.%20-%20Questoes%20Agrarias%20em%20Foco%20II%20\(Ebook\).pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Dambros%20et%20al.%20-%20Questoes%20Agrarias%20em%20Foco%20II%20(Ebook).pdf). Acesso em: 05 mar. 2020.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. A condição camponesa revisitada: transformações e permanências. **Revista Isegoria**, Viçosa, v. 01, p. 1-28, mar./ago. 2011. Disponível em: [http://www.isegoria.ufv.br/Redin%20e%20Silveira\\_A%20condio%20camponesa%20revisitada.pdf](http://www.isegoria.ufv.br/Redin%20e%20Silveira_A%20condio%20camponesa%20revisitada.pdf). Acesso em: 29 mar. 2020.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SHIVA.V. **Monocultura da mente**. São Paulo: Gaia, 2002.

SILVA, D. F. **Sistemas agrários e agricultura no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Rio Grande do Sul: Santa Maria, 2014. 243p.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Rev. Nova Economia**. Belo Horizonte, V.7, n.1, p.43-81, maio 1997. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253>. Acesso em: 05 de maio 2020.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D. O Novo rural brasileiro. **Revista Pesquisa FAPESP**. São Paulo, ed. 52, p. 165-173, abril 2000. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/novo-rural-brasileiro/>. Acesso em: 15 de maio 2020

SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Unijuí, 2005. 312 p.

SILVA, V. **O papel do programa de aquisição de alimentos – PAA – para fortalecimento da agricultura familiar**: o caso da cooperativa da agricultura familiar integrada – COOPAFI – de Capema, PR. Pato Branco, 2013. 208 p. Disponível em: [http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/631/1/PB\\_PPGDR\\_M\\_Silva,%20Vilmar%20da\\_2013.pdf](http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/631/1/PB_PPGDR_M_Silva,%20Vilmar%20da_2013.pdf). Acesso em: 11 mar. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SOUZA, J. P. **Desenvolvimento agropecuário com sustentabilidade**: o papel da extensão rural. Seropédica: Imprensa Universitária - UFRRJ, 1998. 22 p.

TABELA SIDRA. **Tabela 1421 – Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos, por utilização das terras, grupos de áreas de lavouras, grupos de áreas de pastagens e classificação por módulo fiscal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1421#resultado>. Acesso em: 14 jan. 2020.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015. p.181-200. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

VERGARA. S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 21, p. 42-61, out. 2003.

WANDERLEY, M.N.B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v.52, supl.1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011.

WILKINSON. J. **A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar no Brasil e na América Latina**. Vila Mariana, Sesc-SP, out. 2006.

ZOCCAL.R. SOUZA.A.D. GOMES.A.T. **Produção de leite na agricultura familiar**. Embrapa, 2005, p. 20. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/89788/1/BOP-17.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

## 9 ANEXOS

### 9.1 ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INFORMANTE CHAVE (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar como informante chave de uma pesquisa intitulada: “RENDA E GESTÃO: ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR PROPRIEDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO, MG”. Os informantes chaves DEVEM **SER OU TER SIDO AGRICULTOR** NO MUNICÍPIO, SER OCUPANTES DE CARGO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Presidente OU VICE PRESIDENTE da Associação, eles INDICARÃO agricultores que se enquadrem no perfil da pesquisa, OS PARTICIPANTES SÃO FUNDAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. As entrevistas serão conduzidas pelo discente do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais Anselmo de Paula Carvalho, orientado pelo Professor Dr<sup>a</sup> Ezequiel Redin e contará ainda com a co-orientação do professor Dr. Daniel Ferreira da Silva, ambos professores do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, ou com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

O objetivo geral desta proposta de estudo é compreender o contexto na qual os Agricultores Familiares estão trabalhando, frente às potencialidades e os limites dos ecossistemas e da infraestrutura local. Portanto, a proposta é contribuir com elementos técnicos para a elaboração de linhas estratégicas para o Desenvolvimento Rural que considerem as particularidades do município de Córrego Novo/MG, por meio do uso do método de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários. Especificamente, pretende-se:

- Identificar e caracterizar o Sistema Agrário da região do Alto Rio Doce e o município de Córrego Novo, MG;
- Descrever os tipos de agricultores e sistemas de produção, com destaque aos Agricultores Familiares consolidados e periféricos no município de Córrego Novo/MG;
- Comparar os efeitos das políticas públicas, origem da renda e acesso ao mercado na estratégia de manutenção familiar.

Caso você decida aceitar o convite, será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: será perguntado(a) sobre o que sabe em relação a história da agricultura no município. Também será perguntado sobre o que vivencia ou vivenciou em relação ao cultivo de produtos agrícolas. As entrevistas serão feitas em local, hora e data de sua escolha. O pesquisador fará perguntas simples relacionadas com os objetivos da pesquisa, das quais você não será obrigado a responder se não se sentir a vontade ou mesmo não souber responder. A entrevista será por meio da aplicação de um roteiro de pesquisa pelo pesquisador. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente duas horas. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para o trabalho. Em caso de desconforto do participante durante a entrevista, a mesma será encerrada.

Os riscos relacionados com sua participação são: sua identificação, constrangimentos em falar sobre sua vida e desconfortos em responder alguma pergunta ou mesmo em lembrar-se de acontecimentos do passado. E serão minimizados pelos seguintes procedimentos: no registro das entrevistas e no texto da dissertação não constará seu nome por extenso, SERÁ UTILIZADO UM NOME FICTÍCIO. Quanto aos constrangimentos e desconforto, você poderá a qualquer tempo interromper a entrevista ou mesmo se recusar a falar de algum assunto que não esteja à vontade em tratar.

Quanto aos benefícios relacionados com a sua participação, SERÃO INDIRETOS, poderão ser desenvolvidas, a partir dos resultados da pesquisa, políticas públicas para fomentar o desenvolvimento rural do município. Os resultados do trabalho serão apresentados aos trabalhadores de forma oral na última reunião sindical de 2020 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Córrego Novo. Também ficará disponível na instituição uma cópia da dissertação.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações pessoais obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

Não há remuneração com sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas. Não está previsto indenização por sua participação, mas em qualquer momento se você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito à indenização.

Você receberá uma via deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenador(a) do Projeto: Anselmo de Paula Carvalho

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba, Diamantina/MG  
CEP: 39100-000

Telefone: (38)3532-1240

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante seguir as prescrições feitas nesse termo.

Nome do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

---

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM  
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba  
Diamantina/MG CEP39100-000

Tel.: (38)3532-1240

Coordenadora: Prof.<sup>a</sup> Simone Gomes Dias de Oliveira

Secretária: Leila Adriana Gaudencio Sousa

Email: [cep.secretaria@ufvjm.edu.br](mailto:cep.secretaria@ufvjm.edu.br)

## 9.2 ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AGRICULTOR (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada: “Produção, políticas públicas e comercialização: as estratégias das famílias rurais do município de Córrego Novo, MG”, em virtude de ser ou ter sido um agricultor no município de Córrego Novo/MG, estar dentro da faixa de 18 à 90 anos de idade. Conduzida pelo discente do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais Anselmo de Paula Carvalho, orientado pelo Professor Dr<sup>a</sup> Ezequiel Redin e contará ainda com a co-orientação do professor Dr. Daniel Ferreira da Silva, ambos professores do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, ou com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

O objetivo geral desta proposta de estudo é compreender o contexto na qual os Agricultores Familiares estão trabalhando, frente às potencialidades e os limites dos ecossistemas e da infraestrutura local. Portanto, a proposta é contribuir com elementos técnicos para a elaboração de linhas estratégicas para o Desenvolvimento Rural que considerem as particularidades do município de Córrego Novo/MG, por meio do uso do método de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários. Especificamente, pretende-se:

- Identificar e caracterizar o Sistema Agrário da região do Alto Rio Doce e o município de Córrego Novo, MG;
- Descrever os tipos de agricultores e sistemas de produção, com destaque aos Agricultores Familiares consolidados e periféricos no município de Córrego Novo/MG;
- Comparar os efeitos das políticas públicas, origem da renda e acesso ao mercado na estratégia de manutenção familiar.

Caso você decida aceitar o convite, será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: será perguntado(a) sobre o que sabe em relação a história da agricultura no município. Também será perguntado sobre o que vivencia ou vivenciou em relação ao cultivo de produtos agrícolas. As entrevistas serão feitas em local, hora e data de sua escolha. O pesquisador fará perguntas simples relacionadas com os objetivos da pesquisa, das quais você não será obrigado a responder se não se sentir a vontade ou mesmo não souber responder. A entrevista será por meio da aplicação de um roteiro de pesquisa pelo pesquisador. O tempo

previsto para a sua participação é de aproximadamente 30 (trinta) minutos. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para o trabalho. Em caso de desconforto do participante durante a entrevista, a mesma será encerrada.

Os riscos relacionados com sua participação são: sua identificação, constrangimentos em falar sobre sua vida e desconfortos em responder alguma pergunta ou mesmo em lembrar-se de acontecimentos do passado. E serão minimizados pelos seguintes procedimentos: no registro das entrevistas e no texto da dissertação não constará seu nome por extenso, SERÁ UTILIZADO UM NOME FICTÍCIO. Quanto aos constrangimentos e desconforto, você poderá a qualquer tempo interromper a entrevista ou mesmo se recusar a falar de algum assunto que não esteja à vontade em tratar.

Quanto aos benefícios relacionados com a sua participação, SERÃO INDIRETOS, poderão ser desenvolvidas, a partir dos resultados da pesquisa, políticas públicas para fomentar o desenvolvimento rural do município. Os resultados do trabalho serão apresentados aos trabalhadores de forma oral na última reunião sindical de 2020 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Córrego Novo. Também ficará disponível na instituição uma cópia da dissertação.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações pessoais obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

Não há remuneração com sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas. Não está previsto indenização por sua participação, mas em qualquer momento se você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito à indenização.

Você receberá uma via deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenador(a) do Projeto: Anselmo de Paula Carvalho

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba, Diamantina/MG  
CEP39100-000

Telefone: (38)3532-1240

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante seguir as prescrições feitas nesse termo.

Nome do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

---

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM

Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba

Diamantina/MG CEP39100-000

Tel.: (38)3532-1240

Coordenadora: Prof.<sup>a</sup> Simone Gomes Dias de Oliveira

Secretária: Leila Adriana Gaudencio Sousa

Email: [cep.secretaria@ufvjm.edu.br](mailto:cep.secretaria@ufvjm.edu.br)